

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

JOSÉ AUGUSTO CARVALHO LEME

O DIÁLOGO NA AÇÃO EXTENSIONISTA COMO PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO
ESTADO DE SÃO PAULO

MARÍLIA
2005

JOSÉ AUGUSTO CARVALHO LEME

**O DIÁLOGO NA AÇÃO EXTENSIONISTA COMO PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Educação (Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira).

Orientador: **Dr. Candido Giraldez Vieitez**

MARÍLIA
2005

JOSÉ AUGUSTO CARVALHO LEME

O DIÁLOGO NA AÇÃO EXTENSIONISTA COMO PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

Marília, de de 2005

Agradecimentos

Ao Dr. Candido Giraldez Vieitez

*Por sua constante dedicação ao estudo das
relações humanas.*

A Minha família

Pela colaboração e paciência.

***Aos Agentes de Desenvolvimento da CATI e agricultores do Bairro
Centro Mesquita:***

***Que o diálogo seja a ferramenta para se alcançar o desenvolvimento
sustentável.***

Lista de siglas.

ABACEM – Associação do Bairro Centro Mesquita.

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural.

AD – Agente de Desenvolvimento.

AIA – Associação Internacional Americana.

ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

BM – Banco Mundial.

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

CBAR - Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

CNA - Confederação Nacional da Agricultura.

CNER - Campanha Nacional de Educação Rural

EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural.

EMATER - Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

ETA - Escritório Técnico de Agricultura

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Food and Agriculture Organization (Organização para a agricultura e alimentação)

IAC - Instituto Agronômico de Campinas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IICA – Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

ITR – Imposto Territorial Rural.

MAIC - Ministério da Agricultura Indústria e Comércio.

MBH – Microbacia Hidrográfica.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário.

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.

MST – Movimento dos Sem Terra.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo.

PEMBH – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

PMBH – Programa de Microbacias Hidrográficas.

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

RV – Revolução Verde.

SAA – Secretária da Agricultura e Abastecimento.

SAI - Sistema Agroindústria Integrado.

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar.

SBAA - Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura

SEBRAE - Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas.

SENAC – Serviço Nacional do Comércio.

SENAI – Serviço Nacional da Indústria.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.

SNA - Sociedade Nacional da Agricultura

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar, na comunidade rural Centro Mesquita na cidade de Marília, como ocorre a relação educativa concreta, entre técnicos e agricultores na realização do Programa de Microbacias Hidrográficas (PMBH), na busca da promoção do desenvolvimento rural sustentável. Foram sujeitos da presente pesquisa todos os técnicos do escritório regional de Marília envolvidos no Programa e os agricultores do bairro rural Centro Mesquita. A partir das informações coletadas por meio de entrevista, procurou-se detectar se existem conceitos equivalentes entre agricultores e extensionistas, e se esses conceitos são considerados quando é realizada a extensão rural. Além das entrevistas, observamos, de maneira sistemática, a execução da extensão rural buscando identificar sua natureza quando da participação dos agricultores. Os dados foram analisados ponderando os objetivos de transformação que o referido Programa se propõe e a realidade dos agricultores. Tendo como base a pedagogia de Paulo Freire centrou-se a pesquisa na detecção do diálogo entre os agricultores e técnicos quanto a questões ambientais e de produção.

Palavras-chave: Conhecimento Diálogo Participação Extensão Rural Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This research had as main objective to investigate, in the rural community Centro Mesquita in the city of Marília, as it happens the concrete educational relationship, among technicians and farmers in the accomplishment of Microbacias Hidrográficas's Program (PMBH), in the search of the promotion of the maintainable rural development. They were subject of the present researches all technicians of the regional office of Marília involved in the Program and the farmers of the rural neighborhood from Centro Mesquita. Starting from the information collected through interview, it tried to detect if equivalent concepts exist between farmers and extensionistas, and if those concepts are considered when the rural extension is accomplished. Besides the interviews, we observed, in a systematic way, the execution of the rural extension looking for to identify your nature when of the farmers' participation. The data were analyzed considering the transformation objectives that referred him Program if it proposes and the farmers' reality. Tends as base Paulo Freire's pedagogy the research it was centered in the detection of the dialogue between the farmers and technicians as to environmental subjects and of production.

Keywords: Knowledge Dialogue Participation Rural Extension Maintainable Development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Cap 1 UM BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO RURAL	27
1.1 Período I:Do final do século XIX ao meio do Século XX	31
1.2 Período II: Da década de 40 aos anos 80	34
1.3 Período III: De 1990 a atual Extensão Rural	41
Cap 2 DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO EXTENSIONISTA NO BRASIL	45
2.1 Concepções de Extensão Rural	45
2.2 Paulo Freire em Extensão ou Comunicação	62
Cap 3 A MUDANÇA DE CONCEPÇÃO E O PMBH	87
Cap 4 RESULTADO E DISCUSSÃO	104
4.1 Formação para o diálogo	104
4.2 Diálogo no material didático	114
4.3 A participação como condição para o diálogo	123
4.4 O diálogo e suas formas	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	166
ANEXOS	170

INTRODUÇÃO

A proposta de realização de uma pesquisa voltada para a verificação de como se dá a ação educativa entre extensionista e agricultor, numa determinada comunidade rural, através das políticas públicas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) no Estado de São Paulo, surgiu devido ao escasso material que é produzido sobre o tema na área de concentração em educação. Conforme a pesquisa realizada por nós, encontramos apenas uma dissertação de mestrado em educação sobre o tema, apesar de esta relação ser considerada fundamentalmente pedagógica. Reputada como objeto das ciências agrárias, a extensão rural não deixa de ser uma ação educativa, ou seja, objeto do conhecimento próprio às ciências humanas. Assim nos posicionamos no sentido de que a educação, além de sua estrutura formal específica, tem tido, como atividade social presente nas áreas de atuação governamental e pertencente à superestrutura, o objetivo de transmitir conhecimentos na busca de um desenvolvimento ou modernização para atingir-se determinado fim, sendo a educação, na extensão rural, mais abrangente e mais diretamente relacionada com a realidade produtiva do que a educação formalizada.

No Estado de São Paulo, o órgão estatal responsável pela extensão rural governamental é a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Esta Coordenadoria, fundada em 1967, passou por duas reestruturações: uma, por volta de 1974, quando houve um direcionamento ao construtivismo e outra, em 1997, no sentido de promover o desenvolvimento rural sustentável que requereu capacitação dos profissionais e dos produtores e trabalhadores ligados ao setor rural.

Os Programas de Microbacias Hidrográficas (PMH), realizados atualmente pela Secretaria, através das Coordenadorias, apesar de representarem a soma de uma série de várias ações, têm, na educação, sua principal “ferramenta” para a transformação da relação da agricultura familiar com o meio ambiente no que diz respeito à produção¹.

São atribuições dos técnicos executores do PMH, entre outras, as de organizar e capacitar os agricultores. Assim, se a natureza da ação extensionista é educativa, pelo menos no caso dos agrônomos², que compõem nosso universo de pesquisa, o principal questionamento é: Como se dá tal educação?

Paulo Freire, educador que estudou o assunto no contexto educacional e não na área agrária, contribuiu de maneira significativa ao propor a comunicação. A ele recorremos para os pressupostos da nossa pesquisa e, a partir das suas reflexões, surgiram as perguntas para as quais buscamos as respostas: O que a extensão atual possui de concepções freirianas e se esta extensão, de acordo com a sua terminologia, pode ser considerada uma educação antidialógica, ou seja, “bancária” ou uma educação dialógica, ou seja, “libertadora”? A relação entre educador e educando, de maneira não formal como no PMH, é democrática, dialógica e crítica, levando à libertação, conforme as concepções quanto à comunicação, adotadas por Freire?

¹ Para atingir os objetivos maiores, tornando a agropecuária uma atividade sustentável o Programa traz como ferramenta estratégias, todas como “adoção de tecnologias” pelos agricultores, afirmando que só será alcançada a sustentabilidade com a adoção dessas novas técnicas pelos agricultores. (PMBH, 1997, p.32).

² A respeito do assunto, encontramos várias publicações como em: BICCA, 1992; FRIEDRICH, 1988; BORDENAVE, 1985; FIGUEIREDO, 1985; BECHARA 1954; FONSECA, 1985; MASSELLI, 1998; COSTA, 1982; CAPORAL, 2001; e FREIRE, 1971.

Assim, partimos do Programa de Microbacias Hidrográficas (PMH) para, através da análise desta ação extensionista, pesquisarmos se há Extensão ou Comunicação conforme categorização realizada por Paulo Freire.

Conforme esta categorização de Freire, teremos duas possibilidades de classificação da atividade dos técnicos que atuam neste Programa. A primeira, a da extensão rural, que serve para a manutenção e reprodução da estrutura social vigente. É, portanto, mantenedora. A segunda, a da comunicação, que serve para a libertação dos sujeitos.

Esta libertação, que Freire defende, é alcançada através do que ele denomina diálogo. Diálogo que, sendo crítico, somente sendo crítico, levaria à conscientização da posição social concreta dos agricultores.

Devemos salientar que, na política para o setor da extensão rural, lembrando-se de que esta política é para o pequeno agricultor familiar³, tem-se que há a possibilidade de haver “diálogo”⁴, o que, na extensão rural é alcançado conforme o grau de participação. Esta participação, como “ferramenta para” o diálogo, não pode ser classificada de pronto como uma ação para a libertação como à qual Freire se refere. Tanto a participação como o diálogo possuem características próprias dependendo do momento no Programa.

Então poderíamos ter uma situação onde há diálogo ou não na teoria e, conseqüentemente, na metodologia do Programa. Poderíamos ter diálogo ou não,

³ Sobre a política para a agricultura familiar temos, conforme Decreto nº 4.739, de junho de 2.003, a atividade de ATER é de responsabilidade da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA - sendo voltado para **agricultores familiares**, assentados, quilombos, pescadores artesanais, povos indígenas e outros. (BRASIL, 2004, p. 1, grifo nosso).

⁴ Como base teórica a política pública traz no subitem 4.4 (Orientação metodológica para as ações da ATER pública) da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, têm-se que: No processo de desenvolvimento rural sustentável atualmente desejado, o papel das instituições, bem como dos agentes de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), do ensino e da pesquisa, deverá ser exercido mediante uma relação **dialética e dialógica** com os agricultores e demais públicos da extensão, que parta da problematização sobre os fatos concretos da realidade. (BRASIL, 2004, p. 11, grifo nosso).

como atitude do técnico na sua prática profissional, as perguntas para as quais procuramos respostas estão nesta relação entre técnicos e agricultores e entre teoria e prática.

A exposição dos resultados da pesquisa terá, no primeiro momento, a apresentação de como foi construída a pesquisa e as características do objeto investigado. Após uma explanação metodológica procuramos montar, no primeiro capítulo, um histórico da extensão rural a partir do fim do século XIX até o momento atual, que permite identificar algumas convergências entre as mudanças nas ações extensionistas locais e nacionais.

Em seguida apresentamos as diferentes contribuições teóricas que contemplam várias concepções da ação extensionista, desde aquelas que têm perfil mais ligado a dialogicidade até aquelas que são meramente retransmissoras de saber, ou seja, mais “antidialógicas”, como em Bechara (1954) e as mais “dialógicas”, como em Friederch (1988) e Masselli (1998). Com este quadro de referência procuramos, no capítulo 2, realizar uma aproximação entre o pensamento de Freire com os outros autores.

No terceiro capítulo, procuramos dissertar sobre a mudança de concepção sobre a ação extensionista que tem seu marco no início dos anos oitenta do século passado. Após esta explanação histórica e conceitual, e, a partir dos dados recolhidos na pesquisa empírica, analisamos a natureza da ação extensionista e o que nela há da pedagogia freiriana quanto ao diálogo, dando-se ênfase sobre a participação, como condição para o diálogo. No quarto capítulo são analisados os resultados com ênfase no diálogo, no quinto e último capítulo realizamos a discussão sobre a influência da participação e do diálogo nas

relações extensionistas no campo e fechamos o trabalho com algumas considerações.

O PMH, que é de 1997, procura valorizar as potencialidades locais e dá preferência às microbacias com piores condições, tanto econômica, ambiental como social.

Um documento importante que considera a extensão rural como uma atividade educativa é o da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) do Ministério de Desenvolvimento Agrário, de maio de 2.004, que determina que, na política para a agricultura familiar, os serviços públicos dos extensionistas:

Devem ser executados mediante o uso de metodologias **participativas**, devendo seus agentes desempenhar um papel **educativo**, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de Ater devem privilegiar o **potencial endógeno** das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o **uso sustentável dos recursos** locais.(BRASIL, 2004, p. 6, grifos nossos).

Apesar de esta determinação ser do atual governo Lula, ou seja, de 2004, a política do anterior governo do PSDB estadual, no ano de 1997, com a aprovação do PMBH, também compartilhava dos mesmos propósitos. Verifica-se esta convergência de princípios através do PMH que data de 1997, no qual temos quanto à participação:

Estratégia do componente: Discussão com a comunidade dos problemas da microbacia, a partir de diagnóstico **participativo** que terá como instrumento técnico o levantamento socioeconômico e o mapeamento agro-ambiental, garantindo o envolvimento da comunidade na busca de alternativas para a solução desses problemas. (SÃO PAULO, 1997, p.63, grifo nosso).

Quanto à característica educativa do Programa temos no Subcomponente Assistência Técnica e Extensões Rural que se deve:

Priorizar a capacitação da comunidade e não a locação de recursos materiais, de modo que esta esteja em condições de utilizar racionalmente as potencialidades de seu meio e entender que é o **desenvolvimento intelectual das pessoas** que produz os recursos e promove o desenvolvimento material e que o trabalho eficiente e não tanto o capital abundante é que gera produtividade, rentabilidade, prosperidade e independência. (SÃO PAULO, 1997, p. 64, grifo nosso).

Como podemos constatar, a atual política nacional para a ação extensionista, seguida pelo PMH⁵, e voltada para a agricultura familiar ou pequena produção e não para o grande produtor rural, é fundamentada num papel educativo, para alcançar o desenvolvimento rural sustentável, procurando-se resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares, ou seja, o conhecimento local. Todas essas orientações podem ser encontradas também nos objetivos do Programa de Micro Bacia Hidrográfica do Estado de São Paulo (PMBH), que a partir daqui nos referiremos apenas por PMBH.

Temos também desde a lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) o que é para Estado a propriedade familiar. Define-se no artigo quarto desta lei que:

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, **direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família**, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;(BRASIL, 1991, s/n, grifo nosso).

Na lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991, temos no artigo 17 do capítulo V que:

⁵ Onde temos:1- adaptar, difundir e transferir tecnologia agropecuária, gerada pelas universidades e pelos órgãos de pesquisas. (São Paulo, 1997, p.37); 2- Busca da sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia (São Paulo, 1997, p.4); 3- compromisso com a busca de soluções compatíveis com os padrões de cultural local. (PMBH, 1997, p.89).

Art. 17. O Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de **caráter educativo**, garantindo atendimento **gratuito** aos pequenos produtores e suas formas associativas.(BRASIL, 1991, p. 7, grifos nossos).

Podemos assim ter que a política para a extensão rural é educativa e gratuita para os pequenos produtores rurais.

Para que pudéssemos obter informações que nos levassem à reflexão sobre a dimensão da educação, optamos pela pesquisa qualitativa, porém, com recurso quantitativo que nos desse um número de ocorrências convergentes para análise.

As categorias foram centradas em duas principais: a extensão e a comunicação respectivamente. Tendo-se subcategorias: a antidialógica e a dialógica e agricultor ou técnico quanto o agente desta ação. Tendo técnico como categoria temos as subcategorias opressora ou libertadora, e no agricultor temos as subcategorias do oprimido ou libertação. Utilizamos três Técnicas para levantamento de dados. Primeiro o institucional, analisando: a) o documento do Programa, Seção Técnica, que relata os principais problemas que vêm ocorrendo com os recursos naturais e suas causas, e apresentam as soluções para esses problemas, b) o material didático de cursos ministrados pelo Programa nas MBH e c) o documento onde são definidas a política nacional para a assistência técnica e extensão rural brasileira. O segundo instrumento foi composto de entrevistas realizadas com extensionistas e com agricultores envolvidos no Programa. Para completar, realizamos observações através das experiências vivenciadas no contato direto com agricultores e extensionistas de várias microbacias tanto da região de Marília como outras regiões: Microbacia Centro Mesquita, Bairro da Figueira, Água do Matão, Água da Fartura, Cachoeirinha e Araras.

Este projeto de pesquisa concretizou-se no bairro rural denominado Centro Mesquita, no município de Marília, que participa do Programa PMBH. A bacia hidrográfica pertencente ao córrego Pádua Sales, nome que denomina a microbacia. Considerada pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo como sendo prioritária, pelo alto grau de risco erosivo por causa da formação de seu solo. A região oeste do Estado é a mais prejudicada quando comparada a outras regiões em relação à erosão e perda de fertilidade do solo, conforme índice do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Outra característica relevante para concentrarmos neste bairro, para a pesquisa, é que a comunidade rural local é de alta concentração de indigência, mais de 20% de famílias são consideradas indigentes. Quanto às questões sócio-econômicas, o fator de indigência do Mapa da Fome, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aponta a região oeste como de nível alto. Nota-se que a região estudada é caracterizada como prioritária para a execução do Programa. Assim o Estado determina a convergência de 70 % dos recursos do Programa para o oeste do Estado.

Esta comunidade rural teve sua origem na década de vinte do século passado quando houve o parcelamento de uma gleba por cuja venda de lotes, na área onde se encontram hoje os sítios, ficou responsável um corretor japonês.

No início foram para a gleba cerca de 200 famílias de japoneses que começaram a plantar café; houve, ainda, sericicultura (bicho da seda), amendoim, citros e algodão como atividades produtivas do bairro. De 1970 até hoje a pecuária leiteira foi se afirmando e se constituindo como principal atividade, além de outras atividades próprias à agricultura de subsistência.

A Comunidade rural Centro Mesquita é formada na sua maioria por pequenos e médios agricultores. A comunidade está constituída por 55

propriedades, com tamanho variando entre 2 a 16 alqueires, abrangendo por volta de 495 alqueires; são 50 proprietários, sendo que 22 deles residem na propriedade, 3, em Júlio Mesquita e 12, em Marília. A atividade principal é a Bovinocultura leiteira. Existe uma organização local denominada Associação do Bairro Centro Mesquita (ABACEM), através da qual o Programa é implementado. As características ambientais e sociais (erosão do solo e indigência) do bairro Centro Mesquita são de alta prioridade conforme classificação do Programa.

Conforme tabela de classificação do PMBH, esta área é constituída de 39 pequenas propriedades (50 ha), 23 de tamanho médio (entre 51 e 200 ha) e 4 grandes propriedades (acima de 200 ha).

Os sujeitos desta pesquisa dividem-se em dois grupos. O primeiro composto por sete agricultores do bairro Centro Mesquita que participam do PMBH.

Identificação	Idade	Tempo de atuação (anos)	Condição social	Área em Alq.	Principal atividade
S	50	42	Empregado	20	Pecuária
L	43	5	Proprietário	3,5	Leite
E	41	26	Proprietário	2	Animais P.
HE	38	5	Proprietário	5	Café/Estufa
P	34	4	Arrendatário	40	Leite
SE	61	26	Proprietário	6	Leite/Manga

Quadro 1- Características dos Agricultores.

O sétimo agricultor recusou-se a participar da pesquisa, o que, para nossa pesquisa, foi considerado uma forma de manifestação de diálogo.

O segundo é composto de técnicos extensionistas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do EDR de Marília, que aplicam o Programa na busca do desenvolvimento rural sustentável neste bairro rural.

Identificação	Formação	Tempo de atuação (anos)	Cargo	Especialidade
FA	Agrônomo	20	Direção	Agroindústria
W	Agrônomo	25	Monitor	Extensão rural
F	Agrônomo	28	Extensionista	Café
G	Técnico	31	Extensionista	
V	Agrônomo	28	Extensionista	Melancia/Leite
VA	Agrônomo	25	Extensionista	Café
B	Agrônomo	22	Extensionista	Engenharia

Quadro 2- Características dos Técnicos.

Dividimos as entrevistas nessas duas frentes para posterior relação quanto às concepções e expectativas dos sujeitos (técnicos e agricultores) e à forma de diálogo.

Quanto aos responsáveis pela implementação do Programa, entrevistamos os técnicos municipais: o técnico extensionista estadual responsável pelo Programa; o responsável pela difusão do Programa e pela implantação da mudança de concepções dentro do corpo da atual Agência de Desenvolvimento Rural, a diretora regional; um técnico agrícola; o responsável pelo projeto de engenharia do Programa; um técnico de outra microbacia também subordinado a mesma diretoria e um técnico que atua em todos projetos da região, resultando em sete técnicos extensionistas, todos envolvidos com o público do Bairro Centro Mesquita.

Para esses foram elaboradas entrevistas voltadas para o entendimento que os técnicos possuem de educação, da participação, do diálogo, e como foi sua formação para a extensão rural. Além disso, estávamos interessados em saber se eles incorporaram as determinações do Programa e qual a visão que têm em relação ao diálogo e efetiva participação dos agricultores.

Quanto aos assim denominados público-beneficiários, os agricultores, procurou-se, através de entrevista, detectar o entendimento que eles fazem do Programa, se as concepções, determinadas no manual, transmitidas pelos

técnicos, implementaram-se ou não e qual a visão que têm do Programa, procurando identificar situações de diálogo ou não. Também se procurou verificar se há conscientização ambiental.

Após organização à luz das categorias, ao confrontarmos as respostas obtidas, nas entrevistas, com a concepção freiriana, pudemos encontrar elementos para dissertarmos sobre a efetiva ação educativa dialógica na ação extensionista dos técnicos educadores envolvidos no Programa ou não. Assim tem-se: constatação ou não da construção dos objetivos de forma dialógica; constatação ou não de que os agricultores assimilaram, compreenderam, conscientizaram-se das noções sobre a nova forma de atuarem sustentavelmente; constatação ou não da efetiva aplicação na prática dos novos conceitos.

O que nós procuramos verificar é que, em relação ao Instrumento Operacional do Programa, em seu 3º componente (Incentivo ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais), tendo-se como objetivo: a) desenvolver, nos produtores e suas famílias, a consciência da necessidade de conservação dos recursos naturais; b) estimular, de forma demonstrativa, a adoção pelos produtores, de tecnologia de manejo e conservação do solo e dos demais recursos naturais; c) estimular a adoção de tecnologia para a recuperação de áreas degradadas; d) incentivar o reflorestamento, especialmente nas áreas de proteção de nascentes e cursos d'água; e também em relação ao subcomponente Extensão Rural; alcançam-se suas funções determinadas no Programa através do diálogo e ao mesmo tempo permite uma melhoria de nível de renda, maior produtividade e principalmente o desenvolvimento rural de forma a ser percebida no comportamento do produtor. Se os diálogos, através da participação, são as ferramentas para o alcance dos objetivos do Programa.

O material utilizado, para a presente pesquisa, constitui-se de um roteiro de entrevista, diretivo, com perguntas abertas, ou seja, um roteiro previamente elaborado apenas com perguntas sem alternativas de respostas, as quais foram respondidas de forma não estimulada, mas espontaneamente, direcionadas aos agricultores, questionando o Programa e a atividade dos técnicos extensionistas, bem como sua compreensão sobre a relação entre produção e preservação ambiental. Outro roteiro de entrevista, diretivo e com perguntas abertas, ou seja, um roteiro previamente elaborado apenas com perguntas sem alternativas de respostas, as quais foi respondido de forma a não sofrerem interferências, mas espontaneamente direcionadas aos técnicos extensionistas, questionando sobre sua formação profissional, o Programa e a relação com os produtores. O material documental constitui-se de: Manual da Seção Operativa do PMBH da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Política da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Ministério do Desenvolvimento Agrário e material didático de cursos realizados.

As coletas de dados foram realizadas com os dois grupos de sujeitos no ano de 2004. Os agricultores estavam no seu terceiro ano de projeto de microbacia. No momento da coleta, já havia sido realizado pelos técnicos do Programa o *diagnóstico participativo*, pelos quais são levantados os principais problemas e o histórico da comunidade. Ocorreram cursos técnicos de pastagem e sobre pequena produção agroindustrial e também já havia sido instalado, numa “Propriedade Modelo”, um projeto de Leite.

A primeira etapa de coleta de dados foi com os técnicos extensionistas. A entrevista foi realizada separadamente no local de trabalho, conforme uma agenda definida, realizando-se primeiro entrevista com todos os técnicos que de

forma indireta participam do Programa na MBH. Por último coletamos as informações junto ao técnico responsável direto pelo grupo de produtores. Este procedimento procurou ampliar ao máximo as possibilidades de dados, permitindo, assim, que, ao entrevistarmos o técnico mais próximo aos agricultores, tivéssemos mais claro o pensamento do corpo técnico em geral. O instrumento utilizado para esse grupo foi uma entrevista, com questionamentos em relação ao Programa e à extensão rural, realizada durante o horário de descanso, individualmente, em um local contando apenas com a presença do pesquisador.

A segunda etapa de coleta de dados, junto ao grupo de sujeitos agricultores, foi feita com uma pré-agenda, começando pelo presidente da associação de produtores e, a partir deste, com os que eram indicados pelo entrevistado, de forma a constituir um grupo de pessoas com maior influência no bairro, produzindo uma maior representatividade do pensamento local.

As observações e a pesquisa documental foram sendo realizadas no decorrer do processo de pesquisa como um todo. Conforme se abria possibilidade de novas situações de interpretações, recorríamos aos documentos e a novas visitas à comunidade estudada.

Para a sistematização, após a coleta de dados, os relatos das entrevistas foram transcritos na íntegra, tabulados e categorizados (anexo E). No momento de tabular, quantificar e categorizar as informações coletadas, as respostas semelhantes foram agrupadas em função de sua similaridade. A transformação das respostas em números facilitou a visualização final que foi realizada em tabelas e gráficos.

Os dados foram analisados pelos seus significados, mediante critérios de categorização por tema e frequência, e distribuídos, para melhor visualização e

análise, nas referidas tabelas e gráficos. Finalmente, tais dados foram contextualizados em relação à bibliografia, em análise orientada pelos pressupostos básicos de Paulo Freire. Lembramos ainda que a entrevista por ser subjetiva/abstrata deve ser confirmada pela observação presencial.

1 UM BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO RURAL

Na análise da Extensão Rural brasileira, devemos necessariamente apontar sua principal manifestação nos EUA, país que influenciou significativamente a forma de atuação local.

Everest M. Rogers foi o grande nome internacional de divulgação do modelo “Difusionista”, uma adequação do modelo clássico americano. Utilizando-se dos estudos desenvolvidos por antropólogos e sociólogos, no século XIX, nas colônias inglesas, fez a devida adaptação do modelo difusionista americano para os países da América Latina. Para ele, a dinâmica consistia em convencer os sistemas sociais “atrasados” que as mudanças desejáveis seriam atingidas por um processo de inovação dos conhecimentos alcançados pela difusão de novas idéias cientificamente produzidas.

Em 1870, nos EUA, se constituíram os Conselhos Agrícolas em nível de Estados, onde eram realizadas conferências, cursos, intercâmbios com as escolas e estações experimentais.

Partindo do conceito tradicional de Extensão Rural, que remonta a época da abolição americana, podemos afirmar que os primeiros modelos desta atividade no Brasil foram fortemente influenciados pela forma de atuar que surgiu com o fim do sistema escravista naquele país no século XVIII. Após a guerra da Secessão e com a aceleração do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos, havia a necessidade da expansão do conhecimento para a produção.

Já, em 1914, neste mesmo país, foi constituído um sistema de difusão de técnicas, através do “Trabalho Cooperativo de Extensão Rural”, como elo entre as estações experimentais e as populações rurais. Esta forma de organização, para a difusão do conhecimento desenvolvido nos centros de experimentação,

adotava, como ponto básico, a crença de que a elevação do nível de conhecimento acarretaria a adoção de novos hábitos e atitudes dos agricultores que por sua vez os transformariam para melhor, o que também foi desenvolvido no Brasil mais tarde.

Em matéria de conhecimentos aplicados à agricultura, a mudança de sinais a favor do modelo americano seria ligeiramente posterior, correspondendo a outras agremiações da classe proprietária. O próprio Assis Brasil teria importante papel em tal reorientação, a partir de sua experiência diplomática em Washington entre 1898 e 1901, ensejando-lhe contatos com as novas experiências das agriculturas científicas aí desenvolvidas. (MENDONÇA, 1997, p. 32).

Assim, países subdesenvolvidos modificariam seus comportamentos através da adoção de práticas consideradas cientificamente válidas para a solução de seus problemas, refletindo diretamente no desenvolvimento econômico e social. Deste modelo surgiram os demais, e este modelo ainda persiste no modo de agir de alguns extensionistas.

Pode-se dizer que a extensão rural, como dinâmica de transferência de conhecimento no meio rural, já existia no Brasil desde os colégios jesuítas que já possuíam conhecimentos para desenvolver uma ciência da terra. Porém, para o nosso estudo, possui maior significado a extensão rural organizada pelo setor público, que podemos encontrar na época do Império com o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) ou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Enquanto a extensão rural nos Estados Unidos foi impulsionada pela abolição, no Brasil, apesar de a abolição ter ocorrido 25 anos depois, não é ela que vai impulsionar a extensão rural local, mas o fim da Segunda Grande Guerra. Este modelo de extensão, o mesmo utilizado na expansão oeste americana, só veio a ser introduzido oficialmente no Brasil por meio de convênios entre as agências americanas de extensão e o governo brasileiro. Aqui era mais uma

forma de persuasão do que um modelo de desenvolvimento próprio, uma conquista local, que junto com o conhecimento acompanhava os produtos ou insumos para o setor, como tratores, adubos, pesticidas, bem como a ideologia americana de extensão.

Algumas características desse modelo, adaptado para as condições da sociedade brasileira, considerada, na época, como pobre e atrasada, ainda permeiam a extensão rural atual. São elas: sistema educativo para jovens e adultos com ação centrada nos “líderes grupais”; sistema educativo informal voltado para a mudança de atitudes; forma democrática de atuação que leva aos agricultores os conhecimentos necessários à solução dos problemas e integração das forças vivas das comunidades.

Porém, antes da atual fase, o apregoado desenvolvimento sustentável de hoje, tivemos a influência de concepções de forte tendência econômica desta atividade educacional. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foram os precursores, sem esquecermos o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com o projeto Minerva, que voltado mais diretamente à educação, não deixava de possuir um aspecto desenvolvimentista. As concepções desses projetos apresentavam elementos próprios da subordinação da classe trabalhadora à estrutura de poder econômico. Nesta época, a prioridade era o “saber-fazer”, definido como o saber necessário para aumento de produção e da produtividade, que ainda ocorrem nos colégios agrícolas: aprender fazendo e fazer aprendendo.

A década de 80 foi uma época de mudança nas concepções do corpo extensionista no Brasil com forte influência de Paulo Freire. Nos meados desta

década, Romeu Padilha Figueiredo, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) propõe uma reestruturação metodológica instrumentalizadora das novas idéias pelos extensionistas, como nos mostra Masselli.

A proposta de reestruturação da Embrater partia do princípio de que a sociedade está organizada segundo uma ordem histórica determinada; que a realidade é contraditória, com interesses de classes conflitantes; e que os agricultores, possuidores de saber, deveriam ser reconhecidos econômica, social e politicamente. Assim sendo, a concepção de educação que passou a permear as discussões e, até certo ponto, a transformar a própria prática extensionista, estava baseada na Educação Popular ou Libertadora de Paulo Freire, que propõe considerar o homem sujeito da sua ação. (MASSELLI, 1998, p.18).

Acompanhando a realização da extensão rural no Brasil identificamos alguns marcos históricos. Entendemos poder dividi-la em três períodos: do final do século XIX ao meio do século XX, da década de quarenta à década de oitenta e de oitenta para cá. Para melhor visualizá-los apresentaremos alguns de seus momentos significativos que às vezes se confundem com a própria história política e econômica do país. Ainda que cansativa a apresentação que se segue, entendemos ser historicamente relevante esta forma cronológica para a melhor compreensão do assunto. Assim, dividimos por décadas para melhor visualização desta dinâmica até o começo da influência de Freire no pensamento extensionista, sobre a qual nos deteremos mais.

1.1 *Período I: Do final do século XIX ao meio do século XX*

Neste período, ocorrem mudanças significativas como o fim do Império e início da República. A extensão rural desta época é moldada pelos interesses, entre eles os da oligarquia cafeeira que busca a organização antiabolicionista.

Entre 1880 e 1884 foram criados vários Clubes da Lavoura de relação direta com a manutenção da escravatura. Esses clubes, onde predominavam os lavradores de café, eram o ambiente de resistência da elite agrária nacional na manutenção da escravatura, tendo como fundo a organização para a melhoria do meio rural.

Em 1887 é fundado o IAC por D. Pedro II. Tendo como nome inicial de Imperial Estação Agronômica de Campinas, o atual Instituto possuía, como finalidade principal, a pesquisa. Atualmente possui a missão de gerar e transferir ciência e tecnologia para o negócio agrícola, visando à otimização dos sistemas de produção vegetal e ao desenvolvimento sócio-econômico.

A partir de 1891 se dá, especialmente no Estado de São Paulo, o fomento agrícola com influência do processo de industrialização. As principais características são o fornecimento de insumos para a produção como fertilizantes e inseticidas; a venda de sementes e mudas a baixo preço; o exame da produção com a fiscalização; a assistência técnica direcionada para culturas específicas (café, algodão); o combate à erosão e à irrigação. Aqui podemos identificar um primeiro movimento de imigração do capital no sentido do rural para o urbano. Também em 1891 é fundada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e começa a funcionar a fazenda modelo em Piracicaba, hoje

ESALQ. Escola da qual sairia, meio século depois, a “cartilha” para o difusionismo de autoria do professor Bechara.

Em 1894, a elite agrária brasileira, ou seja, os produtores de café, “pensam em Paris”, promovendo a criação da Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura (SBAA). Os agricultores do café reuniam-se na França para decidir suas posições quanto à agricultura nacional brasileira.

Em 1895 são publicados artigos, no jornal *O País*, sobre técnicas agrícolas. Prática que ainda temos hoje e de maneira muito mais abrangente, como os programas televisivos diários nas principais emissoras, duas redes exclusivas para o público rural, cadernos nos principais jornais e revistas especializadas, somada a tudo isso ainda tem a rede de comunicação digital.

Dois anos depois, em janeiro de 1897, se dá a aprovação do estatuto da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e que passa a publicar o boletim mensal *A Lavoura*.

De 1898 a 1910 são publicadas cartilhas *A Cultura dos Campos*, de autoria de Assis Brasil, onde há várias orientações técnicas agronômicas adquiridas nos EUA, quando da sua carreira diplomática, como mecanização produtiva e agricultura progressista.

Já, em 1901, ocorre a fundação da Escola Prática Luiz de Queiroz. Este processo percorreu uma década com a colaboração da Câmara dos Deputados que, em 1892, aprovara a criação de uma Escola Superior de Agricultura (lei nº 26, em 11 de maio de 1892).

No ano seguinte, com o projeto de Lei de Christiano Cruz, há a criação da Secretaria da Agricultura, de âmbito federal, e, em 1903, nasce o movimento associativo rural por meio do decreto Lei nº 797 de 06/01/1903.

Em 1906, por meio do decreto nº 1.606, de 29 de dezembro, é definida a Secretaria da Agricultura, permitindo a organização da primeira exposição de animais do Estado de São Paulo no ano seguinte.

Em 1909, o decreto nº 7.727 de 09 de dezembro instituiu a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio/MAIC no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com forte influência dos cafeicultores paulistas.

Em janeiro do ano seguinte, é lançada a revista *Chácaras e Quintais*, com temas voltados à divulgação de textos técnico-agrícolas. Esta revista tem como editor chefe Conde Amadeu A. Barbiellini e possui características de propagandas de raças de animais e equipamentos importados.

Em 1913 as forças econômicas do eixo Rio-Sul-Nordeste passam a dirigir o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC). No ano seguinte, surge, no governo federal, o Trabalho Cooperativo de Extensão Rural e, em 1915, ocorre a reformulação dos campos de demonstração do MAIC. Em 1919, os campos de demonstração são transformados em campos de cooperação e passam a ser desenvolvidos nas propriedades rurais.

A reorientação global nos anos 20 faria com que o MAIC passasse a priorizar as propriedades que produzissem matérias primas para o mercado industrial, como algodão, amendoim, milho. Nesta época ocorrem avanços das relações capitalistas de produção no campo, principalmente depois da revolução de 30. Neste ano é realizada a *1ª Semana do Fazendeiro* na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais.

Este período não é visto, pela maioria dos autores, como um período extensionista. É desta época para frente, com o estreitamento das relações norte-

sul, que se dá o início da extensão rural, porém se pretendemos centrar um estudo não na extensão rural, mas nas relações educativas entre técnicos e agricultores, entre a população rural e os detentores do conhecimento, esta relação tem seu início com a vinda dos conquistadores séculos atrás.

1.2 Período II: Da década de 40 aos anos 80.

Na década de 40 a ação extensionista passa a apresentar uma estrutura fomentista para a produção de grandes culturas, ou seja, para aqueles que pudessem ser consumidores de bens/insumos industrializados, como tratores, colheitadeiras, plantadeiras, pulverizadores e uma série de implementos.

Em 1944, surgem os Clubes Agrícolas que oferecem cursos e palestras para as famílias dos agricultores com foco nas questões sociais quanto ao ambiente familiar; os cursos para as mulheres (costura, culinária) eram bastante freqüentes, buscava-se a sociabilidade. Em 1945 é constituída a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), com apoio da Unesco e ligada ao Ministério da Agricultura. A comissão possuía um corpo de especialistas em educação e extensão rural e realizava a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).

Em relação à história da “Extensão Rural”, no Brasil, o ano de 1948 é o marco inicial através de convênio Brasil/EUA que surgiu no pós-Segunda Grande Guerra e buscava a produção para suprir o mercado externo, a exportação e a industrialização local.

Em 1948 começa a extensão rural propriamente dita. Se, até então, se falava de informação, passou-se a falar de comunicação, ou da denominada

extensão rural humanista, que nesta época, não possui relação com o humanismo de Freire. O humanismo aqui possuía uma concepção paternalista e assistencialista. Neste mesmo ano, a Associação Internacional Americana (AIA), dos irmãos Rockefeller, atua em Santa Rita do Passa Quatro, SP, com a extensão rural como programa piloto. Ainda, neste ano, nasce a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais pelo esforço da AIA em difundir o modelo americano, que só começaria a atuar em janeiro do ano seguinte.

Em 1954 nasce, no Brasil, a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural no Nordeste (ANCAR), para o polígono da seca, com apoio da AIA. Neste mesmo ano é lançado o estudo de Bechara. Este material consiste num manual produzido pela Secretaria da Agricultura de São Paulo, no qual o autor explana como deve ser a atuação do extensionista conforme os ditames e as experiências norte-americanas. O entendimento de Bechara sobre o que é extensão agrícola tem forte aspecto difusionista e “bancário” de atuação, ou seja, está centrado no ato de estender algo a alguém que não o possui, como veremos de maneira mais aprofundada no próximo capítulo. Para o autor:

Fomentar é ensinar o homem do campo. É ensinar a esse lavrador, o que a ciência, a experimentação e pesquisa concluíram. Transmitir conhecimentos técnicos aos agricultores ensiná-los em novas práticas é tarefa que deve ser executada de maneira bastante suave e através de processos que dêem a esses homens a cultura suficiente para que eles, naturalmente, se convençam da eficiência dessas práticas. Esses ensinamentos envolvem mais do que induzir o homem rural a aceitar novas técnicas, mas que dessa aprendizagem ele adquira mais confiança em si de forma a resolver seus problemas sem assistência, a assumir atitudes e responsabilidades novas sem constrangê-los. (BECHARA, 1954, p. 18).

Em 1955, nasce a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), com o apoio do Escritório Técnico de Agricultura (ETA), como resultado do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Estados Unidos. Nesta época está

ocorrendo o crescimento da indústria automobilística em São Paulo provocando um êxodo rural dos trabalhadores. No ano seguinte é fundada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

De 15 de outubro a 15 de dezembro de 1959, ocorreram reuniões entre representantes do sistema de extensão rural nacional e seis especialistas americanos com a missão de analisar o Sistema de Extensão Rural e Crédito Supervisionado. De fato ocorrem as elaborações da nova política de extensão rural no Brasil voltadas para a questão do financiamento agrícola e estabelecendo o desenvolvimento da agricultura em consonância com a indústria.

Em 1960 cresce, no Ministério da Agricultura, a intenção de se passar do caráter fomentista da atuação dos técnicos para extensionistas. Neste mesmo ano, ocorre a “Conferência de Bogotá”, com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA), que propõe medidas que melhorassem as condições de vida rural e do uso da terra. É lançada a Carta de Punta Del Este – com o fundamento legal para a Aliança para o Progresso. A Associação Internacional Americana (AIA) retira-se da ABCAR.

Quanto a este período, Vanilda Paiva nos traz, sobre os movimentos sociais no nordeste, o seguinte: “Devemos lembrar aqui que a criação da Aliança para o Progresso em 1961 muito deveu à situação política vivida no campo nordestino no período, especialmente à multiplicação das Ligas Camponesas”. (PAIVA, 2000, p. 38).

No período pré-64, do governo Goulart, dois decretos significativos são emitidos em maio de 1961: o decreto nº 50.622 em que se declararam a ABCAR e filiadas como de utilidade pública e o decreto nº 50.632 que reconhece a ABCAR e filiadas como órgão de colaboração do governo no desenvolvimento rural. Este

órgão e filiadas deveriam assegurar recursos de origem federal para custeio de seus serviços, disciplinando, inclusive, a forma de distribuição desses recursos.

Em setembro do mesmo ano, através da decisão do Conselho de Ministros, inclui-se o sistema ABCAR entre os instrumentos da política agropecuária de seu programa de governo e que é aprovado pelo Congresso Nacional. Em 1963 a ABCAR junta-se ao MEC.

De 1964 a 1966, é executado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que passa a exigir uma mudança do setor agrícola, pois até então, entendia-se que esse setor era de baixa reprodução do capital, faltava produtividade e era resistente a mudanças. O PAEG tem, na educação, a estratégia de modernização do setor, sendo que, através da disseminação de novas tecnologias por demonstração, pretendia-se mudar a *situação*. Outra visão que o Programa possuía era a de que o *homem do campo* precisava ser ajudado a ajudar-se para prover seu próprio desenvolvimento, assim se elevaria o nível econômico dos agricultores, ao mesmo tempo em que se forneceria matéria prima para indústria.

A partir de 1966, a extensão rural passa para o Ministério da Agricultura que, através do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), passa a ser o responsável pela Extensão Rural no Brasil, ampliando o público alvo de pequenos e médios para grandes produtores também, dando prioridade aos proprietários de terras de acordo com Decreto nº 58.382, de 10 de maio de 1966.

Em 1967, por meio do decreto nº 48.133 de 20 de junho, é criada a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) no Estado de São Paulo.

Com o modelo de extensão rural privado paulista voltado para o fomento, na época da Revolução Verde, o foco era, na sua maioria, dirigido àqueles que consumissem insumos, ou seja, aos grandes produtores.

Em 1970, ganha destaque a Assistência Técnica Educacional na CATI. Marcado pela modernização da agricultura, o trabalho dos extensionistas caracteriza-se pela promoção dos aspectos sócio-econômicos e culturais. Neste mesmo ano, o setor estatal assumiu, ele próprio, o papel de empresário o que culminou quatro anos depois a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) pela Lei nº 6.126, de 11/1974.

Em 1975 é organizado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), constituído pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) para os diferentes estados da federação, com exceção do Estado de São Paulo onde funcionava a CATI desde 1967. Este sistema tem sua origem na antiga ACAR.

Na década de 1970, tem-se novo modelo: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Auto-identificado como produtivista - humanista, o modelo estava voltado para a transferência de tecnologia e o acesso à renda, novamente firmando-se na educação para atingir os fins desejados. Porém, aqui, mais claramente que no primeiro momento quando era fomentista, o foco está na melhoria da renda do agricultor, e isto se conseguiria através da transferência de tecnologia, ou seja, tem-se uma visão de educação tecnicista bem definida.

A partir dos anos oitenta, a instituição extensionista passa a dar enfoque a uma nova estratégia para a qual convergem educação e participação, a partir da realidade do agricultor. Acreditavam aqui que, através da educação,

levando em conta a realidade dos pequenos agricultores e sua efetiva *participação* nos programas, alcançar-se-ia a meta estipulada. O sucesso ou fracasso dos programas tem, na participação dos agricultores, o fator imprescindível.

Em 1980 está presente entre os extensionistas a idéia de uma extensão “humanista”, baseada nos pressupostos da concepção de Paulo Freire, em combate às idéias de perfil tecnicista dos períodos anteriores.

Quanto à ação extensionista governamental, em estudo sobre a relação dos extensionistas com a proposta participativa no Paraná, Pontes identifica duas formas de manifestação, primeiramente de 80 a 84 com o modelo denominado Extensão Rural-80, Pontes ressalta que o corpo de extensionista não possuía formação teórica na área pedagógica e psicológica para uma nova forma de atuação. Esta nova atuação foi conduzida de forma mecânica e impositiva, na corrida contra o tempo.

Na segunda fase, de 84 a 86, a instituição extensionista não se aprofundou no conteúdo teórico para uma nova ação extensionista. A mudança mais significativa foi o fato de que, desta época em diante, o foco das ações seria mais voltado aos trabalhadores rurais, dentre esses, os sem-terra. Porém o modo como se daria o diálogo e a participação não foi explicitado ou construído teoricamente.

Historicamente, a participação na extensão rural é uma das ferramentas da política agrícola nacional. Desde os anos cinqüenta, quando da modernização agrícola, esta participação foi um dos instrumentos da chamada modernização econômica, na qual se privilegiava a indústria, trazendo resultados “nefastos” aos pequenos agricultores. Esta fase da história agrícola nacional privilegiava agricultores que poderiam responder rapidamente às exigências industriais

urbanas com forte ênfase no uso de insumos, maquinarias e capital. Para tanto, houve, por parte do governo, incentivo com subsídio agrícola e financiamentos que não foram significativos para o pequeno agricultor. A partir do início da década de setenta, o governo passou a dar maior valor aos pequenos agricultores pela sua importância na produção de produtos de consumo interno.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, ao dar início a financiamentos aos pequenos produtores, exigiu destes a sua organização, para, segundo a política agrícola, ter melhores condições de *barganha*. Esta exigência permanece até hoje. Para nós isto é relativo. O fato de estas organizações estarem mais relacionadas, facilitando os empréstimos em relação ao Banco, é mais por causa do volume financeiro dos empréstimos do que pela própria *barganha* em si. Para o Banco não é produtivo tratar de vários empréstimos para pequenos agricultores. É melhor realizar pacotes de empréstimos.

Em 1985, um ano após as *Diretas Já*, o presidente da EMBRATER, departamento do Ministério da Agricultura responsável central pelo serviço de extensão rural no Brasil, realizou vários discursos que foram publicados como divulgação do pensamento sobre a posição do Ministério quanto à extensão rural. Destacamos o seguinte trecho:

A deficiente formação técnica e cultural dos profissionais egressos dos colégios e faculdades, aliadas à valorização da vida urbana, com a conseqüente resistência dos técnicos a residir no interior têm dificultado sobremaneira a execução dos programas de extensão rural. (FIGUEIREDO, 1985, p. 30).

Podemos verificar, já nesta época, o conflito de metas desejadas em relação às políticas públicas. Por um lado, uma política de fomento governamental visando atender à necessidade da reprodução do capital urbano industrial; por outro lado, esta mesma política visando atender aos interesses dos agricultores quanto ao aumento de sua renda e condições de vida, através de uma extensão rural educadora participativa.

1.3 Período III: De 1990 até a atual Extensão Rural.

Em 1990, começam a ocorrer municipalizações das Casas da Agricultura no Estado de São Paulo. Em 1995, o decreto estadual nº 40.103, de 25 de maio, institui os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural no estado de São Paulo. Dois anos depois, os escritórios regionais da CATI passam a ser os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR), por meio do decreto nº 41.608 de 24 de fevereiro.

O que podemos notar, no Estado de São Paulo, é a Assistência Técnica sendo realizada pela iniciativa privada e a Extensão Rural com ênfase na fiscalização comercial e sanitária pela CATI, tendo ao lado desta ação pública os PMBH.

Atualmente constatamos, no Estado de São Paulo, além do trabalho que a iniciativa privada oferece para os pequenos agricultores familiares, através de seus técnicos/vendedores, a atuação pública com o ITESP, o EDR e as Casas da Agricultura municipalizadas. Como instituições paraestatais temos o SENAR e o SEBRAE.

Quanto ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), sua origem situa-se na década de sessenta, quando da Assessoria da Revisão Agrária vinculada à Secretaria da Agricultura pelo decreto 33.328/61.

A atual Fundação de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, foi criada pela Lei 10.207, de 08 de janeiro de 1999. A função atual da fundação, além de regulamentar as áreas agrárias do Estado, é a de capacitar trabalhadores rurais, proporcionar Assistência Técnica e promover ações para o

desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas. Sobre a questão ambiental e com respeito à legislação específica sobre a questão, o ITESP também procura proporcionar o desenvolvimento sustentável.

Ao Abrir o Caderno 7, da Coleção Cadernos ITESP com a frase “O educador deve estabelecer um processo de comunicação com os camponeses, encontrando junto com eles as soluções para seus problemas” (ANDRADE, 2000, p. 9) de Paulo Freire, a Instituição apresenta sua concepção de Assistência Técnica e Extensão Rural, podemos então já perceber a influência de Freire na ação desta instituição.

Outra característica, que também nos chama a atenção no texto do referido caderno, é a defesa da sustentabilidade.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), parte do sistema S de nível nacional, foi criado em 1991 pela Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, nos moldes do SENAC e do SENAI, de direito privado paraestatal. Entidade patronal, é mantido, em parte, pela contribuição do ITR e é vinculado à Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Com representação em 27 Administrações Regionais, o SENAR executa Formação Profissional e Promoção Social. Seguindo as diretrizes da OIT, ele tem como objetivo: organizar, administrar e executar, em todo o território nacional, a formação profissional rural e a promoção social de jovens e adultos, homens e mulheres que exerçam atividades no meio rural. Denominando como princípio metodológico na frase “Formando e promovendo o homem do campo”, o SENAR procura atuar através do processo de ensino pelo qual a atividade prática é de vital importância à aprendizagem.

Quanto ao Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), o projeto para o meio rural no estado de São Paulo é o denominado Sistema Agroindústria Integrado (SAI) que é executado em todo o Estado de São Paulo através dos Agentes de Desenvolvimento (AD) que, para atuarem neste programa, devem possuir formação técnica ou superior nas áreas agrárias. O SEBRAE possui uma publicação na qual são apresentadas as “Referências Para Uma Nova Práxis Educacional”. Das principais características desta proposta educacional, destacam-se: educação continuada, a distância; foco no aprendiz empreendedor e fundamentação em três marcos pedagógicos: a teoria cognitiva, a teoria humanista e a teoria sócio-crítica.

Em relação ao desenvolvimento do pensamento, a concepção do SEBRAE quanto à questão da crítica aponta:

Crítica: Criticar é posicionar-se conforme determinados fatores que estão implícitos em nossa maneira de interpretar o mundo. Na crítica, estão envolvidos julgamentos, análises e avaliações que, para terem valor, devem estar bem fundamentados. Assim, o pensar crítico envolve a utilização de todas as outras habilidades de pensamento (SEBRAE, 2002, p.29/30)

Quanto ao Saber Fazer, a publicação busca compreender *significado* em Paulo Freire, onde:

Um sujeito da práxis, de ação e reflexão sobre seu mundo, que não pode ser compreendido fora de suas relações dialéticas com o mundo. Alguém que é sujeito e não objeto, que constrói o conhecimento na sua interação com o mundo, com os outros, que organiza a sua própria experiência e aprende de um jeito original e específico. (FREIRE apud SEBRAE, 2002, p. 39).

O Sebrae, apesar de ter algumas referências freirianas, não diferencia agricultor familiar do produtor capitalista. Para ele, a organização dos pequenos produtores rurais é alavanca para o desenvolvimento do setor rural.

No âmbito local, ou seja, na atuação do Escritório de Desenvolvimento Rural (CATI/EDR) é o Programa de MBH que hoje tem a responsabilidade da Extensão Rural no Estado de São Paulo. Quanto a este Programa, especificamente, tratamos do tema no segundo capítulo.

Na identificação das experiências extensionistas, podemos constatar que, a partir da década de oitenta, as principais instituições paulistas possuem, na sua concepção pedagógica, elementos categóricos de Paulo Freire. A única instituição na qual não encontramos categorias freirianas foi o SENAR que é administrado pela organização sindical patronal rural.

2. DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO EXTENSIONISTA NO BRASIL.

2.1 Concepções de Extensão Rural.

Para realizarmos a pesquisa sobre a extensão rural, foi necessário esclarecer alguns pontos tanto quanto à posição do autor da obra, que tomamos como referência, como as discussões já realizadas por aqueles que estudaram o assunto.

Para Paulo Freire a ação extensionista tradicional é antidialógica e realizada na direção da manutenção do *status quo*, o que *vai de encontro com seu pensamento*, pois, para ele, uma ação extensionista deveria promover a tomada de consciência dos agricultores, buscando sua libertação. Neste sentido, a ação extensionista é uma ação política. Explanando sobre a antidialogicidade, este estudioso, ao diferenciar comunicação de comunicado, mostra que: “Esta ‘aproximação’, que não pode ser feita pela comunicação, se faz pelos ‘comunicados’, pelos depósitos dos mitos indispensáveis à manutenção do status quo”.(FREIRE, 1970, p. 163).

Porém podemos dizer que a pesquisa bibliográfica realizada indicou um desenvolvimento do pensamento em relação ao assunto no sentido de que o centro do objeto estudado passou do educador (agrônomo) para o educando (agricultor).

Enquanto os trabalhos não publicados de conteúdo cronológico histórico possuem uma gama maior de estudos sobre a extensão rural no Brasil, a maioria dos trabalhos publicados sobre esta atividade dos técnicos, no meio rural, discute

a extensão rural na sua prática, o valor desta atividade para a modernização ou desenvolvimento da agricultura. Poucas são as considerações de caráter teórico pedagógico. A maioria não tem a preocupação de realizar uma fundamentação teórica, seja social, política ou pedagógica.

Na revisão que fizemos dos trabalhos acadêmicos não editorados (dissertações e teses) sobre o assunto, colhemos alguns pontos que merecem ser destacados. A maioria se concentra principalmente no início dos anos 90; e tem como referência os estados do RS, SP e MG, já contemplados com programas de Microbacias Hidrográficas. Quanto à área de conhecimento dos trabalhos analisados, encontramos quatorze deles em Extensão Rural, 8 em Sociologia e um apenas um em Educação. Os demais são de diversas áreas agrárias. No primeiro conjunto, há somente três trabalhos que procuraram nas ciências humanas o apoio para o entendimento da extensão rural.

Porém decidimos nos concentrar no trabalho que procurou a educação como área de conhecimento para desenvolver o tema *Extensão Rural*. Este trabalho de dissertação de mestrado de autoria de Rose M. Pontes foi desenvolvido na UFSCar no ano de 1990, com o título: *A Proposta Participativa da Extensão Rural do Paraná de 1980 a 1986*.

O foco da pesquisa realizada no Paraná foi a participação dos agricultores no programa estadual de Microbacias.

Pontes encontra, no seu estudo realizado, uma contradição do que se denomina participação. No conflito entre o que se deseja ou "proclama" e o que são os "verdadeiros desejos", está a realidade encontrada. Ou seja, a participação em relação aos objetivos do programa e a participação em relação aos interesses dos agricultores. É aqui que a autora diz estar o material necessário para que, a

partir de uma conscientização da relação extensionista, se desenvolva uma nova extensão, que busque a real participação dos agricultores. Mas, ela não chega à luz e nem norteia as bases epistemológicas para tal, ou seja, não chega a propor uma nova extensão rural.

Pontes obtêm conclusões relevantes. Por exemplo, a constatação de que é na busca das necessidades concretas dos agricultores que ocorre a verdadeira participação, com "sentimentos de profunda solidariedade e cooperação". Podemos verificar este fato quando deparamos com questões mais próximas do cotidiano dos agricultores, como quando um animal está preso num brejo ou quando vizinhos cooperam para a realização de uma colheita. Assim, a autora mostra que a diferença está entre a participação da comunidade para a solução de seus problemas mais imediatos e a participação da comunidade quando da vinda de programas governamentais ou outros alheios a estas próprias comunidades.

O estudo traz outras contribuições. Uma delas é a procura da compreensão do porquê das instituições buscarem, ou até exigirem, a participação, mesmo que mecânica, para a realização de seus programas. A mesma exigência se dá no caso do Programa de Microbacias Hidrográficas (PMBH) do Estado de São Paulo. A comunidade que recebe este programa deve obter a adesão efetiva da maioria dos habitantes do local a ser implementado. Se assim não for, o programa é realizado, mas não recebe uma série de incentivos. Assim, faz com que muitas das participações sejam pró-forma.

A participação, como componente da extensão rural, é tida como algo inquestionável, é parte obrigatória na ação extensionista. Se assim é, podemos estar falando de participação híbrida, ou seja, não se tem o diálogo como

ferramenta da construção da participação, é o que se denomina "participação outorgada". Apesar da obrigatoriedade de se construir com os agricultores uma programação de ações a serem desenvolvidas, os documentos da Secretaria do Estado do Paraná já traziam os itens a serem perseguidos, gerando assim conflito na prática dos extensionistas, e entre estes e os agricultores. O que ocorria era uma participação controlada pelo Estado.

A autora, ao conceituar participação, elabora um quadro no qual, em primeiro lugar, divide-a em dois grandes grupos. Um como sendo participação mantenedora das estruturas sociais e outro, sendo passível de transformação social. Porém não aprofunda seu estudo neste sentido. Ela afirma que, na primeira, a falta de participação dos agricultores é o reflexo da incapacidade individual e da falta de organização dos grupos, sem procurar entender a participação efetiva na manutenção das relações sociais, no caso, do Estado como representante da classe dominante. No segundo, por se considerar que as formações sociais construídas historicamente, naturalmente fazendo parte da dinâmica social, são passíveis de transformação se tem que, a estrutura econômica existente hoje, determinou toda a formação social.

No caso da "participação para a transformação das estruturas sociais", a autora considera como sendo dependente dos tipos de relações sociais como um todo e, diferenciando-se da primeira, por não mais ser caracterizada pelos indivíduos isoladamente e, por isso, nunca estar acabada, mas sempre dinâmica e crescente como parte da história. Ela justifica o uso desta teoria como não produtora por "representar algo demorado" e que interfere na identidade cultural, na ideologia e nas crenças.

A autora mostra o Estado como instrumento historicamente construído e representante da classe dominante para a manutenção de determinada ordem. Com a participação outorgada, como sendo uma ferramenta para o controle de uma *possível crescente conscientização* geradora de conflitos, o Estado elabora formas de participação. Essa participação procura focar-se em questões imediatas como produtividade, não dando enfoque às questões mais abrangentes e *insolúveis* dos agricultores. Tem-se assim não uma participação de fato, mas uma pseudoparticipação, somente para tornar mais eficiente os programas governamentais.

Mas a autora considera que a prática educativa é uma das práticas sociais mais amplas e, através desta, é que se dá a extensão rural, na busca de determinados fins e interesses.

Pontes ainda destaca duas características que julga relevantes. Primeiro que não se realizava uma análise da prática extensionista no decorrer do processo. Além disso, que não se discutia o contexto sócio-econômico, apesar de a direção da instituição afirmar que o objetivo era o desenvolvimento sócio-econômico dos agricultores. Nas reuniões entre técnicos não havia consenso na questão da participação e o resultado era a soma de opiniões pessoais, com linguagem às vezes comum, às vezes divergente, o que a levou a concluir que o conceito de participação antes mesmo de chegar aos agricultores, ou seja, no meio técnico, já não era claro.

Segundo a autora, nesta fase do trabalho extensionista no Paraná, buscou-se uma nova metodologia pedagógica na ação dos profissionais, a denominada, *aprender fazer fazendo*, que teria que partir do conhecimento já existente dos agricultores, do conhecimento que havia no local, para, em seguida,

chegar ao pretendido, e não, do que se era ignorado. Tendo a participação como ferramenta, devia-se então partir da realidade concreta dos agricultores para modificá-la. Porém, continuava a ser cobrado dos extensionistas metas como número de agricultores atendidos e planejamento do ano agrícola, o que gerava ações às vezes "atropeladas", "inconseqüentes", por parte dos extensionistas e dos agricultores. Cobravam-se novas atitudes ou novos hábitos de vida, como resultado do programa, apesar de que, nas reuniões, os temas que eram mais discutidos eram preços de venda, custo de produção, financiamentos.

Quanto à pesquisa bibliográfica de publicações disponíveis, encontramos seis obras sobre a extensão rural e duas sobre comunicação rural, sendo que, apesar de todas confirmarem o caráter educativo da ação extensionista, nem todas enfatizam a extensão rural como uma ação pedagógica libertadora como a de Freire, tendo mais um aspecto de comunicação no sentido de "comunicado".

Bechara, em "Extensão Agrícola", publicado em 1954 pela Secretaria da Agricultura de São Paulo, explanava como deveria ser a atuação do extensionista conforme os ditames e as experiências norte-americanas.

Logo, na introdução, o que nos chama a atenção é a preocupação, já naquela época, da necessidade de focar-se o trabalho de extensão no produtor e não na produção, merecendo-se um estudo aprofundado. O autor questionava o assistencialismo afirmando que não adianta dar dinheiro, assistência médica ou casas sem saber se o agricultor está ou não em condições de recebê-los.

Outra afirmação que nos chama a atenção é a de que a produção rural diferencia-se da urbana, pela sua característica que, muitas vezes, independe da

vontade humana, como o tempo ou as próprias condições naturais, impondo um determinado modo de vida e necessitando-se de uma assistência efetiva.

Quanto a questões educacionais, o autor se refere às carências do meio, ainda que mantendo a preocupação com as condições sociais da comunidade rural. O autor afirma que, na época, o maior problema da assistência aos agricultores é exatamente a falta de um contato íntimo com aqueles que se propõem a trabalhar com o meio rural, ou seja, o técnico que não possui a experiência prática da vivência no campo, não pensa como o agricultor que está *contaminado* por esta forma de viver.

O entendimento de Bechara sobre o que é extensão agrícola tem forte aspecto difusionista e bancário de atuação, ou seja, o ato de estender algo a alguém que não o possui.

O aprender fazendo ou ajudar os agricultores a ajudarem a si próprios, já era recomendado, numa visão americanizada de atuação copiando o “to help the farms – to help themselves” e “learning by doing”, atitude bastante usada nos Estados Unidos pelas organizações extensionistas daquele país. Mas este é um mecanismo de controle, porque junto com esta concepção vêm embutidos valores como: “encorajamento do povo para ser consumidor mais inteligente; Uso e influência dos líderes locais; Introduzir no povo mudanças práticas”; e, nas qualidades desejadas para os agrônomos tem-se a Presença de comando: “forte, firme, vigoroso, saber dominar as situações”. (BECHARA, 1954, p. 20-25).

O autor mostra como era a mentalidade da ação extensionista americana educativa: paternalista e bancária, mostrando como as demonstrações eram importantes na transferência das tecnologias.

Além do mais, esta publicação do século passado não tem muito a acrescentar, a não ser para quem pretende estudar especificamente a influência americana na forma de trabalho extensionista no Brasil como marco histórico. Pois representa um marco importante da extensão rural brasileira.

Costa (1982) começa sua explanação sobre a Extensão Rural no Brasil expondo que o papel da extensão é “dispositivo de disparo” para ativar as capacidades inerentes nas pessoas. O papel da extensão, como processo educativo, se baseia na participação voluntária do agricultor e depende de orientações técnicas complexas, tratando-se de um processo lento, com resultados futuros.

A promoção de mudanças de comportamento da população rural é tida como objetivo da extensão rural neste trabalho pelo fato de ser de natureza educacional e, portanto, destinada a “ajudar” a população rural.

Tendo a extensão, como ação educativa, coloca-se que os interesses e as necessidades da população rural devem ditar as diretrizes do trabalho de extensão. Portanto ao ensinar, o extensionista estará criando as condições para que o agricultor, através de seus próprios esforços, mude de comportamento, sendo que quanto maior o número de mudanças mais eficaz estará sendo a prática extensionista.

Visto que Costa entende que a principal característica do extensionista é a de educador, e educar é provocar mudanças no comportamento das pessoas, apesar de a extensão não ser uma ciência e sim técnica educacional e tendo como apoio a sociologia, a economia e a psicologia; há assim, uma filosofia da extensão rural, porém não se identifica aqui qual filosofia. Só se caracteriza o agricultor como um ser dependente de outros, como para Kant, onde há um

iluminado no qual os demais se apóiam para seu próprio crescimento, assim ele traz que: “filosofia adotada pela extensão considera que o homem do campo precisa ser ajudado a promover o seu próprio desenvolvimento”. (COSTA, 1982, p.16).

O trabalho define o termo ajudar como sendo o de ensinar, orientar, guiar, estimular, e que este é muito usado pelos extensionistas. Assim dá-se mais importância ao desenvolvimento das capacidades do agricultor, através de amparo científico para torná-lo cada vez mais independente do que abastecê-lo com assistências materiais. Para o autor, o desenvolvimento rural não é apenas uma questão de planos e metas a serem atingidos:

Ao contrário, consiste no uso efetivo de um processo educativo, para mudar as mentalidades e ações das pessoas. Portanto, o processo consiste em trabalhar com as pessoas e não para as pessoas. (COSTA, 1982, p.16).

Para o autor, este trabalhar com as pessoas se impõe devido ao fato de a extensão rural ajudar os agricultores a se autodescobrir, a identificar seus problemas e procurar meios de resolvê-los com os recursos disponíveis. Porém haveria duas dificuldades aqui: a primeira é a de que o extensionista possui uma experiência de vida diferente da do agricultor. Assim, suas bases (âncoras) cognitivas são diferentes, sendo que o agricultor tem uma experiência de vida ligada diretamente com sua atividade e o extensionista não. Segundo, que as forças ambientais exercem uma influência constante nos agricultores e sendo eles seres sociais nem sempre é possível atuar de modo a satisfazer o ambiente natural, a si e a teia social.

Assim, sendo para o autor a política agrícola como a execução de medidas nacionais e internacionais de caráter obrigatório para as relações comerciais, acreditamos aqui se ter uma visão de fundo do controle sanitário mas

que na realidade se trata de barreiras econômicas. Costa deixa claro a subjugação dos agricultores às condições impostas pelas relações capitalistas determinadas para o setor. Com desculpas sanitárias na realidade controla-se o fluxo comercial entre nações.

Outro posicionamento quanto à extensão rural encontramos em 1985, um ano após as “Diretas Já”. O presidente da EMBRATER, departamento do Ministério da Agricultura responsável pelo serviço de extensão rural no Brasil, proferiu vários discursos que foram publicados como divulgação do pensamento do Ministério sobre o assunto. A ênfase destes discursos estava relacionada ao pensamento de que a extensão rural deve estar voltada para os pequenos agricultores e de forma participativa. Marca-se aqui um momento de reflexão da ação extensionista.

Na palestra da Câmara dos Deputados para a Comissão de Agricultura e Política Rural, no dia 15 de maio de 1985, o presidente da EMBRATER tratando dos problemas e dificuldades internas, disse:

A deficiente formação técnica e cultural dos profissionais egressos dos colégios e faculdades, aliadas à valorização da vida urbana, com a conseqüente resistência dos técnicos a residir no interior têm dificultado sobremaneira a execução dos programas de extensão rural. (FIGUEIREDO, 1985, p. 30).

Neste momento histórico brasileiro percebe-se que a preocupação se encontra na formação dos que atuam diretamente com os agricultores e, para nós, esta deficiência se dá pela falta de um tratamento da extensão rural nas universidades e nos colégios agrícolas, como conhecimento pedagógico e educacional, construídos especificamente para tanto. A afirmação de que se valoriza mais a vida urbana, deve-se mais a um descaso com a sociedade rural

valorizando-se a vida urbana, do que outra coisa. As políticas, de modo geral, são para o urbano.

O palestrante, em 3 de dezembro do mesmo ano, em discurso interno ao Ministério, sobre extensão rural no Brasil, suas prioridades e desafios, mostrou como o extensionista deve ser formado e destacou, entre outras, a necessidade de que o extensionista deve compreender a realidade do pequeno agricultor e saber utilizar processos educativos em sua atuação.

O palestrante demonstra uma visão paternalista de atuação junto aos agricultores quando diz: “identificar com clareza os principais problemas”. Acreditamos que, quem melhor conhece os efeitos dos problemas é o agricultor. Além disso, o não-desenvolvimento do setor agrícola não é só produtivo, mas também social, podendo o extensionista até numerar os problemas, mas sozinho não encontrará a solução. Quando o palestrante diz, *utilizar processos educativos na interpretação da realidade* nos parece que, enquanto representante do Estado, para ele a educação possui fórmula pronta que, ao ser aplicada, obtém-se os resultados esperados, o que não se caracteriza assim. A educação como processo de desenvolvimento humano é uma constante relação social, que se constrói no diálogo entre os verdadeiros interessados em se educar. As propostas tecnológicas factíveis para a resolução dos problemas existentes que se sugere são aquelas que, sendo viáveis para os agricultores, podem não ser para o Estado ou para o capital ou para ambos. Não podemos ser ingênuos a ponto de acreditarmos que as tecnologias são desenvolvidas a partir das necessidades e condições dos pequenos agricultores.

Fonseca (1985), em *A Extensão Rural no Brasil, um Projeto Educativo Para o Capital*, tem como objetivo divulgar uma análise sobre as agências de

extensão, especificamente entre os anos de 1948 a 1968. Neste período, conforme levantamento da autora, a extensão rural foi direcionada para o pequeno produtor de forma a educá-lo a se mover para uma situação melhor daquela em que se encontrava. Porém, segundo ela, nas estatísticas do IBGE, não houve mudanças economicamente significativas do setor no período estudado. Então, ela se pergunta: que extensão foi esta? Para tanto analisa criticamente o programa brasileiro de extensão como sendo um projeto educativo inserido no contexto de relações capitalistas, ou seja, ela procura identificar contradições no extensionismo como educativo em relação ao desenvolvimento brasileiro e a relação deste com o capital.

A autora evidencia, na sua pesquisa, o caráter instrumental da ação extensionista como sendo mais uma ferramenta da expansão do capitalismo no meio rural. Assim, a autora confirma, através de sua pesquisa, que a relação capital x trabalho também aparece no campo de forma a não só haver expropriação da força de trabalho, mas também do saber existente no meio rural. Só assim, é criada condição de garantia do domínio de uma minoria sobre a maioria.

Por sua vez, Bordenave (1985) conceitua Comunicação Rural como sendo fluxos de informações, de diálogos e de influências entre os componentes sociais rurais, sendo que, dentre esses componentes, os principais são o Estado, a população rural e as empresas ligadas ao setor. O autor defende que a Comunicação Rural é mais ampla que a informação e a extensão rural tendo como base para a afirmação o fato de que o fluxo de comunicação é maior por causa das várias formas de organização social no meio rural como a religiosa, comercial, familiar e associativa.

Para distinguir a comunicação rural da urbana, Bordenave afirma-se no fato de que os habitantes rurais pensam, sentem e agem diferentemente daqueles do meio urbano, através de meios e códigos próprios, sendo que o analfabetismo e a forma de organização da atividade produtiva do meio são os motivos da *incomunicação* que ocorre na sociedade rural, ocorrendo também na relação extensionista e agricultor.

Em *O Que é Comunicação Rural* (1985), Bordenave trata o tema mais com uma visão de técnicas de trabalho e de depósito de informações existentes na ação extensionista. Ele relaciona alguns modelos de desenvolvimento rural que são usados como Difusionismo; Pacotes ou de Inovação Induzida pelo Mercado; Organização/Participação e um outro, o modelo de Transformação Estrutural. Este último, ao nosso ver, mais abrangente, coloca a necessidade de mudanças sociais através da consciência crítica necessária para sua efetivação. O autor afirma que é no modelo de Transformação Estrutural que a comunicação rural atinge seu ápice na função de diálogo, utilizando as formas de expressão dos componentes rurais e não dos “extensionistas civilizadores”.

Quando o autor discute a comunicação e a transferência de tecnologia, tem-se uma análise pedagógica do assunto. Para ele, cada inovação tecnológica tem estrutura própria de aprendizagem, variando dos mais simples aos mais complexos. Afirma ainda que a mais complexa é aquela em que é necessário que se aprendam os princípios ou fundamentos de determinada tecnologia.

Sobre a pedagogia da comunicação rural, Bordenave afirma que as mais usadas são a forma Bancária, a Comportamental de Estímulo e Reforço e a que ele chama de “Trabalho Dialético”, no qual determinado problema é apresentado, discutem-se suas causas, conseqüências e procura-se a

compreensão dos princípios que levarão a solucioná-lo. Esta última pedagogia de comunicação rural é para ele a mais adequada. O autor também demonstra a necessidade da implantação da ciência da educação nos cursos onde se formam extensionistas rurais.

Em Comunicação Rural, Friedrich (1988) já procura levantar algumas questões referentes às teorias filosóficas e pedagógicas da comunicação. Demonstrando contribuir para o debate reflexivo, o autor parte do princípio que toda ação humana é desencadeada a partir da denominada *Teoria da Ação*. Sendo que toda teoria nasce da prática ou das experiências vivenciadas, das relações homem-natureza; a teoria e a prática são interdependentes e dinâmicas na sua relação histórica. A partir daí, Friedrich monta seu raciocínio, onde a interdependência teoria/prática na comunicação é impregnada de ideologias de ordem sócio-econômica, sendo que a reflexão sobre os procedimentos pedagógicos da comunicação rural deve ter suas bases nas novas concepções, opiniões e maneiras de visualização da relação homem/mundo.

Sobre o objetivo da comunicação rural de incrementar os conhecimentos técnicos e científicos para completar o objetivo proposto de humanização, o autor reafirma a necessidade da busca de outras formas de atuação.

Quanto aos atos e ações que prescrevem condutas que, de forma explícita ou velada, têm como fim tornar o produtor rural em consumidor de insumos e máquinas, o autor diz ser necessário a reflexão do extensionista.

Sobre suas premissas para uma concepção humanista de comunicação, o autor procura mostrar quando o homem se realiza e quando se frustra, como se na dependência ou subjugo ao capital, o homem não possua condições de se

autodeterminar como ser humano. Segundo Friedrich há duas posturas que o extensionista pode adotar em sua atuação com os agricultores, uma consciente de sua função social de educador e outra passiva ou consciente de sua ação mantenedora das relações de produção.

O autor confessa que ele, como a maioria dos extensionistas, preocupa-se mais com os métodos e meios de atingir objetivos e fins predeterminados pelas políticas do setor do que fins e objetivos de um processo de desenvolvimento humano.

Para finalizar nossa interpretação do trabalho de Friedrich, não devemos esquecer que sobre comunicação o autor afirma que não podemos atuar como se fossemos neutros, pois não o somos. Agindo desta maneira, seremos sempre mantenedores das relações desiguais estabelecidas, que o adestramento ou domesticação do homem do campo não o emancipa, mas o transforma em mais um instrumento de produção. Afirma ainda que a extensão ou educação rural só se justifica na medida em que promove o ser humano, na medida em que o agricultor participa do desenvolvimento rural, desta maneira, resume sua opinião de como deve ser o extensionista, ou seja, continua-se a ter proposta do extensionista ideal sempre a ser construído no futuro.

O que gostaríamos de destacar neste trabalho é a visão que o autor tem de que a realidade que deve se adaptar ao homem e não o contrário. Ou seja, o homem deve agir construindo sua realidade conforme seus interesses e anseios que, no caso do agricultor, diferentemente do homem urbano, pelo contato muito freqüente que tem com o ambiente natural, possui ritmo não objetivado pelo capital e as horizontalidades das relações sociais, agricultores-extensionista são fundamentais para uma visão dos reais problemas de forma consciente. Podendo-

se assim, construir compromissos para superação do estado atual em que se encontra.

Na obra *Extensão Rural: da pesquisa ao campo* (BICCA, 1992), enfatiza-se a necessidade da extensão rural ser um elo de ligação entre os centros de pesquisa e o campo, sendo que o campo faz-se de laboratório para testar novas tecnologias. O autor defende a necessidade de que a extensão rural tenha um caráter de educação, visando à continuação do ensino fundamental, como se os extensionistas passassem a compor o sistema educativo. Sugere até que receba recursos dos órgãos de educação.

Apesar de, na apresentação do estudo, o autor colocar a extensão rural como uma ação educativa, ensinando a viver e a produzir no meio rural, ensinando a pensar, a refletir e a agir, racional e eticamente, proporcionando capacitação emancipadora e profissional, não encontramos no estudo uma construção de proposta para atingir o pretendido e nem suas bases epistemológicas.

Encontramos também na obra, material sobre a conservação ambiental e educação, porém, o que mais interessa neste trabalho é o capítulo intitulado *Extensão, Sistema Educativo*, onde temos a visão pedagógica do autor.

Apesar da época da publicação da obra, 1992, quando já se possuía uma concepção mais democrática das políticas públicas, a visão do autor é de que a mão pesada do Estado deve agir em defesa do patrimônio florestal brasileiro, através da extensão rural. Usando-se de uma educação "mais abrangente", de maneira a atribuir à extensão rural a responsabilidade de mudança de valores e atitudes no sentido de transformar o homem do campo, a extensão deixa de possuir caráter educativo e assume o de controle.

Alguns conceitos de extensão rural são retomados pelo autor para o tratamento adequado da questão extensionista. Em todos, a relação com a educação é reafirmada, de forma a provocar uma mudança de comportamento na população rural. Porém nenhum dos conceitos concebe a extensão numa relação direta com o conhecimento já existente no meio rural, ou seja, o conhecimento local, e nem trata a questão de forma participativa ou construída em conjunto com os agricultores de forma conscientizadora.

As dificuldades encontradas na ação extensionista são, para o autor: o grande número de produtores, a extensão territorial, o nível cultural e o linguajar diferente do homem do campo. Para ele, para se realizar uma ação extensionista eficaz, deve-se ter conhecimento das leis educacionais do país, principalmente dos objetivos dessa educação. A relação entre a extensão rural e o ensino escolar rural é vista como uma complementação e, ao mesmo tempo, uma continuidade dada à necessidade constante de aprimoramento.

Para Bicca, ensino agrícola, através da extensão rural, é tido como ensino prático, fora da escola, realizado em função da realidade rural e, para o autor, etimologicamente, educação tem o significado de "tirar de dentro" ou "fazer crescer".

Tem-se que a continuidade no aprendizado atualmente se faz cada vez mais necessária, e este conhecimento é estreitamente relacionado com a prática, nas suas variações regionais de linguagem, com grande extensão territorial rural.

Masselli, em *Extensão Rural Entre os Sem-Terra (1998)*, como o título já demonstra, procura entender a extensão em sua prática na relação com os assentados. A importância desta publicação está no fato de ser a mais recente sobre o tema e ter sido elaborada a partir de um fenômeno único de proporções

nacionais no Brasil, que é o Movimento dos Sem-Terra, MST. Para a autora, pesquisar a relação da extensão técnica e os agricultores assentados é deparar-se com uma dinâmica na qual, às vezes, o mesmo técnico que se encontra como educador-militante defensor das idéias do movimento aparece, na maior parte das vezes, carregado de opressão, representante que é do governo e da lógica capitalista vigente. Como agente do Estado, o extensionista é mantido numa hierarquização burocrática que às vezes lhe é útil para fugir das cobranças feitas pelos agricultores assentados, e esta mesma hierarquização burocrática também o imobiliza quando é militante, dificultando a defesa dos interesses do movimento.

Um resultado importante que a pesquisa revelou e, num aspecto que a nosso ver poderia ser estudado melhor, é a independência que “às vezes” os assentados possuem, não havendo a necessidade da “ajuda” dos técnicos, não se colocando passivamente diante dos problemas, recorrendo aos companheiros assentados para a solução de problemas de produção, pois, às vezes, o técnico é amigo, mas não companheiro. Segundo a autora, o técnico é visto como amigo e “é mais fácil defender-se dos inimigos do que dos amigos”.

2.2 Paulo Freire em Extensão ou Comunicação.

Em 1971, Paulo Freire publicou um ensaio denominado Extensão ou Comunicação, em que estudou a atuação do agrônomo na transferência dos conhecimentos em relação aos *camponeses* do Chile. O autor procurou questionar a semântica da palavra extensão, como não sendo a adequada para denominar a atividade que os agrônomos desempenham na transferência dos conhecimentos aos agricultores. Para ele, a palavra comunicação seria mais

adequada. Trata-a gnosiologicamente, passando a desenvolver um “olhar” da extensão rural como invasão cultural. Ele analisa, ainda, o papel do agrônomo na realização da reforma agrária como sendo necessariamente educativo e não extensionista. Ele questiona se deve haver extensão ou comunicação (dialógica).

Para Freire, quando o extensionista vai a campo com propagandas prontas, slogans e discursos, ele não está dialogando, comunicando, ele está executando uma invasão cultural. A própria técnica pode, de certa forma, chegar como salvação messiânica de modernização, porém poderá não significar desenvolvimento.

A invasão cultural a que Freire se refere está baseada em seus estudos, principalmente naqueles voltados para o homem forjado na práxis, práxis esta do homem que trabalha. Este homem para ele possui um “pensamento - linguagem” que: “Atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade, que dele se separa, somente ele, ao alcançar tais níveis, se faz um ser da práxis”. (FREIRE, 1983, p. 39).

Este homem forjado na práxis é, no caso do agricultor, aquele que, através do desenvolvimento de um “conhecimento local”, produzido na prática de sua relação com a natureza, construiu um saber que é dele, e que não necessariamente é de domínio do agrônomo, ou seja, possui um pensamento-linguagem próprio. Porém este pensamento-linguagem pode ou não ser mágico ou mítico, mas um pensamento-linguagem refletido e construído no decorrer do tempo: “O agrônomo - educador não pode efetuar a mudança de atitude dos camponeses em relação a qualquer aspecto sem conhecer sua visão do mundo e sem confrontá-lo em sua totalidade”. (FREIRE, 1983, p. 13).

Freire, expondo esta situação, vê a atividade de extensão rural, principalmente a do agrônomo, como educativa, negando aquela que transmite, estende, entrega, transfere mecanicamente, deposita informações como uma invasão cultural ou como domesticação, ou, ainda, como uma missão messiânica. Pelo contrário, caberia a ele (extensionista) recusar-se à domesticação e propor uma comunicação, não bancária, mas dialógica, democrática. Como esta comunicação trata de questões no domínio do humano, o próprio autor admite que ela envolve uma questão filosófica, *desde que realmente crítica* e a sugere, mas não chega a discuti-la profundamente.

Esta reflexão filosófica existe para Freire pelo fato de haver duas formas de conhecimento (doxa e logo), que tem, para ele, dois pressupostos: primeiro, que deve, como já foi salientado, ser crítica; segundo, que deve ser em termos dialéticos.

Nas diferentes formas como o homem conhece, nas suas relações com o mundo, sem verbalismos, nem na simples descrição da realidade sem a possibilidade de sua transformação é que se encontra a base do estudo filosófico proposto, ou seja, só na sua prática e reflexão; a partir desta prática, iremos pensar o desenvolvimento da comunicação dialógica rural. É como sujeito que o homem possui o papel de conhecer e não como objeto.

Por isso mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. (FREIRE, 1983, p. 28).

Paulo Freire entende que não há educação neutra, mas, sim, politicamente constituída, e não há mudanças de procedimentos sem que se influenciem outras dimensões da existência humana; ou seja, não sendo neutra a

educação, ela chega carregada de significados, portanto, se não for dialógica, não possibilitará a “ancoragem”, isto é, não oferecerá temas e palavras que liguem estes novos conhecimentos aos já existentes no educando, não promovendo, portanto, a absorção significativa, ou seja, aquela que possua relação com a práxis do educando. Desta forma a ação extensionista será propaganda e não educação.

Assim, agrônomo-educador não pode transferir ou substituir os conhecimentos empíricos do agricultor por conhecimentos científicos. Isto não quer aqui dizer que não seja necessário o desenvolvimento do meio rural, e que não seja necessária a assistência técnica, mas que estas propostas partam de “temas geradores” dos agricultores, de forma a ir além de um simples treinamento culturalmente invasor, que seja mais que desenvolvimento, seja evolução.

Jacques Chonchol afirma que Freire: “Mostra como a ação educadora do agrônomo, como a do professor em geral, deve ser a de comunicação, se quiser chegar ao homem, não ao ser abstrato, mas ao ser concreto inserido em uma realidade histórica”. (CHONCHOL apud FREIRE, 1983, p. 12).

A extensão que ocorria quando da pesquisa de Freire - e que para nós ainda ocorre - possui um conceito de transformação do homem agricultor em “coisa”. Na invasão cultural realizada pelo extensionista, procura-se construir atitudes que não são próprias do agricultor, que não são do seu modo de vida. Não sendo a técnica ou conceito sua construção, o agricultor recebe, como depósito, as informações vindas do extensionista, vendo-as como algo mítico, fora de sua realidade existencial.

O ensaio *Extensão ou Comunicação* apresenta alguns aspectos a serem destacados na *tomada de consciência através do diálogo*, na efetiva

participação. O que nos leva, além da questão semântica e a situação gnosiológica do termo extensão, a outras discussões como as de ideologia, reflexão, problematização, invasão cultural. Sobre essas questões, Paulo Freire desenvolve seu pensamento principalmente em *Pedagogia do Oprimido*, considerada obra fundamental do autor. Em outras obras podemos também encontrar algumas referências.

Freire trabalha com a educação não formal, que é a perspectiva verdadeira de humanização, no dia-a-dia das relações sociais. No nosso caso, a extensão do agrônomo em relação ao pequeno agricultor, relação na qual o homem conscientemente transforma ou deveria transformar o mundo no trabalho, na prática.

Freire, através do que para ele é "verdadeiro humanismo", procura encontrar o caminho da dialogicidade para a libertação. O humanismo, segundo ele, a serviço do homem concreto, inserido em determinada realidade prática, o humanismo científico.

Segundo Freire, para haver humanismo, no sentido do humano histórico, construído através da história, para o humanismo verdadeiro (humanismo científico), o único caminho é a dialogicidade: "dialogar é empenhar-se na transformação constante da realidade".

O "humanizar o homem", no sentido em que Paulo Freire atribui à sua concepção do termo, como princípio para a dialogicidade, é a do ser social que transforma seu mundo: "Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar". (FREIRE, 1975, p. 92).

Para Freire, o existencialismo e o humanismo são racionalmente construídos na ação, no pronunciamento do mundo que o homem realiza quando da problematização que se faz na práxis. Para tanto, este homem que está situado num espaço e num tempo deve buscar o conjunto de idéias ou concepções deste momento “epocal” para aproximar-se das representações concretas dessas idéias que constituem a sua realidade. Vanilda Paiva descrevendo sua perplexidade sobre o pensamento de Paulo Freire quanto à consciência humana traz que:

Somente ele seria capaz de fazer que o homem se voltasse para outro homem buscando despertá-lo para o existir autêntico. O verdadeiro contato interpessoal permitiria “sacudir” as consciências, retirá-las de seu sono indiferente, conturbar a paz da superfície, denunciar o compromisso consigo mesmo, lembrar ao homem a sua condição, ampliar a consciência de seu próprio poder ser. (PAIVA, 2000, p. 49).

Se o agrônomo possui uma visão humanista do mundo, ele deve ter a figura do pequeno agricultor como ser racional historicamente constituído e que ele não é *o papel em branco para sua propaganda*. Não se trata do humanismo em suas raízes, onde os valores espirituais e os homens estão acima de quaisquer outros valores, mas o homem histórico concreto. E só vendo assim este homem, que podemos compreender Freire nas suas várias manifestações das relações entre opressores e oprimidos.

Freire vai primeiramente à busca do entendimento semântico do termo extensão, este ramo da lingüística que estuda o sentido das unidades lingüísticas e suas combinações. Procura o sentido de extensão no termo “extensão agrônômica”, atividade do profissional que trabalha diretamente com os agricultores. Busca a explicação de sentido em Pierre Guiraud. Ele depende das relações das palavras com as outras palavras do contexto. Os sistemas de sinais são mistos, isto é, contém signos, imagens, etc. Quando há a mudança de uma

única palavra em um contexto esta ação necessita da reestruturação dos "conceitos vizinhos" ligados a esta palavra.

Freire vai buscar em Ferdinand Saussure as relações de comunicação quanto ao signo, significado e significante. Nelas a língua deve ser estudada como um sistema, na sua interdependência com a realidade. A evolução da técnica, do costume, traz consigo mudanças de sentido.

O significado do termo extensão, como estudo lingüístico, é apresentado por Freire em suas várias concepções: transmissão, sujeito ativo, de conteúdo, entrega, messiânica, de superioridade, inferioridade, mecanicismo, invasão cultural. Esta última no sentido de que, "o conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem". (FREIRE, 1983, p.22).

Freire estava convencido de que qualquer que fosse o setor da extensão, todos partiam da consideração de que aquele que recebesse pertenceria a um mundo inferior. Assim, 'transformando o homem em quase coisa', os extensionistas negavam o homem como transformador do mundo, negavam-lhes as reflexões. Para ele a extensão rural não é isto; a extensão é educação.

Dessa maneira, estudando a palavra extensão, submete de um campo lingüístico a um campo conceitual.

A partir desta concepção, o autor afirma que "quem estende, estende alguma coisa", sendo esta coisa objeto direto da ação do verbo estender. Este ato, esta ação, de estender algo está conectado ou relacionado a alguma coisa que vai até a algo ou alguém. Esta ação social entre o agrônomo extensionista e o agricultor ocorre em um meio específico que é o rural, possuidor de signos

específicos do meio. São conceitos e/ou técnicas. A extensão não se dá diretamente em relação à natureza ambiental do local, ou seja, a algo. Entre o agrônomo e o problema material está a pessoa, o agricultor. Para Freire, o conceito de extensão não tem um sentido humanista abstrato, mas concreto/científico.

Para que uma ação, uma prática, seja significativa para o sujeito, ela deve ser "logos" (inteligibilidade, razão) e não "doxa" (crença, opinião), sendo que, para esta teoria, uma ação, para ser lucidamente apropriada pelo sujeito, deve fazer parte de sua cultura e não da do outro.

A substituição pelo extensionista da doxa pelo logos poderá, segundo Freire, no caso do agrônomo educador, modificar esta visão mágica do agricultor. *Logos*, como ordenação do mundo sensível e o mundo inteligível, como reflexão na busca da razão. Como uma questão não técnica somente, mas cultural e social: "Através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão". (FREIRE, 1983, p. 33).

Para tanto é necessário que este homem afaste-se da sua situação do *aqui*, onde ele está inserido para descobrir-se na realidade.

É por isto que não é possível ao agrônomo-educador tentar a mudança de atitudes dos camponeses, em relação a qualquer destes aspectos (dos quais o conhecimento deles [que não se pode ignorar] se encontra em nível preponderantemente sensível) sem conhecer sua visão de mundo e sem enfrentá-la em sua totalidade.(FREIRE, 1983, p. 35).

Denominando-se de "percebido destacado" para, por exemplo, uma questão técnica como a erosão, Freire diz que, ao destacar-se uma situação x, esta deve ser percebida nas suas mais variadas relações, para após isto começar

alguma proposta de mudança da realidade: “Concomitantemente com a discussão problemática da erosão e do reflorestamento, por exemplo, se faz indispensável à inserção crítica do camponês em sua realidade como uma totalidade”. (FREIRE, 1983, p. 35).

A erosão aparece para o agricultor como uma "visão de fundo". As questões sociais, econômicas e culturais que levaram ao seu aparecimento e sua relação com outros problemas devem ser tratadas juntamente com as questões técnicas propriamente ditas em relação à solução da questão erosão.

O agente extensionista portador de determinado conhecimento científico, ao levar ao campo novos conhecimentos, carregados de relação homem-mundo, relações homem-natureza, esquece-se de que o mundo natural é fruto das relações entre homens, mundo de cultura e história e que condiciona o homem a enfrentá-lo nas relações de homens e de natureza. Não sendo possível entender as relações com a natureza sem entender as relações entre homens.

Não é possível estender, com a extensão rural, os conhecimentos que salvarão, transformarão outros homens de uma "sede de saber" a uma "sede de ignorância".

Os conhecimentos são construídos em função de condicionamentos históricos sociais, sendo o conhecimento dozo distante do desvelamento racional do agricultor sobre determinado assunto ou técnica, principalmente tratando-se de procedimentos técnicos construídos fora de seu ambiente natural, local. O papel do extensionista tradicional, normalmente, é levar um conhecimento novo que substituirá um outro conhecimento já existente.

Na concepção da problematização que Freire enfoca em várias de suas publicações, o agrônomo-educador é um dos sujeitos e coordenador do diálogo ao

mesmo tempo, pois tanto ele como os agricultores possuem condições de abrir caminhos para os temas geradores. A problematização constitui-se em reflexão, que as pessoas envolvidas no processo fazem sobre determinado conteúdo, de forma a procurar agir melhor na realidade: “É que, na problematização, cada passo no sentido de aprofundar-se na situação problemática, dada por um dos sujeitos, vai abrindo novos caminhos de compreensão do objeto da análise aos demais sujeitos”. (FREIRE, 1983, p.83).

Nesta dinâmica dialética serão gerados conflitos que só serão superados pela conscientização de si em relação aos outros e ao mundo. É a realidade que traz o conteúdo programático. Para exemplificar: em determinada época encontra-se um conjunto de agricultores que, de certa forma, estão inseridos em um contexto no qual não são capazes de perceber-se como oprimidos. Na temática local, nacional e internacional encontram-se os elementos para historicamente perceberem em relação aos seus temas próprios suas “situações-limite”. Não tem como se libertar se não possuem uma visão total do contexto, ou seja, a visão orgânica que dá condições de, ao voltar, ter maior clareza da sua situação oprimida.

A questão da conscientização é referida na maioria das obras de Paulo Freire e nas produzidas por aqueles que se dedicaram a pesquisar sua pedagogia.

Novoa, em Diálogo com Paulo Freire (1977), publicou uma entrevista intitulada “Educação Para o Despertar da Conscientização”, na qual se obtém a explanação sobre o que significa conscientização para o pedagogo. Diferenciando a educação de dominação e a de libertação, sendo a primeira para a

domesticação e a segunda para a humanização, Freire introduz sua explicação de conscientização.

Ele diz que a relação homem/mundo pode ser afirmada como sendo uma relação do homem e a sua conscientização, e que isto não significa a “fuga dos fatos concretos ou uma metafísica” (FREIRE, 1977 apud NOVOA, 1977 p. 30), e para se compreender melhor esta questão seria importante um estudo da “arqueologia do conhecimento ou conscientização”. Desta forma, ele entende que a conscientização é orientada para o mundo, não sendo algo vazio no homem. E por esse caminho o homem poderia voltar a criar, a ser. Com a conscientização há a reflexão voltada para o mundo e esta ação entre o que é concreto e abstrato é constante na história consciente do homem.

O que digo é que a reflexão não é suficiente para o processo de libertação dos homens, porque precisamos de ação. Mas, também, a ação isolada não é suficiente, exatamente porque o homem não é só ação; é também reflexão. (FREIRE, 1997 apud NOVOA, 1977, p. 33).

Freire afirma, porém, que a conscientização não é suficiente para a libertação, é necessário a transformação da realidade. Mas primeiro é preciso conhecê-la. A unidade entre reflexão e ação tem que ser continuamente relacionada. Freire enfatiza a necessidade de evitar dois tipos de erros ao procurar entender sua concepção de conscientização. O primeiro é o do subjetivismo, onde se considera a consciência criadora do mundo, a consciência criando a realidade. No outro extremo, é a consideração de que há somente a objetividade, o poder da objetividade condicionar a consciência.

Assim, para ele, a consciência aparece entre a *relação do homem e o mundo do homem e a realidade*. Precisamos aprender, entender a dialética

entre mundo e consciência, assim entender o papel da consciência na libertação do homem.

Nesta dialética entre ação e reflexão, faz parte a ação política dos homens para a sua libertação. Para Freire, se há um caminho para a libertação, há também encruzilhadas e elas estão nas chamadas situações-limite: “Então, que, ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhe impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora”. (FREIRE, 1975, p.37).

As situações-limite levam o homem a revolucionar-se e estas situações são alcançadas conforme a consciência de si aumenta.

A questão que vemos ser fundamental para entendê-lo é constatar se seu foco é o objeto ou o sujeito. Entre educando e educador, num processo de formação mútua e permanente na procura da conscientização para a libertação, Paulo Freire coloca que esses sujeitos/objetos alcançariam a liberdade para se tornarem sujeitos através da conscientização de si como objeto.

Em *Educação Como Prática de Liberdade*, Freire disserta mais longamente sobre a questão da conscientização e a percepção mágica.

A consciência mágica, por outro lado, não chega a acreditar-se “superior” aos fatos, dominando-os de fora, nem se julga livre para entendê-los como melhor lhe agrada. Simplesmente os capta, emprestando-lhes um poder superior. (FREIRE, 1980, p. 105).

O pensamento mágico possui uma estrutura que não pode ser substituída por uma outra mecanicamente. Ao se propor uma nova maneira de pensar sobre determinada situação “mágica” com linguagens e procedimentos que não são significativos para o agricultor, tem-se, provavelmente, duas respostas: ou eles não aceitam esta nova visão, por reação de defesa, ou a vêem como outra mágica que, neste caso, *disputará* com uma que eles já têm. Por isso a necessidade de se buscar a consciência crítica e sua integração com a

realidade, e não como a consciência mágica ingênua, como superposição à realidade.

Diferenciando percepção mágica de pensamento mágico, Freire afirma ser a primeira objetiva e o segundo não. O homem, frente à determinada situação não compreensível, seja ela natural ou histórico-social, tende a torná-la uma situação mágica e, quando não a compreende na sua totalidade, busca, além das relações verdadeiras, a razão explicativa para dada situação.

Para Freire a conquista que, pela invasão cultural, possa se pretender significa: domesticação, condução, manipulação, divulgação, propaganda, slogan de concepções, hábitos e conceitos fora do contexto diário do agricultor, fora "das palavras de sua fala".

Após a apresentação dos aspectos mais gerais do pensamento de Paulo Freire articulados com as questões da extensão rural, passaremos a discutir o que significa para Freire a Invasão Cultural, a Dialogicidade e a Conscientização.

Freire afirma serem necessárias três situações ou condições para a conquista de uma cultura sobre a outra obter êxito: a Divisão, a Manipulação e a Invasão Cultural.

A Divisão e Manipulação antecederiam a Invasão Cultural, a qual inibe as potencialidades do ser, impondo-se uma visão de mundo, que é a do invasor, paralisando a criatividade. O invadido assim perde sua originalidade. O invasor é autor e ator do processo enquanto os invadidos são "objeto" daquele. Os invadidos seguem a opção do invasor. Pode-se ter a invasão cultural de uma classe sobre outra ou a invasão de uma sociedade metropolitana numa sociedade

dependente. O modo de vida, padrões e finalidades dos invadidos passam a ser as do invasor.

Para o sucesso da invasão⁶ é necessário que o invadido entenda-se pela ótica do invasor. Mimetizando, o invadido vê-se inferior. Assim os valores, o modo de vestir, de falar, de se expressar passa a ser imitação. Por isso, por ser imitação, não é autêntico, criativo, verdadeiro.

Para que haja uma ruptura nesta invasão, é necessário que o eu se afaste do tu para poder ver-se criticamente, em contradição. Nesta situação deve haver a ruptura não na consciência do ser, mas na práxis. A manutenção do *status quo* só interessa ao invasor, sendo que qualquer mudança na percepção do mundo pelo invadido passa a ser uma ameaça à dominação do invasor, aqui que Freire entende a extensão rural, na forma como ocorre, como uma ação antidialógica.

A conquista só ocorre se há no hospedeiro ou oprimido a imagem do opressor. Para tanto, o dominador desenvolve alguns mecanismos para sua dominação como a divisão, a manipulação, o assistencialismo ou paternalismo, a ilusão da possibilidade de ascensão, a invasão cultural, a diminuição dos valores do oprimido e a alienação. A dominação se exerce na escola, na família, na religião e na extensão rural. A cultura do dominador vai-se introjetando.

Na persuasão mítica da propaganda, encontramos um sujeito que persuade, o agrônomo, e outro, como objeto a ser persuadido, o agricultor. Tendo-se uma opção libertadora, problematiza-se a situação concreta criticamente, para avançarem, mediatizados pela realidade. A ação do técnico muda de aspecto, passando a ser de comunicação, sendo que: "Como educador, se recusa a

⁶ Esta invasão se dá de várias maneiras. Como ação social, ela ocorre através das ciências sociais e da tecnologia, entre outras formas. O passado do invadido é verificado, para que o invasor possa "determinar as alternativas de seu futuro".

'domesticação' dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão". (FREIRE, 1983, p. 24).

Aqui Freire se refere à comunicação, não na concepção hoje muito utilizada pela propaganda em massa, mas na comunicação, para ele, *dialogica*.

Com assistencialismo intelectual ou material, não se chega à realidade, o que leva os educandos a não se desvelarem e se reconhecerem como assistidos.

O sucesso da invasão cultural se dá através de um conjunto de ações antidialógicas, a realização da conquista, da manipulação e o messianismo. Entre essas está a propaganda, os slogans, os depósitos e os mitos e, para lograr êxito, faz-se a descaracterização da cultura invadida.

A manipulação, que cria condições para o fenômeno do populismo, e a massificação contrária à organização dos indivíduos são formas de dirigismos, de domesticação que negam o homem como sujeito.

A partir da exposição do que significa dialogicidade e antidialogicidade, Freire passa a determinar o que considera invasão cultural. Para o autor, há a necessidade de se atingir um nível de conscientização para que o homem possa, a partir daí, ter condições de reflexão sobre si, sua atividade prática, passando a "ser" nas relações do mundo.

Na ação de decidir, neste caso, cortar, separar-se do mundo para "admirá-lo", mesmo sendo dele parte, está o nível necessário para esta dialogicidade, para libertação.

A antidialogicidade, através da ação extensionista, implica na substituição de valores, concepções, atitudes de uma determinada população pelos de outra, ou seja, daquela que realiza a invasão, reduzindo os homens

deste espaço a "meros objetivos de sua ação", sendo esta uma relação de autoridade, autoritária. Há, assim, de um lado a atuação e de outro a ilusão de atuação: "O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra; os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro". (FREIRE, 1983, p. 41).

A "anti-dialogicidade", que Freire classifica como sendo a pedagogia do opressor, se difere da "dialogicidade", pois a primeira atua como controle, depósito de conteúdos, conquista e a segunda, como conscientização-reflexão na práxis-libertação.

Paulo Freire propõe uma pedagogia que relacione a experiência vivida ao estudo, trabalho e política, numa dialogicidade entre teoria e prática e entre prática e teoria, em duas vias de relações dialéticas. Esta dialogicidade deve ser não só social na relação educador/educando, mas também científica, entre a racionalidade e a prática, entre as várias práticas e as várias ciências.

Para que haja este diálogo, propõe que se tenha uma metodologia que busque a palavra geradora nos temas geradores que serão escolhidos pelos educandos. É no mundo concreto que se deve procurar os temas geradores.

Se não há significado dos signos para ambos, agricultor e extensionista, não há diálogo. Neste caso, as *crenças* empíricas do agricultor chocam-se com os *significados* técnico-científicos dos extensionistas. O extensionista, acreditando na incapacidade de diálogo com o agricultor, por pertencer a condições sócio-culturais diferentes, promoverá a invasão cultural.

A "dialogicidade" e a "anti-dialogicidade" são as chaves que Freire usa para demonstrar o que representa a via para a conscientização e, conseqüentemente, a libertação do oprimido frente ao opressor.

Para que o oprimido enxergue as contradições reais na práxis há a necessidade do rompimento desta aderência ao opressor que nele habita. É nesta evolução que se pode encontrar as condições de superação das situações-limite dos oprimidos.

Freire acredita que é pelo diálogo o caminho para esta nova forma de agir.

A principal preocupação a ser levantada é o fato de o homem ser não só o que ele é, mas o que ele foi. Esta situação não estática é a interligação de momentos históricos diferentes: *as unidades epocais de certa forma se interpenetram*. A verdade histórica se faz através da intercomunicação de uma época a outra, denominada "estrutura horizontal", sendo a estrutura vertical o quadro das relações de transformação homem-mundo.

O mundo humano é um mundo de relações, onde o signo lingüístico é uma das formas de relação, a comunicação. Desta forma, não há sujeito passivo na comunicação dialógica. A comunicação entre os sujeitos é realizada por expressões verbais que "deveriam" ser percebidas por ambos, por significados que deveriam ser comuns. Se não há acordo no diálogo, através do ato comunicativo, não há compreensão, não há percepção. Assim, no sentido verbal, que pode ser transposto para o sentido produtivo, Freire traz um exemplo:

A colheita por exemplo - poderemos usar um sistema simbólico inteligível para eles. Nossa linguagem técnica, que se exprime num universo de signos lingüísticos próprios, pode deixar de ser alcançado por eles, como o significante do significado do qual falamos. Daí que a palestra seja cada vez menos indicada como método eficiente. (FREIRE, 1983, p. 68).

Nem todo agrônomo ou assistente social realizam invasão cultural, mas estes não constituem um número significativamente expressivo. Esses "agentes de mudança", que vêem a necessidade de uma extensão construída com o

agricultor, às vezes não são estimulados: deparam-se com a justificativa tecnicista de "falta de tempo", que não é um "estímulo à produtividade". Outra justificativa que impulsiona a antialogicidade é a alegação de que, por falta de tempo, seja necessário o depósito de conhecimentos para modificar o comportamento empírico dos agricultores com a adoção de técnicas apropriadas, o que gera outro questionamento, o de que não há como dialogar com agricultores sobre técnicas que eles não conhecem e cujas bases científicas eles não possuem. Sobre essas justificativas, Freire procura mostrar que seria possível o diálogo se o objeto deste fosse a vida diária do agricultor, no tempo do agricultor, construído a partir de sua experiência de vida. Apesar de a comunicação em massa procurar levar ao campo um estilo urbano e obter êxito, sempre fica nessas comunidades rurais certos núcleos básicos de sua forma de estar sendo.

Tempo perdido, do ponto de vista humano, é o tempo em que os homens são "reificados" (e até estes, de um ponto de vista concreto e realista, não rigorosamente ético, não é um tempo perdido, posto que é onde se gera o novo tempo, de outras dimensões, no qual o homem conquistará a sua condição de homem).(FREIRE, 1983, p.50).

Tempo perdido é o do verbalismo, do palavreado, dos conceitos desconectados da realidade, da práxis. A demora que, num primeiro momento, pode parecer perda de tempo, com o diálogo, começa a inserir o homem como verdadeiro sujeito de transformação.

A criatividade também se amplia, segundo Freire, pelo diálogo comunicativo, pois aquela se constrói na práxis dos homens, prática que não se separa da teoria de quem busca o saber.

Para Freire, é nos "círculos de cultura", que deverão ser geradas as palavras e os temas geradores. Portanto não se pode chegar com um programa no qual já estão colocadas e determinadas as ações e metas a serem atingidas.

A partir dos temas geradores, encontrados em determinado grupo social a ser trabalhado, nascerão outros temas, que poderão vir a ser conflitantes, como proteção ambiental e produção, técnicas e experiências, capital e trabalho, etc.

Assim, o agricultor, gerando seus próprios temas, saberá o porquê, o como, onde se pretende chegar. Os temas gerados a partir, por exemplo, da necessidade de melhoria da produtividade, através da capacitação técnica, devem conter todo um conjunto de temas.

Simultaneamente, com a melhor instrumentação para o aumento de produção, que é um fenômeno social, a capacitação técnica deve constituir-se, como processo que é, em objeto da reflexão dos camponeses. Reflexão que os faça descobrir todo o conjunto de relações em que se acha envolvida a sua capacitação.(FREIRE, 1983, p. 92).

Na permanência e/ou transformação dos sujeitos, estabelecida dentro de um determinado tempo, encontra-se uma duração cultural; na problematização encontra-se um que fazer, necessário para o movimento cultural. Ao ser-mais, chega-se a partir do aqui; na problematização do agora se encontra o caminho do amanhã. É um mundo humano que se tem, neste mundo problematizado, na crítica de sua ação e da ação dos outros. Na totalidade, caminha-se à conscientização.

A educação é permanente, pois caminha, sucessivamente, de um determinado tempo cultural para um outro. Porém, uma cultura própria só será desenvolvida, numa sociedade que não seja importada, mas construída a partir de situações experimentadas e não determinadas por uma outra sociedade da qual se dependa.

Assim por exemplo, a semeadura passa a ser apreendida, criticamente, como parte de uma realidade processual maior...das sementes, quanto às técnicas usadas e às crenças mágicas dos camponeses. Como também a posse da terra.(FREIRE, 1983, p. 85).

Para Freire, o agrônomo-educador deve se apoiar num humanismo que *não se nutra de visões de um homem ideal*, como mito, fabricado na imaginação, não se apoiando em gestos humanitários, mas humanismo de homens *mergulhados na realidade*, sendo a ação transformadora que move estes homens, como assim dizer concreto/científico, é que Paulo Freire nega o extremismo de concepções, de um lado o solipsismo, e de outro o objetivismo a-crítico e mecanicista.

Tanto erra o idealismo ao afirmar que as idéias separadas da realidade governam o processo histórico, quanto erra o objetivismo mecanicista que, transformando os homens em abstração, nega-lhes a presença decisiva nas transformações históricas.(FREIRE, 1983, p. 75).

Freire defende que se deve "enxergar" o homem, mesmo no caso da educação não formal, em sua interação com a realidade, sobre a qual realiza uma prática transformadora para a libertação. Afirma que a conscientização não se verifica em seres abstratos e no ar, mas nos homens concretos e em estruturas sociais: "Educador-educando e educando-educador, no processo educativo libertador, são ambos sujeitos cognoscentes diante de objetos cognoscíveis, que os mediatizam". (FREIRE, 1983, p. 78).

Assim, aquele que nega a co-participação no apreender o aprendido, através do diálogo, da comunicação, o faz pela incapacidade de se assumir ser cognoscível diante do objeto cognoscente. De outro modo, numa concepção libertadora, segundo Freire, chega-se à consciência através do diálogo ampliado pela própria necessidade de uma estruturação na busca do conhecimento pretendido.

Freire não nega a ação educativa do agrônomo. Pelo contrário, acredita ser seu dever educar e educar-se, mas o conceito de extensão, para ele, nega

esta ação. Persuadir as populações rurais com propagandas e imposições que são construídas no urbano, ou no “latifúndio”, para a transformação de uma sociedade rural, é o que Freire não aceita. Sobre a educação na extensão, afirma: “É verdadeira quando encarna a busca permanente que fazem os homens, uns com os outros, no mundo em que e com que estão, de seu Ser Mais”. (FREIRE, 1983, p. 23).

Sendo a ação do agrônomo algo que não é a teoria da ação do agricultor, ela não é sua verdade. Inversamente, quando a teoria é significação da própria prática, da qual o sujeito faz parte, ela passa a ser “lúcida”. Assim, de um lado, a invasão cultural é um antidiálogo e, de outro, a conscientização, o resultado de um diálogo.

O agrônomo, ou qualquer extensionista, que, na defesa de sua ação antidialógica se apóia, como justificativas, em “perda de tempo” ou “como dialogar com aqueles sobre conceitos técnicos que não conhecem?” está justificando sua superioridade.

O invasor torna os sujeitos de determinado espaço “objetos” de sua ação. Isto ocorre quando o agrônomo, na sua ação de transferência de conhecimentos, na qual só ele possui teoria e ação, atua e o agricultor, ao aceitar as novas formas de lidar com sua práxis, possui a ilusão de atuar. O invasor pensa pelo invadido. Para tanto o invasor utiliza-se das propagandas, slogan, mitos, as quais já nos referimos. A manipulação é inversa à organização dos sujeitos invadidos culturalmente, com o dirigismo, o assistencialismo e o paternalismo e, mesmo hoje, quando a ação do Estado não está mais se utilizando diretamente destas ferramentas, ainda encontramos nos agricultores estas características de dependência.

Segundo Freire, não possui o educador, no processo de educar, o direito de impor sua opção de mundo. Se assim o fizer, estará manipulando, estará "coisificando" o educando, numa ação que pode até estar disfarçada de "aparente roupagem inofensiva", caracterizando a conscientização "numa farsa".

Para uma educação realmente conscientizadora, o agrônomo deve conhecer a visão que este agricultor tem do mundo na sua totalidade, a visão do seu mundo mais próximo e principalmente as várias relações desses mundos:

Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda, quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela. (FREIRE, 1983, p. 24).

Assim que, seguindo a concepção de Freire, pretendendo-se obter novas atitudes, concepções e conceitos, para o desenvolvimento local sustentável, onde a preservação ambiental e os desenvolvimentos socioeconômicos são os objetivos da ação do agrônomo no PMBH, não deveria pertencer a este a tarefa de transferência de conhecimento ou técnicas, simplesmente.

Neste sentido é que a investigação do "tema gerador", que se encontra contido num "universo temático mínimo" (os temas geradores em interação) se realizada por meio de uma metodologia conscientizadora, além de nos possibilitar sua apreensão, insere ou começa a inserir os homens numa forma crítica de pensarem seu mundo.(FREIRE, 1975, p.113).

Se o agricultor fosse realmente consciente de sua situação frente ao todo, frente às "relações mundo" e "relações homens", através da sua produção, ele caminharia para a libertação. Na revolução o homem traz, segundo Freire, a imagem do opressor sem a qual não seria o oprimido. Se descobrisse em si o opressor, caminharia para a libertação.

Concluindo, podemos compreender a dinâmica do extensionismo nacional para o pequeno agricultor como tendo um movimento de uma extensão mais bancária para uma extensão menos bancária, porém uma extensão rural libertadora, como Freire propõe, entendemos ainda não existir e, nem podemos dizer que virá a existir com os moldes de relações sociais vigentes.

Em relação ao diálogo em si, podemos afirmar que em Bechara (1954) não havia esta preocupação, entendia o autor que o agricultor deveria saber ler e escrever suficientemente para receber as informações.

Após este estudo de Bechara, temos o de Paulo Freire que data de 1970, porém, pelas circunstâncias da época (exílio), este pensamento não foi utilizado pelas políticas públicas na época, o que vem a ocorrer somente na década de 90.

Costa, em 1982, defende a idéia de que estão no agricultor as condições de sucesso ou não de sua capacitação técnica ou desenvolvimento, o papel do extensionista ainda não é dialógico, mas, é o de provocar mudanças, de que o agricultor precisa.

De Figueiredo, Fonseca e Bordenave, todos com publicações em 1985, temos o primeiro como sendo menos próximo ao pensamento de Freire e os outros dois mais próximos.

Figueiredo (1985), presidente da Embrater na época, órgão que ditava a política para o setor extensionista demonstrava a necessidade de uma extensão de forma participativa para os agricultores, mas ainda não recomendava um “diálogo libertador” como Freire.

Bordenave (1985), apesar de salientar a necessidade de diálogo, ainda possui uma postura analítica de fluxo de informações, aquela “de quem as têm

para quem não as possui”. A falta de comunicação ou diálogo estaria no fato de que os agricultores possuem significados próprios de seu meio, dificultando o diálogo. Porém o autor deixa um viés possível de ocorrer diálogo, onde se faria necessário uma transformação estrutural.

Fonseca (1985), em sua pesquisa sobre o assunto, identifica o que Paulo Freire denomina de extensão em contraponto a comunicação, daquele que estende algo àquele que não possui. Neste sentido, Fonseca vai ao encontro à crítica que Freire faz à extensão rural, mas, ela não chega a defender a dialogicidade ou a comunicação como proposta de ação.

Mais próximo do pensamento de Paulo Freire temos Friedrich (1988). Em três aspectos podemos encontrar convergência entre os autores. Primeiro que os dois entendem o extensionista como um agente político, ou seja, ele não é neutro. Outra confluência de idéias é a necessidade do desenvolvimento das técnicas a partir das experiências vivenciadas dos agricultores e a relação desta com sua história. E por último a função do extensionista como colaborador para emancipação dos agricultores.

Pontes (1990) centraliza mais sua discussão na ação participativa dos agricultores, sendo o extensionista a “mola” propulsora desta participação. Quanto às convergências de pensamento com Freire, elas estão na necessidade da extensão rural partir do conhecimento dos agricultores e da relação deste conhecimento com sua prática.

Bicca (1992) possui uma visão divergente da de Paulo Freire. O autor enfatiza a necessidade do controle do Estado em relação aos problemas ambientais, e afirma que a extensão rural deve buscar mudanças de valores, como sendo menores os valores dos agricultores.

Dos autores pesquisados, Masselli (1998) é, ao nosso ver, a que melhor descreve a realidade do extensionismo. A autora coloca o extensionista como um agente que depende da Instituição que representa, mesmo quando defende, num trabalho não “bancário”, os interesses dos agricultores. Ela encontrou extensionistas/militantes que, pela burocracia da instituição na qual trabalham, não conseguem desenvolver um trabalho mais democrático participativo.

Assim podemos concluir que, na política pública para o setor de extensão rural, ocorre de certa forma um movimento, um deslocamento do foco de atenção do extensionista para o agricultor como já entendia Paulo Freire, porém, ainda não podemos afirmar categoricamente que a extensão rural atual, como diria Freire, é libertadora. Isto se dá por uma série de fatores separados da própria extensão rural como: ação educativa, ou as relações de produção em si.

3. A MUDANÇA DE CONCEPÇÃO E O PMBH

No século XX, a agricultura tradicional passou por uma transição na busca da “industrialização” agrícola culminando na conhecida Revolução Verde⁷ na década de 1950, baseada em insumos industrializados, mecanização e genética vegetal. O enfoque principal era o aumento da produtividade, não se dando a devida atenção às questões ambientais e sociais do setor agrícola, numa concepção rural, mas, sim, numa concepção agrícola. Com este modelo, foi muito grande a dependência dos agricultores à indústria de insumos e aos técnicos que ofereciam orientações sobre o uso correto destes insumos. Com isso, houve, também, uma dependência a uma determinada relação de ensino/aprendizagem.

A partir da década de 1970, os resultados da aplicação das estratégias convencionais de desenvolvimento já começavam a se mostrar insuficientes para dar conta das crescentes condições de desigualdade e de exclusão social. Com os efeitos contaminantes dos agrotóxicos, dos resíduos, do lixo e das contaminações gasosas, nasceria a “consciência” sobre a incapacidade de se controlar as externalidades inerentes ao modelo hegemônico, ou seja, à dependência dos insumos industrializados. Com isso, imputou-se, através das políticas públicas, a necessidade de *outro desenvolvimento*, tendo hoje, como a mais significativa tendência, o tratado de Kyoto, que passou a vigorar este ano e que não foi assinado pelo país que é considerado o maior, tanto no setor econômico como na produção do conhecimento.

Caporal e Costabeber (2001), do corpo de extensionista da EMATER/RS, produziram vários textos sobre a ação extensão rural no Brasil e

⁷ Passaremos a nos referir como RV, quando tratarmos de “Revolução Verde”.

suas correntes. Na série da instituição “Textos Seleccionados” tem-se uma boa noção das correntes sobre sustentabilidade e do que é desenvolvimento sustentável.

Quanto às correntes temos duas principais. A primeira, ecotécocrata, que, apoiada na modernidade ocidental, tem como documento principal o Relatório Brundtland, que orienta o PMH no Estado de São Paulo. E a segunda, a ecossocial, influenciada pelas correntes humanistas, que tem em Sachs (1986) o seu principal interlocutor.

Assim surgiu o conceito de eco-desenvolvimento, especialmente na corrente ecossocial, em que as utilizações adequadas das tecnologias tradicionais e modernas são realizadas procurando respeitar as condições do ecossistema local e, ao mesmo tempo, procurando estar de acordo com as necessidades e decisões dos atores envolvidos nos processos de desenvolvimento, delegando aos agricultores familiares a denominada “participação” democrática na construção do referido desenvolvimento sustentável. No caso do Brasil, em especial, principalmente para a agricultura familiar, surge a questão do desafio de responder à pobreza e às questões ambientais respeitando-se os distintos modos de vida, as diferentes culturas, bem como a biodiversidade.

Para a formulação teórica da corrente ecossocial, encontramos contribuições vindas da “teoria marxista ecológica”, que tenta explicar, a partir de uma nova visão do mundo, uma nova perspectiva de transição ao socialismo, determinada pela contradição do capitalismo, que, sendo considerado a via para a liberdade econômica, depara-se, ao mesmo tempo, com uma situação conflitante: o consumo finito dos recursos naturais. Esta concepção encontra-se principalmente nas publicações da extensão Rural Gaúcha.

O'Connor, que, analisando as contradições do capitalismo sob a perspectiva do "neo-marxismo ecológico", afirma que a continuidade da acumulação capitalista só é possível mediante a continuidade da exploração e da contaminação da natureza. Assim, pois, já não se trataria simplesmente de um problema da reprodução das condições de produção, senão que estaríamos frente à ameaça de viabilidade do ambiente social e natural como meio de vida. (O'CONNOR 1990, apud CAPORAL, et al, 2001, p.13).

Segundo Caporal, a transição de uma agricultura da forma como ocorre, agricultura construída com a RV, em função do capital, para uma agricultura preparada para um desenvolvimento local sustentável deve-se orientar pela busca contínua de estratégias que impulsionem padrões sócio-culturais desejáveis e que estejam apoiados na evolução histórica dos grupos sociais, na sua co-evolução com o ecossistema em que está inserida. Não significando diretamente uma ruptura de organização social capitalista, podendo denominar-se neocapitalismo ecológico.

Quanto à concepção de desenvolvimento sustentável, o autor confessa haver mais tentativas de concepções do que uma teoria formada. Mas tem-se que a questão não se trata de construir um novo paradigma sobre desenvolvimento para uma contraposição ao desenvolvimento modernizador de momentos anteriores, mas sim, de procurar um consenso entre aqueles que defendem a necessidade de um outro modelo de desenvolvimento.

No caso da agricultura dos pequenos produtores tem-se a necessidade de também definir o que seja agricultura familiar. Neste sentido temos que:

São três as características essenciais que definem a agricultura familiar brasileira: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou de matrimônio; b) a maior parte do trabalho é igualmente proporcionada pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família, e é em seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos

responsáveis pela unidade produtiva. (FAO/INCRA, 1996 apud CAPORAL, et al, 2001, p. 15).

Em geral, o pequeno agricultor possui apenas uma pequena área de terra, pobre ou esgotada. O alimento produzido em sua terra é insuficiente para assegurar o sustento da família, razão pela qual vende ocasionalmente sua força de trabalho e de outros membros da família a empresas agropecuárias da região, visando suplementar a receita, de forma a dar-lhe condições de adquirir os bens de consumo que necessita para atender a demanda familiar.

A modernização da agricultura ou Revolução Verde (RV), a mudança da agricultura tradicional para a agricultura baseada no uso intensivo de insumos não foi uma escolha dos pequenos agricultores, não representou uma escolha consciente. Podemos assim, de forma ampla, dividir a história da extensão rural em três fases, uma primeira, que não seria ainda uma extensão rural propriamente dita, mas uma transferência de conhecimento de forma a *dar* ou transferir aos agricultores um pouco dos conhecimentos científicos até então desenvolvidos nos centros de pesquisas ou trazidos do exterior; uma segunda, que seria a “RV” diretamente organizada para atender de um lado as indústrias de insumos e de outro a produção de produtos a serem industrializados, e, por último, a atual, que se propõe a ser humanista/construtivista, ou seja, voltada para o homem inserido em determinada realidade.

Os agricultores familiares, além de se inserirem de forma marginal no processo, não tiveram possibilidade de escolha de caminhos a seguir no processo de produção.

Como vimos, em Paulo Freire, para uma evolução diferente de modernização é necessário ter como ponto de partida a realidade local.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-se. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. (FREIRE, 1980, p. 43).

O sistema agrícola de produção familiar, anterior a RV, era diversificado, atendia a especificidades e diversidades regionais, com produção quase auto-suficiente, equilibrado e pouco dependente de energia externa ao sistema. O limite da produção era dado pela capacidade de suporte dos recursos naturais, e o aumento da produtividade se dava pelos estímulos racionais ao meio.

Podemos verificar esta situação em Antonio Candido, no livro, *Os Parceiros do Rio Bonito*, no qual o autor, analisando o modo de vida dos pequenos agricultores de Bofete/SP entre 1948 e 1954, afirma que:

A princípio, o meio representava para o grupo uma totalidade, cujos limites coincidiam com os limites da atividade e da mobilidade grupais. Havia entre as atividades do caipira uma correlação estreita, e todas elas representavam, no conjunto, síntese adaptativa da vida econômico-social. Assim é que o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta não eram práticas separadas, e de significados diversos – mais complementares, significando cada uma per si, e todas no conjunto, os diferentes momentos dum mesmo processo de utilização do meio imediato. (CANDIDO, 1982, p. 173).

Mais adiante aponta mudanças ocorridas nas diferentes dimensões da vida do grupo. Sobre os utensílios domésticos afirma:

Se considerarmos, por exemplo, o equipamento caseiro, não veremos mais as gamelas de raiz, de figueira, as vasilhas de porunga, os potes de barros, as colheres de pau, feitas in loco (CANDIDO, 1982, p.179).

Este sistema *atrasado* possuía um grau de autonomia elevado, de baixo custo, e trazia consigo conhecimentos acumulados ao longo do tempo, além de uma cultura que lhe dava suporte. A modernização destruiu esta cultura e forma

de produção, impôs um padrão homogêneo de produção que está centrado nos interesses do capital. Tornou o agricultor altamente dependente de recursos externos à propriedade.

A extensão no Brasil sempre teve uma conotação muito maior de divulgação de técnicas do que de construção de uma nova sociedade. Quando uma extensão diferente é proposta no sentido de construção social, ela é uma reprodução da cultura urbana e não rural, no sentido de desenvolvimento local. O agricultor é visto como tendo baixo nível ou de um analfabetismo exacerbado por aqueles que praticam a extensão rural, dificultando o trabalho extensionista.

Desde o início do século passado, nos primeiros trabalhos de extensão rural, tinha-se, na demonstração, a ferramenta mais utilizada ou a única utilizada para obtenção do *sucesso* desta atividade. Os extensionistas desta época recebiam a denominação de "agentes demonstradores". Mais tarde passaram a ser denominados "agentes de extensão agrícola", com forte conotação tecnicista. Para isso, o agricultor deveria ter um mínimo de conhecimento de escrita e leitura, não para o sucesso próprio, mas para o sucesso do extensionismo. Queria-se a transformação de atitudes rurais para atitudes urbanas, queria-se transmitir aos agricultores o que nos centros de pesquisa foi desenvolvido para atender às necessidades industriais urbanas. A educação, através da extensão rural, teria que ter conotação prática produtiva, permanente, para atender às necessidades de aprimoramento de produção, de forma democrática no sentido da participação outorgada na qual se permite a construção de uma realidade voltada para as necessidades urbanas.

A assistência técnica, a extensão rural, pública e privada, e a pesquisa, exceto a de alguns grupos de profissionais, continuam apontando para o sentido

da modernização irracional da agricultura. Continuam reproduzindo a lógica do desenvolvimento rural e agrícola da modernização conservadora. A palavra de ordem é competitividade e qualidade, sem considerar os balanços energéticos, as condições de produção de cada agente, a diversidade ambiental e o processo de produção construído ao longo do tempo, enfim, sem discutir o processo no seu sentido econômico, social e ambiental.

Entendemos que o grande sinal da condição insustentável do desenvolvimento rural em vigor para a agricultura familiar é o fato de ele não admitir ou ignorar a real participação democrática, em especial, dos pequenos agricultores, na discussão, na formulação de propostas, na gestão social dos planos de desenvolvimento rural, bem como na capacitação dos mesmos para atingir estes fins.

A lógica da agricultura familiar é muito diferente da que impulsiona a agricultura capitalista da qual resultou num enorme deslocamento desses agricultores, que de seu ambiente rural foram para as periferias das cidades, e, não estando, na sua maioria, preparados para trabalhar nas atividades urbanas, transformaram-se, num primeiro momento, em bóias-frias. Ainda hoje, submetida a um contexto ecológico específico, a socialização dos agricultores deveria ocorrer mediante um processo de aprendizagem: experimentação e erro mediados pelo conhecimento de processos biológicos e sociais já presentes no seu entorno sócio-cultural local.

Tanto para Freire, como para Caporal (2001), não pode haver depósito de pacotes se queremos que os agricultores se desenvolvam ou se libertem a partir de sua realidade existencial.

Sendo, pois, a agricultura uma atividade humana, ela é uma construção social que, além de ser ambientalmente determinada,

está subordinada a determinados condicionantes socioculturais, entre os quais destaca-se o conhecimento ou saber-local. (ITURRA, 1993 apud CAPORAL et al, 2001, p.15).

Paulo Freire opta claramente para uma comunicação, baseada no “humanismo crítico” que se constrói na dialegicidade e dialeticidade do agricultor. Para ele, no sentido de alcançar o desenvolvimento sustentável, deve-se partir do conhecimento local, ou seja, de uma realidade dada para uma nova realidade construída. Porém não pelos técnicos ou por um Programa governamental, mas pela conscientização dos educandos à necessidade da efetiva participação democrática dos agricultores. Na concepção freiriana, o Programa governamental poderia ser o coordenador das aspirações da comunidade, mas não o produtor de nova aspiração.

O PMBH, executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, apesar de ser anterior ao atual governo federal, segue a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nele a extensão rural, enquanto uma ação democrática, na participação e no controle das ações extensionistas, deve possuir uma maior relação social por parte dos agricultores familiares, porém o fato de a estrutura governamental que implementa a política pública ser constituída de funcionários, e esses serem os que possuem relação direta e prática com os que são *contemplados* por essas políticas públicas, a questão passa a ser um problema da relação teoria e prática no sentido da real participação democrática do meio rural na elaboração dessas políticas.

No caso das atividades voltadas às MBH, o ponto de partida é o desenvolvimento rural sustentável através da ação educativa do corpo de extensionistas da Secretaria. Inversamente às políticas antecedentes, que

possuíam, como metodologia, a *Teoria da Difusão de Inovações*, através da conhecida “RV”, esta nova política, visa o homem inserido em seu ambiente, com sua cultura e conhecimento local mergulhado em sua relação com o meio natural e social.

Com princípios e diretrizes que orientam tal política de desenvolvimento sustentável, com enfoque na agroecologia, surge a necessidade do resgate e construção de conhecimentos de distintos agroecossistemas, variedades de sistemas culturais e condições socioeconômicas. Para atingir tal objetivo, a política da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) propõe o uso de metodologias “participativas, devendo os seus agentes desempenhar um papel educativo”. Para tanto, deve-se privilegiar o potencial endógeno da comunidade contemplada com o Programa, resgatando e interagindo com os conhecimentos dos agricultores na direção de estimular o uso sustentável dos recursos locais com a adoção de um enfoque holístico.

Esses princípios procuram o fortalecimento da agricultura familiar com o uso sustentável dos recursos naturais locais através de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar com uma gestão democrática das decisões.

Assim, a política nacional de assistência técnica e extensão rural utiliza-se de processo educativo permanente e continuado a partir de um *enfoque dialético, humanista e construtivista*, objetivando mudanças de atitudes e procedimentos na direção do desenvolvimento rural sustentável.

Com a nova política, entre os objetivos da ATER, está o de promover a valorização do conhecimento e do saber local, apoiando-se no resgate de saberes capazes de servir como ponto de partida para ações transformadoras da realidade. A estratégia para atingir este objetivo é a Pedagogia da Alternância,

assim como outras experiências educacionais, construídas a partir da realidade dos agricultores na relação de trabalho e de vida.

Além disso, a política da ATER, que é de caráter educativo, orienta-se metodologicamente na pedagogia das práticas, construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local através da problematização sobre os fatos concretos da realidade. Nas diretrizes da política nacional para o setor, ou seja, na teoria, este processo desejado deve ser exercido mediante uma relação dialética e dialógica com os agricultores.

Tanto a Política Nacional para a Assistência Técnica e Extensão Rural como o Programa de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo possuem, em seus documentos, não só a proposta do diálogo como várias outras categorias freirianas.

Apesar de a política nacional para a extensão rural brasileira se denominar construtivista, podemos constatar a forte presença freiriana, como na problematização, dialogicidade, na dialegicidade e no caráter humanista. Esses elementos estão presentes também no PMBH do Estado de São Paulo em seu Tomo Seção Operativa, parte integrante do manual do programa.

O manual do PMBH tem, como finalidade, assegurar a implementação do programa conforme acordo entre o Banco Mundial e o governo do Estado de São Paulo⁸. As bases que permitem atingir sua finalidade são: participação, conscientização, problematização, discussão de pontos críticos, organização e compromisso com a cultura local. A participação é o centro, ou ferramenta da política, porém, na realidade, de forma “outorgada”, como se refere Mary Pontes em sua dissertação sobre o trabalho de extensão no Paraná.

⁸ A resolução 41 de 19 de setembro de 1997 é que valida o manual em termos de Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. E o Programa está organizado conforme decreto 41.990 de 23 de setembro de 1997.

Apesar de a autora ter centrado seu trabalho no profissional extensionista e na questão da participação, focamos nosso trabalho na relação extensionista/agricultor e na visão do agricultor, na sua concepção em relação ao apreendido, ou seja, nos resultados esperados em relação à ação extensionista. Outro ponto que entendemos ser relevante salientar é que o nosso estudo concentrou-se na análise de um programa específico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo, em que se pretende não somente uma transferência de tecnologia para obtenção de um resultado determinado pelo programa, como também uma mudança de atitudes e concepções por parte do agricultor.

A Seção Técnica do Programa, a qual nos reportamos para o norteamento da pesquisa, já apresenta, entre outros, os principais problemas que ocorrem com os recursos naturais e suas causas como também já propõe as soluções para esses problemas.

Em sua introdução, o Manual faz referência à agricultura da RV como causadora da situação atual da agricultura no Brasil e, conseqüentemente, no estado de São Paulo, ocasionando o surgimento de “graves problemas sociais e ambientais”, caracterizada pela elevada utilização de insumos químicos e trações motomecanizadas, tendo como resultado o êxodo rural, empobrecimento e concentração fundiária. Como resultado ambiental, afirma-se que houve intensa erosão, contaminação química da terra e de pessoas, diminuição da cobertura florestal e a degradação dos recursos hídricos.

Em relação à questão socioeconômica, a abertura comercial e a estabilidade dos preços, que resultam maior competitividade, são os fatores apontados para a *crescente* dificuldade dos pequenos agricultores, forçando-os a

buscar a redução dos custos como única saída para o meio rural. Assim se propõe mudança através de uma “reordenação tecnológica” com vistas a aumentar a produtividade, aliada a técnicas de proteção dos recursos naturais. Como marco referencial de tal visão é o Relatório Brundtland, realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1987, que traz, como o único caminho para o futuro da humanidade, o crescimento sustentável.

A convergência de produtividade, a segurança alimentar, a viabilidade econômica sem agressão ambiental, com a participação organizada dos produtores rurais, consistem no que é denominada agricultura sustentável, defendida pelo Relatório.

Tendo como um dos objetivos o efeito de perdurar no tempo e multiplicar-se no espaço, o Programa quer assim conseguir resultados concretos que induzam a um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico, com a melhora no nível de renda dos produtores e nas condições ambientais das áreas contempladas. Para tanto, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI) redefiniu sua missão passando de assistência técnica para atuar como Agência de Desenvolvimento Rural.

O Manual apresenta as premissas e os objetivos para serem alcançados. Quanto às principais premissas, o que nos interessa para a pesquisa é o fato de tanto a federação como o programa estadual quererem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia. Quanto aos objetivos destacamos: promoção do desenvolvimento rural, ampliação das oportunidades de ocupação, melhora no nível de renda dos agricultores e reorientação técnico-agronômica com sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos beneficiados do Programa. Nos objetivos específicos, encontramos mais detalhadamente as

bases propostas pelo Programa tendo a educação como fator norteador. Neste item, propõe-se transformar os agricultores e suas famílias em agentes de desenvolvimento; contribuir para a conscientização da comunidade sobre a necessidade da conservação dos recursos naturais; contribuir para a recuperação dos solos, por meio de alternativas tecnológicas que aumentem a produção, a produtividade e renda do produtor rural; proteger os mananciais e nascentes; diminuir o uso de agrotóxicos; eliminar os problemas de erosão; fomentar o reflorestamento e capacitar os agricultores para o gerenciamento do próprio negócio levando em conta a conservação dos recursos naturais. Pode-se notar que toda mudança pretendida pelo Banco Mundial (BM) e pelo governo estadual apóia-se na educação como principal ferramenta de transformação social rural.

A estrutura do Programa é composta por seis componentes e oito subcomponentes. Os componentes que mais enfatizam a educação são: Desenvolvimento Tecnológico, Incentivo ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais e Treinamento e Difusão. Com a mesma ênfase os dois primeiros têm, respectivamente, os seguintes subcomponentes: Extensão e Organização Rural e Educação Ambiental.

Em relação aos custos para a execução do Programa, do total de U\$124.740,20, 35,13%, ou seja, U\$43.822,11, estão sendo utilizados nos componentes e subcomponentes aos quais nos referimos acima, ou seja, com fins educacionais. Deste montante, o Banco Mundial participa com 18,26% a título de Fundo Perdido e o Estado de São Paulo com 81,73%.

O componente **Desenvolvimento Tecnológico e Institucional** visa, contribuir para a conscientização do uso e manejo racional dos recursos naturais e promover a participação da comunidade “garantindo a continuidade das ações

propostas pelo Programa após o período de intervenção”. O subcomponente **Assistência Técnica e Extensão Rural** visa concretizar nova forma de atuação da extensão rural com a modificação de procedimentos, destacando a família como centro da ação; capacitação em vez de recursos materiais; utilização racional dos recursos locais minimizando a dependência exterior; eliminação das causas que originam os problemas; privilégio de tecnologias de processos e não de produtos e priorização de medidas preventivas. O subcomponente **Organização Rural** visa, fortalecer os produtores através de sua organização e garantir a continuidade das ações após o encerramento do Programa, utilizando as seguintes estratégias: capacitação do técnico executor, discussão dos pontos críticos com os produtores, identificação das organizações naturais, divisão de responsabilidades e fortalecimento das organizações. O subcomponente **Educação Ambiental** visa, promover a formação de uma consciência ambiental nos agricultores e suas famílias através de: debates e difusão dos princípios básicos do desenvolvimento rural sustentável, do estímulo ao estudo dos problemas ambientais locais e da promoção de postura pró-ativa e participativa no equacionamento e busca de soluções para os problemas. O subcomponente **Treinamento e Difusão**, que considera o homem de forma integral, influenciado pelos contextos socioeconômico, ambiental, político e cultural na macro e microrregião a que pertence e influenciando-os, tem como objetivo assegurar a capacitação da ação extensionista, difundir o programa, sua lógica e a racionalidade técnica e operacionalizar as ações previstas.

Outros componentes e subcomponentes como Mapeamento Agro-ambiental, Pesquisa Adaptativa, Reflorestamento, Fiscalização da Lei do Uso do Solo e de Incentivos, Adequação de Estradas Rurais e Administração

Monitoramento e Avaliação, apesar de possuírem, de certa forma, elementos para a promoção da educação, são, para nós, ações que buscam mais o controle operacional do que a educação propriamente dita.

O PMBH, implantado no Estado de São Paulo, visa implementar ações efetivas que resultem em melhor qualidade de vida no meio rural tanto em S.Paulo como em outros Estados. Este Programa, financiado parcialmente pelo BIRD, já foi realizado no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Quanto aos aspectos gerais, este Programa visa a intervenção em 1.500 Microbacias beneficiando 90.000 produtores numa área de 4,5 milhões de hectares no Estado. Priorizam-se os bairros onde há maiores prejuízos quanto à qualidade de vida e meio ambiente e que seja formado por pequenos agricultores. O planejamento das ações a serem realizadas pelo Programa é elaborado com a participação dos produtores. Estratégias tecnológicas para alcançar os objetivos estão contempladas no Programa.

De toda a exposição deste capítulo, o que devemos salientar é que a atual política para o setor de extensão rural é exclusivamente gratuita para a agricultura familiar, e esta determinação, que também é do PMBH, considera que essa forma de agricultura precisa ser reconstruída respeitando-se o meio ambiente, o homem inserido nesta realidade e seu conhecimento local.

Assim, após dissertarmos sobre o histórico da extensão rural brasileira, suas concepções no decorrer do tempo e mudanças apresentadas, poderemos verificar o quanto a atividade extensionista foi influenciada, na prática, pelos conceitos de Freire. A nova concepção de extensão rural voltada para o desenvolvimento rural sustentável, proposta pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, através do PMBH, é um exemplo desta influência freiriana. Porém

na realização concreta desta ação é que poderemos certificarmo-nos ou não desta influência. Assim podemos então apresentar algumas sugestões para discussão.

O caminho inicial desta pesquisa foi procurar responder a algumas questões como: o que há de concreto na direção da participação e dialogicidade neste ambiente específico de Microbacia? (No momento da análise, realizando um diálogo com Paulo Freire problematizaremos o Programa em relação ao mundo do trabalho); o agricultor inserido no PMBH acomoda-se perante novas propostas de relação meio ambiente/produção? Como o agrônomo educador se posiciona quanto aos conceitos de preservação ambiental e de aumento da produtividade dialogicamente de forma a contemplar essas duas questões: educador do pequeno agricultor, sendo ele representante do Estado?

Outra discussão é a verificação do que a extensão atual possui de concepções freirianas e se esta extensão, de acordo com a respectiva terminologia, trata-se de uma educação antidialógica, ou seja, “bancária”; ou uma educação dialógica, ou seja, “libertadora”. Mais uma indagação: neste Programa, ao qual nos reportamos para a pesquisa, a relação entre educador e educando de maneira não formal como o PMBH é democrática, dialógica e crítica, levando a libertação conforme as concepções freirianas?

A pedagogia crítica ou humanismo crítico, apregoado pela extensão rural atualmente, embora não seja tão novo assim, e que tem a participação, como ferramenta no sentido de exercício democrático dos agricultores, existe em nível molecular de fato ou é algo abstrato?

Porém, mesmo a educação em nível cognitivo, de modo democrático, poderia levar o homem a ser livre? Pois, para Freire a educação “só é verdadeira

quando encarna a busca permanente que fazem os homens, uns com os outros, no mundo em que e com que estão, de seu Ser Mais”. (FREIRE, 1983, p.23).

Outro aspecto para a discussão se encontra relacionado ao sentido do conhecimento como conteúdos desenvolvidos pela ciência. Será que levaria os homens por si à libertação? Aqui teríamos que a socialização do saber é uma forma democrática de emancipação. Mas, como no caso do Programa, temos a valorização do conhecimento local, então como se daria a relação entre o que se considera “moderno” ou evoluído e o “tradicional” ou empírico? Há nesta situação uma relação de superioridade das ciências como culturalmente revitalizadoras?

A presença do agrônomo na Microbacia é importante para a execução do programa. Mas para que os agricultores tenham consciência de sua situação e da situação ambiental local, movendo-se para a sustentabilidade, será que esse conhecimento, por si, levaria os homens à emancipação? Ou a própria relação de produção e consumo é o que determina este movimento?

São esses entre tantos questionamentos pelos quais podemos caminhar, mas dentre todos algo mais abrangente pode aparecer, algo que poderá surgir no decorrer da discussão.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO.

4.1 Formação para o diálogo.

O extensionista como comunicador, segundo Freire, deve ser um agente transformador, aquele que, pela coordenação de determinado grupo de agricultores, colaboraria na sua emancipação consciente. Para este processo, há necessidade do uso de uma ferramenta: o diálogo. Esta categoria de intelectuais, como professores emergidos na relação deste determinado grupo, no nosso caso, uma determinada população rural contemplada por um Programa governamental, deveria, assim, construir uma cultura de emancipação com a colaboração da esfera pública, na concepção de Freire, porém, conforme verificamos, não é o que ocorre nesta classe de funcionários públicos concebidos como educadores. O que encontramos foi, às vezes, um posicionamento de superioridade em relação aos agricultores, às vezes uma tendência à problematização, porém na esfera da subjetividade, no abstrato, não significando um direcionamento à crítica, na busca da compreensão da realidade, principalmente quando os temas são em referência ao conhecimento local, a relações de produção e comercialização de sua produção ou ao porquê da aplicação do Programa.

A educação, para Freire, é um ato político, e, assim sendo, o educador comunicador deveria procurar sempre ir ao encontro das justificativas políticas para as determinações concretas dos educandos. Não só o técnico, mas o agricultor, possui conceitos de caráter político para a compreensão de sua situação existencial, porém novamente encontramos essa categoria, situação existencial, na esfera da subjetividade e da abstração.

Entre as influências que Freire recebeu, temos quatro principais, conforme nos afirma Torres (1997), a fenomenologia, o existencialismo, a dialética de Hegel e o materialismo concreto de Marx. No nosso objeto, podemos constatar que dessas as que mais nos tomariam a atenção, ou seja, as que estariam mais conectadas com a realidade dos agricultores e extensionistas no diálogo são: o existencialismo e a dialética hegeliana.

Conforme Torres, a influência hegeliana foi a que fez com que Freire trabalhasse com os níveis de consciência. Mas conforme Torres afirma também, esta filosofia nos leva à seguinte situação: o embate de consciências. Sendo que, nas relações sociais do homem, há uma luta pelo predomínio de uma ou outra consciência. Na relação capitalista, por exemplo, há o embate entre o Trabalho e o Capital, tendo o Estado como mediador, através da legislação e estrutura executiva.

Esta luta pode levar ao confronto derradeiro, cujo resultado é a morte de uma ou outra consciência; ou pode levar ao pacto, no qual uma consciência se submete à outra. Entendemos que, no caso dos pequenos agricultores familiares, como no caso dos extensionistas, o pacto foi a opção, mas não podemos deixar de mencionar o conflito no campo, através do MST que nos parece ainda não pactuar. Como *focos* de direção à Consciência Criticamente Transitiva; e em nível mais global, podemos mencionar o conflito na Palestina, a invasão do Iraque, o 11 de setembro, a política Chavista. Vanilda Paiva nos traz a seguinte leitura sobre esta influência hegeliana sobre Freire:

Sua reflexão apóia-se em Hegel, este, porém, para ele, apesar de ter tido, entre outras virtudes, a de ter “colocado o problema do reconhecimento das consciências num plano evolutivo e não contemplativo”, teria desconhecido os “direitos das individualidades existentes” ao ver no binômio luta-trabalho a essência da dialética das consciências. (PAIVA, 2000, p. 48).

Ainda hoje, nos países em desenvolvimento em que Freire realizou seus estudos, a relação, opressor/oprimido se mantém, e, pelo menos na sociedade rural dos pequenos agricultores rurais, ainda há a aderência ao opressor, ou ao capital. No caso do MST, que este ano inaugura sua primeira Universidade, interessante seria realizar um estudo com a metodologia pesquisa-ação nesta instituição de ensino, utilizando-se das concepções freirianas.

Como também já mencionamos, outro foco que não podemos perder de vista é o extensionismo como ato educativo, que, segundo Freire, seria um ato político, pois, para ele, educar é politizar. Como o autor explica, quando das justificativas da Pedagogia do Oprimido, questionando-se sobre como realizar a pedagogia do oprimido antes da revolução:

Ainda que não queiramos antecipar-nos, poderemos, contudo, afirmar que um primeiro aspecto desta indagação se encontra na distinção entre educação sistemática, a que só se pode ser mudada com o poder, e os trabalhos educativos, que devem ser realizados com os oprimidos, no processo de sua organização. (FREIRE, 1970, p.44).

Sendo então educação ato político, e política diretamente relacionada com intensidade de participação, poderíamos afirmar que para que compreendamos o diálogo devemos antes determinar os graus de participação.

Os extensionistas, em sua ação na microbacia, adotam um posicionamento que, às vezes, aparece-nos como transformadores, outras, como mantenedores dos grupos dominantes. Mas estes conflitos de interesses não chegam a aparecer nos discursos, que são contidos, pois, se por um lado os extensionistas são trabalhadores, por outro representam o Estado mantenedor do status, portanto preferem não correr riscos. O interessante é que, quando se manifestam como defensores da manutenção, são mais claros e determinados, mas, quando se posicionam como trabalhadores, são refreados. O status do técnico, como intelectual em relação ao grupo, é confirmado, nas reuniões, através da postura de inferioridade e submissão que aparece nos agricultores. Embora os próprios técnicos reconheçam a capacidade intelectual dos agricultores, na prática, ela não é valorizada, com isso

percebe-se que concretamente sua posição superior é vazia, pois o discurso nem sempre é aceito, mas, subjetivamente é exercida a superioridade através das representações nas reuniões.

O entendimento que a maioria dos autores que escreveram sobre extensão rural têm da atividade dos técnicos é de que se trata de uma ação educativa. Ao questionarmos esta categoria, comunicador/educador com os sujeitos técnicos, notamos que teoricamente está presente, mas todos salientam que esta formação deveria ser mais completa envolvendo mais ciências humanas. Para eles as instituições de ensino superior que desenvolvem a extensão rural não formam um profissional devidamente preparado para exercer uma atividade além da técnica, uma atividade social. Esta formação para educar, na concepção dos entrevistados, deveria ser mais profunda com questões de filosofia, antropologia, pedagogia. Eles entendem que não são formados para dialogar com os agricultores e que é, através da vontade individual de cada extensionista, que se encontra o resultado de uma boa ou má extensão rural. No gráfico um do anexo E está representado este questionamento.

Quanto à formação dos profissionais que atuarão na extensão futuramente, os cursos de formação de agrônomos possuem, normalmente, no último ano, um crédito voltado para a extensão rural denominado sociologia rural. Os técnicos entrevistados, em sua unanimidade, declararam que a atividade extensionista é educativa, assim como todas as publicações investigadas declaram, porém a maioria dos técnicos diz também ser a prática extensionista mais importante, em sua formação, do que a própria formação teórica da faculdade.

Eles declaram que a sua formação escolar, apesar de necessária, não foi no sentido de uma extensão comprometida com o desenvolvimento do agricultor, através da participação nos moldes do PMBH e nem baseada no diálogo, mais voltado para o estudo das concepções sociais rural. Em relação a esta formação formal, temos algumas declarações com boa compreensão da formação para uma ação educativa, como a cedida pelo entrevistado W em 10/12/04, que diz da necessidade da inclusão de filosofia e psicologia nos cursos de agronomia: “isso eu

bato em cima... Para trabalhar com pessoas...Ter noção, por exemplo, boas questões de sociologia, antropologia, filosofia e pedagogia também”, (Informação verbal – Entrevista realizada com W, 10/12/04). O mesmo técnico mostra a importância da necessidade de: “educar a comunidade a participar” (Informação verbal – Entrevista realizado com W, 10/12/04), esta participação a que o técnico se refere não se trata de uma participação consciente como Freire propõe, em que só se é possível pela dialética das relações entre homens e meio sendo transformados, esta participação a que os técnicos se referem é antidialógica, representa o comparecimento às reuniões.

Apesar de, nas respostas obtidas nas entrevistas, aparecer pouca diferença entre comunicação e extensão (Gráfico dois do anexo E), é na observação de campo que podemos notar a pouca disposição para um diálogo mais efetivo.

Se, na prática, o que nos mantém em constante relação é a troca de mercadorias, assim a comunicação entre agricultor e técnico está no fato do técnico ser remunerado para realizar um trabalho de transferência de conhecimentos (mercadoria) determinado pelo Estado. Este conhecimento, o PMBH, foi definido fora do ambiente do agricultor, ou seja, não é sua palavra, mas a palavra do Estado, ou mesmo a palavra de outro *Estado* no caso do BM, por outro lado o Estado representante da classe dominante determina a aplicação deste Programa, que não foi construído pelos agricultores e entre esses há o mercado com seu significado próprio.

O intelectual crítico, defendido por Freire, se aparece, aparece no campo da subjetividade. Na objetividade da ação extensionista quando aparece posição crítica por parte do extensionista, esta é em relação à atitude dos agricultores.

O intelectual transformador, para Freire, é detentor de uma posição de autocrítica, sempre no sentido de uma pedagogia radical transformadora. Neste sentido tem-se a necessidade da abordagem política desta ação, gerando uma educação na esfera da política que abre os conceitos de maneira a conduzi-los a uma crítica mais abrangente, relacionada com o todo social. Assim a voz do aluno agricultor deve ser a fonte de informações e conceitos; na prática do agricultor é que se encontram os temas geradores a serem problematizados e não nas determinações de um Programa ou no condicionamento das multas.

A ação do agricultor que possui íntima relação com o natural, podendo ser às vezes compreendida como uma ação simplesmente prática não está hoje, totalmente desligada de uma subjetividade teórica. O fato é que a consciência do ato prático é que nem sempre se apresenta claramente, ocorrendo o que Freire denomina mito.

O entrevistado E. referindo-se sobre o conhecimento que os agricultores possuem sobre o manejo do gado afirma que:

De primeiro toda vez que você ia ordenhar uma vaca você tinha que amarrar o animal, hoje foi desenvolvido uma técnica que não precisa amarrar mais o animal...Mais, muita gente não, tem que amarrar a vaca, (Informação verbal – Entrevista realizada com E, 05/01/05).

Os agricultores, quando aprenderam amarrar a vaca, aprenderam a fazer isto de forma inconsciente, ou a consciência das razões de se amarrar o animal perdeu-se tornando um ato mecânico, e hoje, mesmo tendo animais adaptados, mais mansos, ainda continuam amarrando os animais. O que ocorre é que a teoria de amarrar o animal nem sempre existiu no nível da consciência e, quando houve um aprendizado consciente, se é que isto ocorreu, esta ação não perdurou no tempo transformando-se em simples prática, passando a se constituir um mito cultural sem

sustentação teórica para o agricultor, por isso que, para Paulo Freire, desenvolver a teoria, a partir da realidade prática dos agricultores, deve ser uma ação crítica, não se constituindo diálogo se considerar as categorias teoria e prática separadamente. Gramsci, estudando esta relação entre teoria e prática traz que:

O homem ativo da massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação (...). Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. (GRAMSCI, 1978, p. 66).

No senso comum, podendo ser mito construído, instrumento da manipulação para obtenção da conquista, quanto mais vazia é a consciência de si, maior é a dependência do outro (técnico) para a manutenção da conquista, tornando assim o agricultor um ser de prática vazia de significado, levando-nos a inferir que é de interesse da classe dominante esta alienação coirmã da manipulação, pois isto implica a manutenção, pelo maior tempo possível, da conquista. Isto é facilmente observável, por exemplo, numa campanha mundial, em relação a determinado assunto como preservação ambiental: a *romantização* que se faz deste tema é exatamente para manter a consciência ao nível de alienação, pois se formos procurar desvelar criticamente as questões referentes ao meio ambiente, encontraremos motivos altamente relacionados à produção capitalista e às classes que detêm esses processos produtivos o que não é levantado e discutido na aplicação do Programa. Portanto, ao não realizar o encontro entre teoria e prática é uma atitude política na busca da manutenção de classes já estabelecidas. Ao se distanciar a teoria da prática, desvaloriza-se a prática transformadora da realidade, pois os atos práticos são pensados sem um contexto histórico-social, sem a formação de uma consciência reflexiva, crítica, e conseqüentemente, a transformação do mundo.

Sobre uma *Consciência Outorgada*, ou seja, aquela consciência permitida, o agricultor E, demonstrando sua compreensão das relações mundiais quanto aos poluentes, traz sobre o Japão a seguinte conclusão:

Parece inclusive que o próprio Japão também está com interesse de, por exemplo, na questão do álcool, porque com esse dinheiro que eles vão investir aqui dá para contabilizar o que eles estão deixando de poluir levando álcool para o Japão, a cota deles de poluição do mundo parece que cai né. (Informação verbal – entrevista realizada com E, 05/01/05).

Porém ele revelou que ouviu este discurso no noticiário, o que nos faz concluir que a verdade sobre algo não significa consciência que leve à criticidade concreta, mas só a uma criticidade subjetiva/abstrata. O que nos levou à reflexão de que o discurso nem sempre é de direta relação com a prática, com a realidade vivida, tanto em relação às políticas públicas quanto à efetiva realização da produção.

Isto é claro quando da formulação de questionamentos tanto para o técnico como para o agricultor sobre um tema polêmico que é a preservação ambiental. O Programa contempla a preservação de determinada faixa ao longo dos rios, para a devida conservação. O técnico é cobrado por sua direção e pelas diretrizes do Programa que, através de cursos, palestras, dia de campo, deva formar uma consciência da necessidade da preservação ambiental, *consciência* esta que também é reforçada pela mídia constantemente. Os agricultores dizem já, mesmo antes do Programa, ter esta *consciência*, formada pela mídia. Porém quando indagamos ou observamos a efetiva preservação, nem sempre ocorre, estando esta conscientização em nível de subjetividade e da abstração.

Assim tem-se a chamada visão focalisita à que Paulo Freire se refere. Caso houvesse esta compreensão entendemos que não significaria diretamente *consciência de*, porém seria a *tendência à consciência de*, seria a dinâmica necessária no sentido de um movimento para a transformação da realidade. Esta

tendência à, que utilizamos para demonstrar uma certa direção à conscientização, aparece tanto nos técnicos como nos agricultores, porém em relação a objetos ou temas mais próximos, quanto mais se distancia da situação concreta deles, agricultores e extensionistas, percebe-se que possuem um conceito formado, problematizado mais longe de suas possibilidades, como se dissessem “*não posso fazer nada, ou é assim mesmo*”.

Então o Estado possui outra ferramenta para se atingir a conscientização buscada, a multa ambiental. Esta educação mais eficaz, e concreta, para os técnicos e agricultores é bem mais clara. Esta principal ferramenta de superioridade do Estado, muito mais eficaz, em relação ao agricultor, possui informações mais claras para os envolvidos nesta relação, se o agricultor cumprir as determinações de preservação não é multado e se não cumprir é multado. Nesta forma de *diálogo* percebe-se bem mais claro, sem abstração ou subjetivação, o posicionamento de cada interlocutor.

Uma alta presença do distanciamento entre teoria e prática encontra-se na subcategoria “depósito” (tabela um do anexo E). Nas entrevistas com os técnicos, foi esta subcategoria uma das que menos apareceram na categoria extensão, porém, quando se faz a verificação através da observação e através dos materiais didáticos, percebe-se que, contrário ao discurso, ou seja, às respostas ao questionamento na entrevista, a prática dos cursos é de forma bastante bancária.

A “teoria distanciada da prática” é, mito para Paulo Freire, somente, através da conscientização de sua prática, é que se toma a teoria para si; naquela prática, que antes era estranha, a partir desta relação dialética hegleliana, segundo Freire, está o diálogo entre homens mediatizados pela realidade.

Quanto às técnicas a serem utilizadas na solução dos problemas, o conhecimento local que, segundo o Programa deve ser valorizado, nota-se que pela própria condição de metodologia de pesquisa hoje existente nos centros de pesquisas e mesmo nas universidades, a dificuldade do diálogo é muito grande. O empirismo natural dos agricultores e os temas de maior relevância no seu dia-a-dia são tratados pelos técnicos como temas relevantes, porém de difícil solução via Programa, dificultando o diálogo. Mas mesmo quando o tema de diálogo é técnico, a opinião ou o conhecimento dos agricultores não encontra acolhida. Um agricultor ao ser questionado como foi sua participação na reunião sobre o problema de erosões no Bairro, como os técnicos compreendiam seus questionamentos, afirmou que:

Não, parece que ele acha que a gente não sabe, eu já notei, ele sempre cortou o barato, ao menos eu, na reunião, é do jeito que eu estou aqui, é o que sempre eu falei, aí eu também não falo não, quando eles vierem aí, faz, se der certo faz, não, porque eu posso falar coisa errada, eu vou dizer, vocês que estão procurando isso daí veja o que pode fazer com a gente aqui para não prejudicar. (Informação verbal – entrevista realizada com SE, 05/01/05).

Esses questionamentos possuem, no nosso caso, a premissa de que a técnica não está separada de outras dimensões da vida rural.

Há basicamente, três concepções desta atividade (extensão técnica), a primeira e mais antiga, a que tinha, como objetivo, a transferência de conhecimento, principalmente tecnológico desenvolvido nos centros de pesquisas, de forma bancária, conhecida como a Teoria de Difusão de Informações; uma segunda, construtivista, com base na ação-pesquisa-ação, conhecida como Pedagogia da Alternância; e outra, de formação humana, no sentido de desenvolvimento da consciência a partir de uma dada realidade. Temos assim diferenças, entre essas concepções: na primeira, estão presentes informações técnicas; na segunda, embora haja as informações técnicas, estão presentes, também, as informações científicas; e, na última, há o enfoque das ciências humanas, com uma tendência ao diálogo. Na

extensão das técnicas, podemos dizer ainda que, a primeira é mais direcionada à Assistência Técnica, a segunda à Extensão Rural, e a última, conforme denominação de Freire, à Comunicação.

4.2 Diálogo no material didático.

Nos documentos, ou seja, na teoria política governamental, podemos identificar alguns traços da pedagogia de Freire, como já expusemos anteriormente, tanto em nível estadual, como em nível federal, diferentemente de sua prática. Assim podemos afirmar que, por um lado, teoria e prática não se completam, não são correspondentes, e, por outro, Freire, ao desenvolver seu pensamento da ação extensionista, não pôde confirmá-lo ou prová-lo como verdade, pois não encontramos publicações que confirmassem resultados de sua metodologia na extensão rural no Chile onde foi desenvolvida.

Para a análise do material didático utilizado nos cursos ministrados que pudemos acompanhar, devemos antes refletir um pouco sobre a leitura.

No capítulo *A leitura Ouvida, de Uma História da Leitura*, Manguel, mostra-nos um momento de transferência de conhecimento peculiar de uma época em que ainda não havia a imprensa e por isso o conhecimento era e ainda é uma propriedade de poucos.

Reunir-se para ouvir alguém ler tornou-se também uma prática necessária e comum no mundo laico da Idade Média. Até a invenção da imprensa, a alfabetização era rara e os livros, propriedade dos ricos, privilégio de um pequeno punhado de pessoas. (MANGUEL, 1997, p. 138).

A racionalidade ocidental cria uma voçoroca (cratera) entre teoria e prática também na leitura. Esta separação entre produção material e intelectual, para

Freire, deve ser analisada na dinâmica da relação dialógica através da construção das concepções em relação aos temas e palavras geradoras para a construção de um melhor diálogo, esta retomada de concepções acontece através do olhar crítico que se deve ter do mundo para a busca da conscientização. Exemplificando, para o agricultor, a palavra “cálculo”, como palavra geradora, é de difícil compreensão, pois distante de sua realidade, porém, se formos buscar sua origem, descobriremos que ela vem de muito antes do modo atual ocidental da compreensão desta palavra: sua origem antecede a própria escrita, pois vem da época em que o controle da quantidade de produção animal (atividade diretamente relacionada aos agricultores) era feito por pedras (cálculo, do latim *calculus*), usadas como ferramenta contábil para o controle de rebanho. Verifica-se que um material tão presente na vida do agricultor, como a pedra, nessa transposição do empírico e concreto para o intelectual e abstrato e o seu retorno transforma-se em algo longe de sua realidade. Este distanciamento torna o técnico um ser superior, para o agricultor, que não deve ser questionado, ao menos enquanto estiver presente.

No entanto chegou o momento em que o homem construiu uma técnica para comunicar seus conhecimentos de linguagem, a escrita, e uma outra para manter um certo padrão nesta comunicação, a escola, que formam e espalham, através das regras de comunicação, o conhecimento.

O mundo que precedeu a época de difusão das técnicas, ou seja, o fim do século XVI, tinha um homem que se locomovia a cavalo - quando queria andar rapidamente -, que já havia evoluído - anteriormente usava o boi que era muito mais lento -, e, principalmente, que tinha uma ligação direta com o meio natural (através de suas mãos, pés), que sentia o cheiro da terra, que sabia o quanto ela estava úmida e

preparada para o plantio, e, finalmente, que não se utilizava de livros e nem de letras para esta relação.

A linguagem que o homem usa para expressar sua vontade ou do grupo humano a que ele pertence é inseparável das condições de existência, são reflexas.

O pensamento lógico de hoje apóia-se num determinado vocabulário, instrumento desenvolvido para a difusão do conhecimento e das técnicas. Ferramenta de difusão de técnicas racionais. O mesmo não se dá no meio natural, lá a experimentação é dominante, observam-se e modificam-se as coisas, não há álgebra ou matemática pura numa relação íntima de produção, na qual cada instante é diferente, a influência ambiental dificulta em muito uma racionalização de técnicas que possam ser transmitidas de determinada forma a várias regiões. Os pequenos produtores rurais, de produção familiar, procuram talvez explicações nas coisas invisíveis, as “luzes” ainda não se acenderam. Parece-nos que se parou no tempo, o pensamento não apoiado na ciência, mas muito mais na técnica, técnica de estreita relação com a práxis. O agricultor precisa estar perto, presente, para falar, convencer, ensinar e aprender; este contato faz parte de sua vida. Não gostam de palavras ou letras sem seus interlocutores, como se desconfiasse do que não é possível tocar. A presença permanente do técnico ou agrônomo na sociedade rural é ainda hoje fundamental para que se consiga atingir as mudanças necessárias de compreensão da aprendizagem dos agricultores.

Através da compreensão dos significados, que nós aprendemos a ler, chegamos ao conhecimento construído, por isso, se quisermos que alguém compreenda algo que estamos ensinando, precisamos levar em consideração o que o aprendiz já sabe, pois haverá maior compreensão sobre determinado assunto

conforme as bases para entendimento que o aluno possui, ou seja, seu histórico de convivência com o tema abordado.

Cada geração recebe um acúmulo de conhecimento da geração anterior que representa um mundo externo já definido no qual se atua racionalmente, sendo assim, o que se passa para frente depende do que quem transmite quer e acredita ser “verdade”.

Um escritor pode construir um texto de várias formas, escolhendo no estoque comum de palavras aquelas que pareçam expressar melhor a mensagem. Mas o leitor que recebe esse texto não está confinado a nenhuma interpretação. (MANGUEL, 1997, p. 212).

A nossa memória está carregada de informações diretamente relacionadas com a nossa história e que foram produzidas numa relação capital-materialista, distanciada, como afirmamos anteriormente, de uma relação natural.

Assim a mudança de comportamento, para uma relação mais harmônica com o ambiente natural e sustentável requer uma modificação de conceitos mais abrangentes e não somente uma mudança de técnica.

Nem tudo que lemos está escrito. Podemos ler mapas e diagramas, relógios, bússolas e metros, raios-X, notas musicais e passos de dança. O nosso uso da palavra ler se estende até ao abstrato e metafórico – falamos de ler folha de chá e mãos, rostos, o céu, o mar, as estrelas, o clima e as intenções. (SMITH, 1.999, p.106).

Porém a estrutura econômica, que determina a estrutura social, as relações comerciais e de produção, bem como a técnica de ensino e aprendizagem há muito estão globalizadas, sendo evidente a necessidade da integração das pessoas neste mundo “uno”. A língua oficial mundial atualmente é o inglês e a relação social apóia-se no capital. Parece-nos que o segundo (o capital) difundiu-se muito mais rápido que a primeira (a língua). A comunicação e as idéias que as relações carregam não estão restritas a certa comunidade lingüística e as vidas desses

agricultores possuem uma relação comercial muito mais estreita do que a relação lingüística-técnica-científica.

A variedade de idiomas e de dialetos, as diferenças culturais existentes numa mesma população nacional fazem das classes mais pobres uma massa de seres que às vezes não compreendem a própria língua, não detém seus significados.

Um técnico/agrônomo pode escrever sobre determinada técnica de várias maneiras, escolhendo as palavras que ele considera representar melhor o que quer transmitir, porém é o leitor que irá buscar significados na leitura, os que melhor lhe convêm para entender o que foi escrito.

Ser leitor é sentir-se comprometido com seu estar no mundo e com a transformação de si, dos outros, das coisas; é acreditar que se apreende o mundo quando se compreende o que o faz ser como é. (FOUCAMBERT, 1994, p. 120).

Percebemos o mundo, não pelos objetos em si, mas pela sua representação e pela representação que os vários grupos sociais, como um todo, possuem desse objeto. Embora nosso tecido social seja composto por grupos que usem línguas e linguagens diferentes, com valores diferentes, educados diferentemente, cada um, como indivíduo, possui direitos e deveres iguais, ordenados pelo Estado através das leis. Estas leis são criadas por seus representantes conforme as necessidades desta mesma sociedade, sempre se mantendo uma ordem que interessa a um certo número de pessoas, normalmente os detentores de poder econômico.

Assim, no caso do material didático analisado, foram três conjuntos. Um primeiro, que fez parte da primeira reunião com os agricultores (sensibilização), da qual temos um convite, foi um material utilizado pelo então diretor do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), constituído de 14 transparências, sendo a primeira sobre a questão da solidariedade e o PMB e as outras sobre incentivos a

participação. O segundo material foi constituído por material didático de cursos ministrados em microbacias e um terceiro constituído de documentos individuais dos agricultores.

Em relação à dialogicidade no Programa não só em relação ao material documental, mas nas próprias observações sobre o uso desses, pode-se dizer que pouco se tem de linguagem própria dos agricultores. No convite, podemos destacar algumas antidialogicidades e uma dialogicidade. Quanto à dialogicidade, o fato de colocar-se o apelido do antigo proprietário, onde seria realizada a reunião, demonstrou-se a preocupação do Programa em facilitar a sua localização através de um termo conhecido da comunidade: “LOCAL: Sítio Santo Antônio (antiga propriedade do Sr. José Ribeiro Sobrinho – Zé Meu)”. Porém encontramos palavras ou termos que não são do cotidiano dos agricultores como: *Vossa Senhoria*. O convite impresso em cores e por computador não é habitual no meio, caracterizando uma forma antidialogal com os agricultores. Outra falha é o horário e dia da reunião, que não representa o melhor momento para os agricultores: “03/12/2002, às 15:00 hs”. Começo de mês, em plena época intensa de atividade no campo, no meio da tarde de um dia útil, parecem mais significativos para o técnico do que para o agricultor. É, no material de apoio para a reunião de sensibilização, que encontramos maior concentração de palavras e termos de forte característica de superioridade e que não condizem com o momento. São palavras de incentivo e motivação para atingir-se o esperado, ou seja, o comprometimento dos agricultores com o Programa. Frases como: * “solidariedade não é apenas um ato de piedade; *relacionamento constante de boa convivência; *procurar os caminhos de auto-ajuda; *Seja você, que faz parte do público beneficiário; *o VOLUNTÁRIO dessa missão”; apesar de haver, às vezes, termos defendidos por Freire como: “solidariedade, partilhando, participar,

missão educativa, conscientização, amor, fraternidade, sem medo, protagonista principal de sua própria evolução social”. No conjunto percebe-se mais a utilização de palavras que, por um lado, procuram repassar o que a política pública determina e, por outro, transmitem a idéia de que estão sendo *doadas* por aquele que as proclamam, como se o palestrante, ao pronunciá-las, messianicamente, trouxesse o mito de um outro mundo que não os pertence. O conteúdo das transparências em si é mais antidiálogo, ainda, com títulos que enfocam o incentivo a participar e “estórias de fundo moral” como: “Tenha atitude de aprender sempre, cuidado com fossilização, só não erra quem não faz; chega de desculpas; acredite e pise fundo; pare de reclamar; imagine-se vencedor; o poder do entusiasmo; mudança de comportamento”; não são termos dos agricultores e nem são de alguém que se pretende colaborar com a conscientização dos agricultores/educandos a partir de seus valores.

Os materiais didáticos dos cursos analisados são três: Um para as crianças da quarta série do primeiro grau, intitulado *Aprendendo com a natureza* e, dois outros, para os agricultores, sobre suas atividades produtivas: *Uso, Manejo e Aplicação Adequada de Agrotóxicos* e o outro *Manejo e Recuperação de Pastagens*.

Aprendendo com a Natureza é um livro bastante ilustrativo que possui, como guia para as crianças, um sapo (Croc). Este material é dividido em três partes: A Terra no Universo, Ambiente e Tecnologia e Vida e Saúde. Quanto ao ensino ambiental, podemos dizê-lo bastante didático para a faixa etária. Quanto às relações com o que os pais desses alunos e alguns destes possuem com a produção e o trabalho, podemos encontrá-las no capítulo Ambiente e Tecnologia. Este capítulo não fala sobre o trabalho infantil nem sobre o trabalho dos agricultores, concentra-se na relação produção e meio ambiente. Num subitem, intitulado *Agricultura, ser humano e*

fome, ao tratar da fome, na forma de texto, os autores deste livro deixam clara sua posição política ao relacionar diretamente fome com conflito, procurando já criar nas crianças de quarta série um distanciamento ao conflito: “Em todas as regiões do mundo em que há conflitos sociais e políticos existe o problema da fome. Com os conflitos, a população não tem dinheiro e sem dinheiro não consegue comprar comida”. (JAKIEVICIUS, 2001, p. 66).

O movimento para a libertação como Freire pronuncia é construído de forma a levar o educando a questionamentos e não ao recebimento de forma bancária dos conceitos. O texto deixa claro, também, a relação entre fome e confronto político ideológico procurando ensinar a não-contestação.

A apostila do curso sobre *Manejo e Recuperação de Pastagem* possui termos e palavras técnicas agronômicas bastante distantes da realidade dos agricultores, caracterizando um antidiálogo. Entre as palavras, encontram-se algumas como: “Stand, fotovoltáticas, croquis, autoclavada, metabolismo, encoivramento, hidrolizado”. Porém não foi esta a maior evidência do antidiálogo, mas, sim, a que observamos, no decorrer do curso, ao constatarmos, primeiramente, a pouca frequência dos agricultores e depois sua pouca participação nas aulas. Na sua totalidade foram filhos de agricultores que participaram do curso. Ao questionarmos sobre a não participação dos pais, a resposta era que eles já sabiam tudo sobre o assunto. Porém o que podemos deduzir é a falta de paciência de estar em uma sala fechada.

Já a introdução do material didático do curso de *Uso, Manejo e Aplicação Adequada de Agrotóxicos* esclarece que é necessário um mínimo de qualificação para a participação: “No que diz respeito ao nível de formação educacional é necessário que o participante saiba, no mínimo, realizar as quatro

operações aritméticas: somar, subtrair multiplicar e dividir”. (MACEDO, 2002, p. 2). Há pelo menos um erro grave, quanto ao conteúdo, na página 8: recomenda-se que se enterrem as embalagens de agrotóxicos apesar de já haver legislação obrigando a devolução da embalagem à revenda. De forma geral podemos constatar que a mensagem que o curso traz é de economia na utilização dos produtos e equipamentos, cuidados quanto à contaminação, mas tudo bastante distante da realidade observada. As aplicações de defensivos, as quais tivemos oportunidade de acompanhar na prática, não correspondem e nem corresponderam às indicações do conteúdo do material didático, pelo simples fato de que os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) são “caros” para os agricultores sendo que sua utilização não foi encontrada. Quanto aos termos técnicos, eles representam mais a palavra do fabricante que a do agricultor: *teejet*, *albuz*, *apg*, *Raindrop* (nomes de bicos de aspersão) são os nomes comerciais utilizados no curso. Além do mais, no final da apostila, há um manual de treinamento da própria fábrica de pulverizadores bastante didático, porém significando uma propaganda comercial direta.

4.3 A participação como condição para o diálogo.

É, na participação, ou seja, é, por meio do diálogo na participação, que, para Freire e para a PNATER, o homem caminha para a libertação ou desenvolvimento sustentável. É, através do diálogo, que o PMBH pretende alcançar seus objetivos de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais; sendo assim há a necessidade da comunicação.

Mas, para se atingir o momento de diálogo entre os agricultores, entre agricultor e técnicos no Programa, entre as necessidades reais dos agricultores e as políticas públicas, há antes a necessidade de se alcançar um nível ideal de participação. Caso contrário, tendo-se a não-participação, como manifestação contrária à política pública para o desenvolvimento sustentável, cria-se a interpretação de que houve uma forma de diálogo na direção da conscientização, do distanciamento dos Programas governamentais frente à realidade objetiva dos agricultores. Tem-se assim uma manifestação dialogal de negação e não um antidiálogo, se lermos nessa manifestação um direcionamento a conscientização a que Freire se refere.

Encontra-se esta situação quando da tentativa de entrevistar um agricultor que não quis participar do Programa. Apesar das várias visitas, quatro no total, o agricultor A. não nos recebeu, alegando falta de tempo entre outros motivos. Ao indagarmos a outros agricultores o porquê do referido agricultor não querer nos receber, fomos informados de que quando o técnico levou a proposta de participação no Programa, este agricultor perguntou se o projeto realizaria, em seu sítio, uma represa que há tempo ele almejava construir, ao receber a negativa do técnico do Programa, imediatamente recusou-se a participar. Neste caso não é exatamente falta de diálogo, mas um movimento de conscientização.

É, na efetiva participação ou não, que se tem condições de, através do diálogo, movermo-nos de uma situação existencial dada para uma outra. Assim no nosso objeto de pesquisa procuramos compreender os motivos pelos quais se faz ou não o movimento para a participação, tendo-se o diálogo como um dos instrumentos.

Há, então, no nosso objeto estudado, dois grandes grupos de temas dialogais: um primeiro referente aos objetivos ambientais que envolvem o

desenvolvimento sustentável dos grupos de agricultores e a política do Programa, através das ações dos técnicos, que se apresenta de forma mais distante ou abstrata e, um segundo mais real, que é a vida concreta dos agricultores na busca de seu desenvolvimento econômico. Este também recebe a influência das políticas públicas e do mercado, como oferta e procura.

Os estudos realizados por Pontes no Paraná, a que já nos referimos, mostram-nos que, quando a participação na extensão rural se dá no interior de um Programa governamental, é uma “Participação Outorgada”, ou seja, é uma participação consentida e não conquistada.

Conforme estudo de Pontes, a participação que ocorre é uma participação na primeira forma da qual, na sua maioria, os agricultores quando participam é de forma “presencial”, não representando uma ação efetiva de movimento político organizado na busca dos interesses do grupo.

No dicionário de política de BOBBIO e MATTEUCCI, temos que a participação política pode acontecer de três formas:

Há pelo menos três formas ou níveis de participação política que merecem ser brevemente esclarecidos. A primeira forma, que poderíamos designar com o termo de **presença**, é a forma menos intensa e mais marginal de participação política; trata-se de comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, a exposição voluntária a mensagens políticas, etc, situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal. A segunda forma poderíamos designar com o termo de **ativação**: aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades, que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover...O termo participação, tomando em sentido estrito, poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o indivíduo **contribui** direta ou indiretamente para uma decisão política. (ALBERTONI, 1967 apud BOBBIO et al, 1986, p. 890. grifos nossos).

O que podemos constatar também em nosso estudo é que, no PMB do Estado de São Paulo, os técnicos seguem a cartilha da IICA na qual a participação é dividida em escala de forma que quanto mais independente for o grupo maior é o nível de participação. São identificados sete degraus em ordem crescente em “La Escala de la Participación”: Passividade, Fornecimento de informações, Participação por consulta, Participação por incentivos, Participação funcional, Participação interativa e Autodesenvolvimento. Cada qual com suas características, temos:

Pasividad: las personas participan cuando se les informa;
 Suministro de información: las personas participan respondiendo a encuestas;
 Participación por consulta: las personas son consultadas por agentes externos que escuchan su punto de vista;
 Participación por incentivos: las personas participan proveyendo principalmente trabajo u otros recursos;
 Participación funcional: las personas participan formando grupos de trabajo para responder a objetivos predeterminados pos el proyecto;
 Participación interactiva: los grupos locales organizados participan en la información, implementación y evaluación del proyecto;
 Auto-desarrollo: los grupos locales organizados toman iniciativas sin esperar intervenciones externas. (GEILFUS, 1997, p. 3).

As categorias de participação do manual, utilizadas pela equipe extensionista da Secretaria da Agricultura, possuem uma visão de superioridade, ou seja, como ação política, procuram classificar a participação do agricultor e trabalhar em função desta, sem que para esta haja uma interpretação considerando-se os motivos, as forças, que levam à participação ou não dos agricultores, como os incentivos e/ou multas exercidas pelo Estado, ou mesmo as forças nas relações de produção. Podemos interpretar esta definição de participação como indicadora de superioridade dos técnicos em relação aos agricultores, pois não encontramos, nessa classificação de participação, o contexto da vida dos agricultores, como suas características particulares do tempo, das crenças, das relações de amizade e de família, bem como as relações econômicas. São categorias de participação

engessadas, tanto é que a não-participação não é lida como forma indicativa de negação ou libertação, ou seja, distante de uma possível interpretação contextualizada, construída a partir de cada realidade local, a partir dos valores dos agricultores.

Com relação a este último aspecto, não se encontra uma classificação em que a relação de produção é a base para a interpretação da participação. Assim, temos uma participação no nível da passividade, primeiro degrau nas reuniões oficiais do Programa sendo que, assim mesmo, isto ocorre pelo fato de haver no Programa incentivos financeiros que possuem um papel sinérgico de aglutinação dos agricultores, em função da disponibilidade de recursos a fundo perdidos, o que ocorre em torno da associação de produtores, que é o local de relação entre agricultores e Estado. Por outro lado, quando ocorrem as reuniões só de agricultores, os “temas geradores” são as próprias necessidades de produção, não fazendo parte deste diálogo as questões ambientais, a não ser, como no caso da falta de água, que atinge diretamente suas condições de produção e manutenção.

Neste caso, há diálogo mesmo sem a presença do Programa. Um grupo de três agricultores vizinhos, que estava com problema de água, decidiu por conta própria perfurar um poço profundo no sítio mais alto para que todos pudessem utilizar a água sem precisar de bomba para a sua distribuição, esta ação concreta não teve a participação do Programa.

A não-participação, como forma de proferimento da palavra através do abstencionismo, portanto uma não-participação na democracia, é definida como sendo um instrumento através do qual se pode medir o grau efetivo de um determinado processo democrático. A “participação” no PMBH é o primeiro instrumento utilizado pelo extensionista no início do Programa, e é o que determina o

sucesso ou não do determinado Programa. Quando questionados sobre o assunto, os extensionistas dizem estar aí a “chave” e que se pode medir a capacidade profissional do extensionista conforme o número de agricultores participantes do Programa, mas, apesar deste discurso, quando há falta de participação, a culpa não recai sobre eles, mas, sim, sobre os agricultores que são taxados de individualistas e imediatistas,.

Ainda, para a implementação do Programa, há a necessidade da organização de associação rural. Esta é, para o Programa, o meio de intermediação entre os moradores da microbacia e os técnicos.

Seguindo ainda a idéia de que a ação do Programa é política, percebe-se que, em relação aos agricultores, esta instância, a associação, não passa de uma formalidade, até porque significativamente, “a reunião começa quando vão embora” (Informação verbal - entrevista realizada com L, 05/01/05), as discussões entre os agricultores ocorrem verdadeiramente quando não há presença de representantes do Estado, e ocorre de forma mais abrangente em relação a várias situações existenciais dos agricultores como comércio, estrutura de produção, relações de amizade e mesmo religiosa.

Sendo a relação comercial ou de produção, o principal combustível dessas reuniões, é, na busca individual de cada participante pelo seu *lucro*, que se tem o verdadeiro motivo de diálogos e discussões. Aqui encontramos um distanciamento entre os objetivos de desenvolvimento sustentável do Programa e as reais disputas individuais em busca do ganho de cada agricultor.

Assim sendo, examinamos esta força de convergência de interesses, que é a relação de produção em si e de divergência em relação ao desenvolvimento sustentável.

A classe de trabalhadores rurais ou pequenos produtores rurais que, para nós, são os dois participantes iguais nas relações de produção do capital em sua expansão, não é, pela sua condição existencial, “uma classe para si” e, dificilmente o serão, pelas condições reais de sua organização. Como o capitalista ou como trabalhador, ele não é, pelas suas condições de produção, nem um nem outro, sendo assim algo *híbrido* cada vez mais dependente das tecnologias capitalistas de exploração da mais-valia. Quando este agricultor está produzindo algum produto, ele fica preso entre os preços dos insumos e o preço da venda de seus produtos, não possuindo nenhuma organização que o *liberte* desta situação, não possui condições de controlar as forças neste tipo de relação de produção. O entrevistado H explica assim a situação do pequeno produtor:

Olha no sítio é o seguinte, vamos supor no meu caso que é mais fácil explicar, é o que eu acabei de falar, no sítio, o que acontece com o sitiante? Ele começa a trabalhar sem dinheiro, ele fez uma colheita, ele vai precisar daquele dinheiro para comprar uma roupa, uma comida, um sapatão, qualquer coisa, se ele não consegue fazer a próxima colheita ele não consegue crescer, o que acontece, ele quebra, mesmo se você abrir essa lanchonete aqui, fez um movimento tudo apertou, mais você não tem nem dinheiro para reposição, você quebra e o sítio é bem pior que isso, você sonha, mais a hora que você pega essa colheita mais você precisa pagar as contas que ficaram anteriores, não tem mais como replantar, por falta de recurso, o dinheiro. (informação verbal – entrevista realizada com H, 07/01/05).

Mas o caminho, a libertação defendida por Freire, que levaria os agricultores a serem para si, não ocorre automaticamente, é antes uma situação que se deve buscar continuamente, pelo próprio fato de que o que é concreto e o que é abstrato nem sempre são verdadeiramente correspondentes.

As decisões que, através da associação de produtores, deveriam refletir os interesses do coletivo para si, não refletem, a não ser o interesse pelos incentivos dos quais já falamos. Quando há um agricultor economicamente um pouco mais independente, que não necessita desses incentivos, ele não participa do Programa, o

que se pode ler como uma forma de diálogo, onde a não-participação deixa de ser passividade e passa a ser a negação do que se é proposto pelo Estado.

Porém concentramos nossa pesquisa naqueles que participam e não naqueles que discordam do Programa, pois os que não participam do Programa, podemos afirmar, estão caminhando à consciência de sua posição “não participativa”, tendo, em relação aos representantes do Programa, um diálogo claro.

Para os que participam do Programa, o palco de decisões é a associação, ou seja, a ABACEM. Este é o lócus central que investigamos, onde são desenvolvidas ou encontradas as bases para as decisões entre os agricultores que participam do Programa de forma dialogal ou não, entre si e entre os técnicos representantes do Estado. Este local é considerado como ambiente propício para as tomadas de decisões. Sobre as tomadas de decisões temos que:

O desenvolvimento da Teoria das decisões coletivas presta-se a um duplo tipo de considerações. Por um lado, é possível afirmar que ela constitui hoje o núcleo de uma moderna teoria **democrática**. ...Por outro lado, a atenção que esta teoria mereceu dos cultores da ciência política é ainda muito relativa. Fundamentalmente se pode afirmar que é patrimônio apenas de uns poucos; daí resulta que as suas **potencialidades** estão ainda em grande parte inexploradas. (ARROW, 1963 apud BOBBIO et al, 1986, p.311. Grifo nosso).

Como “apenas de uns poucos”, e seguindo o pensamento freiriano, encontramos no próprio fato de que o estudo das tomadas decisões democráticas ser algo pouco explorado, um conteúdo superior de uma elite que determina o que deve ser valorizado e o que deve ser pesquisado, o que deve ser desenvolvido, ou seja, tomada de decisão coletiva e conseqüentemente a teoria democrática não é prioridade de pesquisa.

A questão da participação é bastante complexa, tanto pelos seus vários níveis como por suas formas. Pode-se dizer que a democracia, exercida dentro do ambiente da Associação, em relação ao Programa, é relativa no que concerne a

temas mais irrelevantes ou menos dependentes das ações do Programa. Eles não são dificultados, mas também não são assumidos como problema do Estado e, sim, como parte da dinâmica social da comunidade.

Assim é a participação no Programa de Microbacia e isto, para nós, não é uma particularidade dos pequenos agricultores. Entendemos que o que ocorre no diálogo do PMBH é uma “crise” ou um momento histórico que a sociedade passa, refiro-me a uma inércia, ou melhor, uma descrença na possibilidade de pensar, agir e colher resultados, participar coletivamente, tendo-se um movimento bastante forte no sentido da individualização das buscas. Os agricultores participam outorgadamente do Programa utilizando-se de um “diálogo refletido”, como um eco, através do qual o que eles solicitam e o que Programa contempla retorna através das ações que o Estado apóia. Porém, do que eles necessitam, o que reivindicam, do que precisam, mas o Programa não contempla volta a eles como a necessidade de se promover o “Auto-desenvolvimento” no caminho da independência, da libertação. Esta é uma metodologia cada vez mais utilizada nesses Programas. Esta crise de participação e de diálogo é o resultado de uma individualidade cada vez maior entre as pessoas. E só uma seqüência de potencialidades ou agudização das necessidades coletivas poderia direcionar as pessoas a decisões coletivas mais concretas.

O entrevistado E., ex-presidente da ABACEM, em entrevista realizada em 05/01/05, vê a importância de se não impor obrigatoriamente a participação dos agricultores no Programa. Entende ele que *é uma questão de conscientização*, entendendo conscientização como espontaneidade e que a obrigatoriedade é antidemocrática. Esta é também uma visão de alguns técnicos, mas há, em relação a esses, de forma indireta, uma cobrança de resultados das instâncias superiores e são

os resultados que determinam a aplicação de recursos no Escritório Regional de Desenvolvimento Rural, responsável localmente pelo Programa.

Há agricultores que vêm na não-participação nas reuniões o motivo da aplicação das multas, como afirma um entrevistado: “para o produtor não levar essas multas ele teria que estar consciente, agora você convoca uma reunião para ser passado as informações uma boa parte não comparece” (Informação verbal – Entrevista realizada com S, 04/01/05). A compreensão do que seja alguém consciente fica para os agricultores restrita à participação presencial.

Quanto aos técnicos extensionistas, em relação à participação dos agricultores, não só no Programa, mas em outros setores, eles podem ser divididos em aqueles que defendem a posição de que é questão da *capacidade de envolver os agricultores*, sendo, portanto, os que defendem o Programa, e aqueles que não são contra o Programa, mas não *gostam* do Programa, baseados na alta *exigência burocrática* e na *falta de liberdade* da participação de agricultores de outras comunidades, ou seja, a necessidade de um Programa mais democrático na participação.

O entrevistado W, um dos responsáveis pela multiplicação da metodologia na região de Marília, entende que a nova extensão rural é realizada em um novo modelo, o humanismo crítico, numa perspectiva dialética em que a investigação e ação ocorrem conectadas na participação dos agricultores, ou seja, é em função desta participação que se desenvolvem as ações. Entendemos que aqui a metodologia do Programa aproxima-se do pensamento de Freire no que diz respeito à Pedagogia do Oprimido e sua dialogicidade na investigação dos temas geradores que irão direcionar as ações na busca do diálogo e, conseqüentemente, na busca da conscientização. A distribuição dos conhecimentos de forma bancária como vimos no

difusionismo da década de 70 é negada nesta nova forma de extensão, valorizando-se agora a gestão participativa. A metodologia é a da ação-reflexão-ação, realizada pela comunidade e coordenada pelos técnicos que caminham o Programa. Como fala W:

Hoje nós trabalhamos com concepção de desenvolvimento integrado, então a comunidade monta o diagnóstico, quer dizer, nós organizamos, nós começamos buscando a participação, mais assim funcional, a princípio, criamos, trabalhamos com os agricultores. Eles montam grupos, um grupo vai trabalhar lá na comunidade, às vezes o técnico está junto, às vezes não, fazem, por exemplo, o mapeamento agroambiental, um outro grupo trabalha com itinerário de desenvolvimento da comunidade, participando mulheres, participando crianças, participando todo mundo, quer dizer estuda a evolução, e com a cronologia dos fatos políticos, sociais, econômicos que ocorreram naquela comunidade. (Informação verbal – Entrevista realizada com W, 10/12/04).

O técnico afirma a necessidade de se educar a participar como se fosse uma volta à democracia através da participação, porém com muitas barreiras culturais que só o tempo pode modificar. Para isso utiliza-se a escala de participação, desde a atuação passiva até o autodesenvolvimento. Assim: “Dentro do processo de ensino e aprendizagem, você tem primeiro é fazer a comunidade, educar a comunidade a participar”. (Informação verbal – Entrevista realizada com W, 10/12/04).

A motivação a participar é o mecanismo para se atingir condições para o diálogo e esta motivação está centrada basicamente nos incentivos. Classificando como complicado o fator da motivação, o extensionista defende que é, em relação ao modelo de trabalho adotado pelo extensionista, que se chega ao sucesso ou fracasso de sua atividade:

Nós temos que mudar nossos métodos de trabalho, para trabalhar dentro desta perspectiva dialética, tem que se criar realmente um foco de discussão para que essas (comunidades) comecem a entender as políticas públicas e como elas podem achar interesse comum para discutir, e esse exercício da participação é importante. Nós temos que educar as pessoas hoje, realmente em participação, essa acho que é esta a base da extensão rural. (Informação verbal – Entrevista realizada com W, 10/12/04).

Além disso, têm-se assim duas grandes questões para um bom extensionismo, segundo o técnico: uma, bastante difícil, é a motivação a participar que ele diz ser uma questão de educar a participar; a outra é a resistência dos técnicos que, na sua maioria, foram formados para transferir técnicas e não para trabalhar com as várias forças que influenciam a vida rural. Para tanto, ainda na visão dos técnicos, se faz necessária a *formação da consciência crítica*.

Sendo às vezes mal interpretado no Programa, o caso dos incentivos, é entendido como uma das ferramentas subsidiárias para as ações. Na visão dos técnicos esta é a principal ferramenta para atingir-se os resultados. Na visão dos técnicos, apesar de contrariar a filosofia do Programa na realidade, este incentivo é o tema de diálogo mais próximo à visão dos agricultores, ou seja, é no incentivo financeiro, tanto para os técnicos como para os agricultores que está o principal argumento de diálogo, apesar de não o ser para a política estatal. Assim, na escala de participação que o Programa utiliza, o degrau alcançado é baixo sendo o primeiro uma participação por consulta, e, depois, a participação por incentivos, representando o terceiro e quarto degraus respectivamente. Lembrando-se de que este quarto degrau, a participação por incentivo, não significa incentivos financeiros a fundo perdido dos quais o agricultor participa, mas o incentivo dele, agricultor, colaborando com o Programa, realizando algo. Para o Programa, este tipo de participação ou diálogo não gera *discussão*, não *avança*; o diálogo e a discussão só aparecem no sexto e sétimo degraus. Esta situação existencial da comunidade envolvida leva à não-continuidade do Programa. O pensamento de que: “eu faço isso ou vou receber aquilo, nós entramos aqui e nós vamos receber” (Entrevista realizada com L, 05/01/05), faz com que o Programa pare, assim que os técnicos se afastem, pois não

há a sustentabilidade das ações, ou seja, o diálogo não foi construído de forma real, baseado na realidade existencial dos envolvidos, ocasionando assim o fim do Programa, ou o fim da participação do Estado via Programa, ou fim do diálogo entre agricultores e Estado.

Nas poucas comunidades em que as ações continuaram, após a retirada dos técnicos, percebe-se que nelas já existia a tendência da sociedade local ao caminho da organização e busca de soluções para seus problemas. O que o Programa fez foi colaborar com este caminhar dos agricultores no sentido de solucionar alguns problemas.

Ao se questionar os técnicos do porquê da ocorrência de comunidades organizadas e não organizadas, a afirmativa é de que, “se perderam alguns valores”, e que isto é o resultado do distanciamento da população em geral das decisões políticas locais regionais e nacionais, o crescimento da valorização da individualidade em detrimento aos valores comunitários.

Quando ocorrem as reuniões de produtores, percebe-se que eles não apresentam o verdadeiro sentimento quando da presença dos técnicos, ocorrendo duas situações, uma com os técnicos e outra quando eles vão embora. Na reunião de proposta da criação da associação de produtores de leite do bairro, sugerida pelos técnicos, poucos se manifestaram, porém, segundo o depoimento de uma entrevistada:

Aí quando acabou a reunião, na hora certa de falar ninguém falou, na hora que acabou a reunião falaram não vai criar leite, não vai criar vaca de leite que não dá, porque naquela época o leite estava baixo, tem muito disso de concordar na frente do técnico e quando ele sai, aí começa a reunião mesmo, começa um desistir, começa a fazer aqueles bloquinhos e fala ah...Isso não dá, que não sei o que, então a reunião mais verdadeira é aquela que quando o técnico vai embora. (Informação verbal – Entrevista realizada com L, 05/01/05).

Esta reunião *mais verdadeira*, apesar de carecer de convergência de interesses, pois nela cada um procura levar o diálogo conforme seus interesses particulares de produção, é realmente a mais real:

O pessoal fala mais, de brigar mesmo, de um produtor brigar com o outro, então um tenta enfiar vaca ruim para o outro você vai atrás de uma vaca, eles falam eu tenho uma boa, pode vir comprar, você pode pagar daqui a 90 dias, 120 dias, quando quiser, só que está empurrando vaca ruim, não tem aquilo, nós vamos ajudar você, então aquele associativismo mesmo não tem, aqui é assim, produção mesmo. (Informação verbal – Entrevista realizada com L, 05/01/05).

Segundo os depoimentos, o que leva os agricultores às reuniões convocadas pelo Programa ou é quando se vai falar dos incentivos ou quando se oferece um outro atrativo, “Quando nós tivemos a última reunião aqui? Foi o dia que teve bastante gente, sabe por quê? Houve um churrasco, aí foi todo mundo”. (Informação verbal – Entrevista realizada com L, 05/01/05).

Este isolamento político nos parece ser resultado das relações concretas de produção, a competitividade, ou melhor, a individualidade econômica resulta na individualidade política. O individual toma lugar do coletivo, a minha palavra, o meu tema gerador, possui maior significado do que a palavra comum, o problema comum. Entendemos que, apesar de nas políticas e nos discursos encontrarmos várias representações do diálogo, conforme as concepções de Paulo Freire, na realidade há um afastamento ou distanciamento bastante significativo de um diálogo construtor para uma melhor realidade coletiva.

O trabalho realizado pelo corpo de profissionais da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) do estado de São Paulo foi fundamentalmente construído no decorrer dos anos, em sua história, no sentido de transferência do conhecimento através de programas ou pacotes que variavam conforme a determinação de um ou outro secretário de agricultura. Esta forma bancária de

transferência do conhecimento baseava-se numa relação social de mútua interdependência: por um lado o extensionista deveria atender um número específico de agricultores, conforme uma agenda cobrada pela instância superior, e por outro lado o agricultor foi moldado e conseqüentemente moldando-se a ter no extensionista um braço assistencialista ou paternalista governamental. Esta relação, atualmente, não é a defendida pela política pública para o setor, hoje a extensão rural defende a participação dos agricultores na construção dos objetivos a serem alcançados, numa concepção mais liberal do que libertadora através de uma participação outorgada, ou seja, uma participação consentida e não conquistada.

Se a participação é representação de democracia, a falta desta indica debilidade social, ou descrença, ou outorga. No Programa não se “exige” a participação de forma direta, porém, se o agricultor tiver interesse em receber determinados benefícios que o Programa contempla, ele deve estar organizado em associação, participando. Esta questão da participação que foi estudada por Pontes, no estado do Paraná, e que obteve como conclusão a participação outorgada pelo governo paranaense, também pode ser encontrada no estado de São Paulo.

4.4 O diálogo e suas formas.

Este subcapítulo disserta sobre os resultados das entrevistas sistematizadas em tabelas e gráficos (anexo V) mantendo-se o foco no diálogo. Primeiramente é apresentada a análise das entrevistas. Esta análise foi realizada sempre tendo como foco o “diálogo” de Paulo Freire.

O primeiro trabalho realizado foi uma organização das categorias, construída por Freire em sua pedagogia, que possui convergência com o tema pesquisado (anexo D). Para tanto, tivemos que realizar uma pesquisa na qual encontramos os significados dos termos utilizados por Freire, apesar de nem todas as

definições encontrarem-se em sua obra *Extensão ou Comunicação*, mas em outras obras como *Pedagogia do Oprimido*. Para os termos não encontrados nas obras do autor, recorremos a outros autores e ao dicionário. Assim montamos um glossário (anexo D) das categorias utilizadas na pesquisa.

Após a construção dos significados dos termos usados por Paulo Freire, montamos as entrevistas, fomos a campo para novas observações, coleta de dados e analisamos os materiais didáticos. Nosso acompanhamento do Programa governamental estudado teve início antes do ingresso no Curso de Mestrado em Educação, experiência esta que colaborou para a construção do pensamento sobre o assunto. Quanto às entrevistas procuramos, a partir de um roteiro, captar dos técnicos entrevistados, qual a compreensão da atividade que ocupam, o conhecimento que possui sobre a realidade local para o diálogo com os agricultores. Quanto aos agricultores pesquisados, procuramos informações de sua visão de mundo e de sua visão sobre os técnicos; de sua aderência aos conceitos dos técnicos e de como é sua visão do diálogo travado com esses e com outros no seu cotidiano de produção e vida social. Também foram elaboradas perguntas para os dois sujeitos (agricultores e técnicos), cujas respostas, ao serem cruzadas, revelaram a sintonia ou não de pensamento para o diálogo entre técnicos e agricultores. Outro foco de busca de informações é a relação de produção concreta na qual estão envolvidos os agricultores, os técnicos do Programa, os fornecedores de insumos e os compradores da produção, pois entendemos que esta relação também se caracteriza como um diálogo.

Visto que diálogo é diretamente dependente do grau de participação, poderíamos caminhar na procura de como se realiza este diálogo, em quais momentos ou situações existenciais ele ocorre; de que forma ele é realizado, isto é,

se é um diálogo subjetivo ou um diálogo concreto, ligado diretamente às situações existenciais concretas dos agricultores; quem participa deste diálogo, se as instâncias de representatividade são utilizadas ou é um diálogo amplo do qual os gêneros e as várias faixas etárias são todos partícipes, e qual tema possui maior poder de sinergia no diálogo. Ou de outro modo, poderíamos, ao invés de procurar construir situações características de diálogo, realizarmos o caminho inverso, a partir dos diálogos encontrados no bairro Centro Mesquita identificarmos quais estariam diretamente ligados ao diálogo proposto por Freire. Essas duas vias foram utilizadas.

Porém, quando há uma relação mais próxima das necessidades materiais para a própria execução do Programa, como a produção, com o conteúdo programado do projeto, o diálogo é exercido democraticamente, enquanto não se choca com as determinações já pré-estabelecidas. Em outras palavras, o Programa é amarrado pela burocracia inerente do Estado e pelas concepções preestabelecidas, que não contemplam muitas das necessidades da sociedade rural, fazendo com que, o técnico, ao seguir o conteúdo do Programa, estabeleça, por um lado, o desenvolvimento de um diálogo, quando o tema contemplado vai ao encontro das necessidades dos agricultores; mas, por outro lado, quando um determinado tema dos agricultores não é contemplado no Programa, os técnicos reportam-se às necessidades de atingir-se o desenvolvimento sustentável, como único caminho para se alcançar a solução para as necessidade pleiteadas. Este *diálogo*, por parte dos técnicos, se dá de forma manipulada no sentido de procurar levar as decisões ao encontro das normas do Programa. Qualquer desvio, ou qualquer nova necessidade apontada e que não esteja prevista, é colocado como uma necessidade que o grupo deve procurar a solução por si, para si.

A entrevistada L veio de São Paulo para fugir de duas situações na capital: violência e poluição. Ela participa bastante do Programa, entende ser importante, porém não vê evolução significativa para a continuidade do Programa. A mídia televisiva, segundo ela, possui muito mais argumentos de convencimento do que as reuniões de produtores. Os agricultores mais velhos querem ir para cidade tanto quanto os mais novos. Apesar de eles terem sido criados no interior, o conforto urbano e acesso a serviços essenciais são os principais atrativos. O monólogo da mídia na casa de cada agricultor é mais convincente do que as reuniões. Sobre esta propaganda L diz que:

Eu acho que eles pensam que é que nem eles vão fazer compra no fim de semana, quando eu vim para cá fizeram uma loteria de quanto tempo eu ia agüentar, a televisão mostra uma realidade completamente diferente, que na verdade não é uma situação que é vivida na zona urbana né. (Informação verbal – Entrevista realizada com L, 05/01/05).

Os agricultores valorizam qualquer tipo de diálogo mesmo que este *diálogo* seja entre um aparelho de televisão e sua consciência. Ele recebe as informações e reflete sobre elas, porém este diálogo, do lado de quem mais fala, ou seja, a televisão, é persistente, acompanha toda a vida do agricultor. Eles não desperdiçam nenhuma informação, tudo é motivo de atenção, porém para posterior reflexão. Encontramos várias situações de conflito entre familiares por causa da estrutura que o urbano propicia: filhos que precisam estudar, idosos que necessitam de melhor atenção médica, ou mesmo agricultores que entendem que é na cidade que se encontram condições de manter o sítio; são todas situações existenciais concretas.

Como, então, ocorre o diálogo, numa situação como esta de individualidade extrema, em que os interesses particulares são a ferramenta e

combustível dos diálogos entre agricultores e, entre esses e os técnicos, entre Estado e população?

O diálogo que Paulo Freire define como sendo o caminho para conscientização em *Pedagogia do Oprimido* e que ele denomina Comunicação em Extensão ou Comunicação, é rico de sentido democrático quando da parte do extensionista e rico de emancipação quando por parte do agricultor.

Lembrando ainda a idéia de que educar é um ato político, encontra-se também que “diálogo é discussão” (LAROUSSE,1999) entre pessoas para se chegar a um acordo, ou um pacto, como se refere Hegel. Se não há o pacto há a disputa de consciências levando-se ao confronto de consciências até a supremacia de uma delas e a aceitação pela outra.

Outra forma de *diálogo* entre o Estado e os agricultores, quanto às questões ambientais, são as multas aplicadas quando não são seguidas as normas de preservação. O Estado, utilizando-se de suas prerrogativas de administrador, determina: se o agricultor não proteger as margens dos rios aplica-se tal multa. O agricultor então pode concordar e realizar a preservação de suas matas ciliares ou não. O técnico utiliza-se desta situação real para convencer o agricultor a participar do Programa. Vê-se novamente que o argumento para o *diálogo* caminha até onde não conflitava com os interesses pré-determinados pelas políticas públicas.

O fator multa e incentivo para alcançar-se o objetivo determinado pelo governo nos parece mais uma ferramenta de educação behaviorista, de estímulos positivos e negativos do que um diálogo freiriano. Desta forma, as políticas públicas possuem outras vias menos democráticas ainda para alcançar-se os seus objetivos. O diálogo, neste caso, não existe democraticamente, porém, podemos dizer, são mais transparentes.

Os agricultores afirmam que a questão de aprender, no sentido de obedecer a algumas regras de relações sociais, quando é dirigida de forma que atinja suas necessidades econômicas, tem resultado. Outro entrevistado afirma: “ele (o agricultor) não está preocupado com estes assuntos ambientais, então ele só se preocupa quando dói no bolso, agora aquele que toma uma multa ele aprende a lição, sem dúvida ele aprende”. (informação verbal – entrevista realizada com H, 07/01/05).

Quando ocorreu a primeira palestra de implementação do Programa no bairro Centro Mesquita, foi feita divulgação da sua metodologia dando-se ênfase nos incentivos que oferecia. Neste momento, já se percebeu que este tema foi que gerou mais perguntas pelos agricultores, maior necessidade de diálogo, foi o tema de maior poder sinérgico de interesses, todos agricultores queriam saber as formas de obter os recursos disponíveis, sendo que os incentivos individuais foram os mais discutidos. Os recursos que são destinados ao grupo como um todo não despertaram tanto interesse como os individuais, representando um sinal de individualismo bastante significativo. Por exemplo, os agricultores queriam saber quanto havia de recursos individuais e coletivos, quais os equipamentos eram individuais e coletivos e quais as ações que o Programa contemplava entre outros.

O agricultor tem medo de falar sua palavra quando da presença dos técnicos, ele tem medo de ser motivo de inferiorização pelos colegas agricultores. A questão da erosão é primordial tanto para os agricultores como para o Programa, ou seja, é um tema de convergência dos interesses, um tema gerador significativo. Mesmo assim, mesmo sendo um tema gerador que possui convergência de interesses, não há palavras que possuem significado comum entre os participantes, porque o tema em si é de importância comum, porém o interesse particular possui maior força que o interesse coletivo. Na visão dos técnicos, este tema é tratado

segundo as técnicas de engenharia enquanto para os agricultores é muito simples, “porque a água tem que ter um caminho, ela tem que ter uma continuação e ir ajeitando o nível” (Informação verbal – Entrevista realizada com S, 05/01/05).

Outras preocupações, em relação ao mesmo tema, apontam divergências de interpretação entre técnicos e agricultores dificultando o diálogo. Por exemplo, a erosão para ambos, além de seus problemas de perda de produtividade, possui um problema de relações sociais entre os vários envolvidos numa determinada bacia hidrográfica, por onde a água caminha naturalmente. A visão de que o trabalho deve começar a ser resolvido a montante, ou seja, no ponto mais alto da Bacia, possui concordância, porém os agricultores questionam fatores, importantes para eles, aos quais os técnicos não dão tanta importância, gerando assim um antidiálogo.

Um primeiro questionamento de relevância para os agricultores é: Após a interferência do Programa em determinada área de erosão, quem vai dar a manutenção desta obra? Por que o Estado vem com máquinas pesadas que realizam intervenções significativas, se cabe aos agricultores a continuidade do trabalho?

Outra preocupação aparece por parte dos agricultores: caso ocorra uma chuva volumosa que arrebente um tanque de retenção construído pelo Programa em sua propriedade e provoque um estrago na próxima propriedade a jusante, quem será o responsável pelo estrago? São perguntas que os técnicos sabem a resposta, mas que se forem manter um diálogo verdadeiro, aberto, provocará a desistência de muitos agricultores, pois a responsabilidade é do agricultor. O entrevistado S. diz:

Então não pode, o caminho da água é o caminho da água, pra começar a fechar a água para jogar no vizinho ta estragando o vizinho, então eu digo, eu não me meto nisso daí não, então eles vêm aí e vai fazer, aí eu quero uma segurança do que eles vão fazer, lá vem eu com este projeto e eu com a máquina e sei lá se o maquinista é entendido, amanhã vem uma chuva e vira nada aqui, e quem vai assumir, eu não sei nem onde mora, o V (técnico) veio aí, mais eu não sei nem com quem reclamar, porque quem eu conheço é o seu Antonio David (líder comunitário/ex-presidente da

associação), eu vou lá e vou perguntar como é que vai fazer: é com o senhor ou com o Lula? (Informação verbal – Entrevista realizada com S, 05/01/05).

Apesar desta clara divergência entre o que o Programa pretende concretamente realizar e o que é aceito pelos agricultores como ideal, há um ponto em comum, tanto para o Estado com o Programa, como para os técnicos executores e agricultores, que é a falta de água, um problema para todos. Mas, mesmo nesta intersecção, o diálogo trava, pois a solução ou os meios de solucionar o problema nem sempre encontram sintonia em relação aos discursos dos Estado/técnicos e agricultores. De um lado o agricultor entende que este é um problema de responsabilidade e solução estatal e por outro lado o Estado entende que a qualidade ambiental é um dever do agricultor, sendo ele o principal beneficiário de um ambiente saudável, tanto do ponto de vista existencial como de produção.

Temos que salientar, também, que quanto mais distantes os temas geradores de diálogo estão, em relação à vida existencial dos agricultores, mais difícil torna-se este diálogo. Isto se percebe quanto, por exemplo, ao Banco Mundial. Todos os agricultores e mesmo alguns técnicos não possuem uma opinião formada sobre o porquê deste investimento nas MB do estado de São Paulo. A opinião mais encontrada entre os agricultores é uma explicação que os técnicos repassam dizendo que o Estado obteve uma *conquista* com a vinda do Programa, sem muitas explicações mais sistêmicas. Neste sentido encontramos também falta de palavras de significado mútuo que contribuam para o diálogo entre o Banco Mundial e os agricultores, via Secretaria da Agricultura ou o governo do Estado, quanto mais distanciados estão os participantes do diálogo, maior é a dificuldade de encontrar palavras com significado para ambos.

Como já mencionamos anteriormente o bairro rural estudado foi formado no início da ocupação da região, na década de 30. Este bairro, por ter sido loteado e vendido por um corretor de origem asiática, um japonês, no seu início, foi praticamente constituído de imigrantes orientais. Esta situação histórica real já aponta para a dificuldade do diálogo quanto às questões culturais. Na nossa investigação, as duas famílias desta origem que foram entrevistadas foram as que menos contribuições proporcionaram. Além do que sua visão de mundo é particular; apesar dos já 75 anos da constituição do bairro, até hoje os japoneses são bastante *fechados*. A característica fundamental que encontramos foi uma retração ao responder as perguntas, uma resistência a qualquer proposta nova, a não ser que essa venha acompanhada de alguma vantagem individual nem que seja um churrasco como atrativo para a participação outorgada.

Neste aspecto, não há diálogo efetivo entre a proposta do Programa e a realidade local. Há *diálogo* entre o poder de realizar um churrasco para vários agricultores e falta de condições materiais dos agricultores de se confraternizarem. A superioridade do Estado em realizar a festa é a palavra de convencimento, ferramenta de conquista. Sente-se em todo momento que a realidade dos agricultores e as propostas, apesar de contemplar o diálogo são, na verdade, monólogos. Monólogo de agricultores, monólogo de técnicos.

A atividade agrícola é bastante complexa, para se conseguir bons resultados, o volume de conhecimento adquirido ao longo de várias gerações representa muito. O agricultor então busca dialogar com todos que praticam a mesma atividade que a sua, mas não as recebe passivamente. O que se percebe outra vez é que, quando entram neste diálogo as relações diretas de produção, ou seja, quando o

agricultor, para desenvolver determinada atividade, necessita adquirir algo, os *vendedores* dão mais informações, conversam mais.

Você chega para perguntar para um agrônomo, ele ah... isso aqui é bom para boi e, vira a costa e, você já é desentendido, a resposta é muito curtinha, quer dizer, você volta para o sítio e você nem vai voltar mais atrás de agrônomo de nada porque, agora quando eu venho plantando eu já sei a pergunta que eu vou fazer e mais ou menos a resposta que eu vou receber, então eu já passo, eles já dão a resposta, pergunto, mais dessa maneira aqui não dá certo também? mas vamos supor, você é bem mais recebido quando você tem dinheiro de fora e está jogando, comprando veneno comprando um monte de coisa, e o sitiante da onde ele vai tirar dinheiro para comprar muita coisa, ele não tem resposta não, se recebe é tão curtinha que não resolve. (Informação verbal – Entrevista realizada com H, 07/01/05).

Assim nota-se que o combustível do diálogo é a produção em si. E a produção em si não tem tempo para o meio ambiente, nem na visão dos agricultores, nem na visão de alguns técnicos. Só os técnicos de cargos mais elevados, ou podemos dizer, mais próximos das políticas do Programa que entendem como necessária a preservação ambiental.

Para os agricultores:

Agora os pequenos são o que eu disse vai acabar, você acha que alguém vai ter interesse em fazer uma curva de nível, não, dinheiro que ele não tem no lugar que ele não tem retorno, num lugar que ninguém valoriza, não tem jeito né, então vai ficando cada vez mais os grandes. (Informação verbal – Entrevista realizada com H, 07/01/05).

Para os técnicos:

Olha ele tem uma certa consciência sim, mais fica inviabilizado, hora é máquina, eles sempre falam em dinheiro, o problema é que às vezes o técnico executor quer até fazer alguma coisa mais não consegue, porque quando você lança o Programa que você vai lá, então eles acham que o Estado vai lá e vai eliminar as voçorocas, que vai fazer caixa seca, vai fazer represa, vai arrumar, etc. (Informação verbal – Entrevista realizada com VA, 07/12/04).

Percebe-se que, quando se trata da produção em si, há maior convergência de significados para o diálogo.

O diálogo, ferramenta para a libertação, segundo Freire, não se faz sendo consentido pelo técnico, por mais que este seja, conscientemente, um agente de mudanças. Não podemos afirmar que o diálogo, por mais que esteja construído em relação a temas concretos da vida do pequeno agricultor, seja suficiente para a sua libertação ou para uma direção à libertação. Não vemos nem nos técnicos nem nos agricultores um diálogo para a sua emancipação de forma concreta, nem politicamente nem economicamente. Esta situação histórica/existencial específica, que afirmamos, está diretamente relacionada à nossa interpretação das categorias freirianas. Poderíamos dizer então que a proposta de libertação, via diálogo de Paulo Freire, não é por si tão libertadora.

Quanto aos técnicos, uns se apóiam na importância de se cumprirem as determinações legais e programáticas que foram construídas pelos representantes eleitos, e outros que cumprem todas, mesmo não concordando com elas. Entre os agricultores existem dois grupos também: 1- aqueles que seguem as determinações, para não serem multados; 2- aqueles que *vão esperar para ver o que vai dar*. Percebe-se que, quando o diálogo entre os técnicos e agricultores envolve algo mais concreto, como a multa, por exemplo, ele se torna mais claro, menos abstrato.

Alguns técnicos são muito mais antidialógicos ou extensionistas que outros, a ponto de se comparar a Deus. Quando estava falando sobre um outro Programa de luz elétrica a ser implantado na comunidade, o entrevistado V. em 13/12/05, diz: “graças a Deus o programa ‘Luz Para Todos’ caiu em cima assim... Então de repente você leva, por exemplo, luz para o cara que viveu 70 anos no escuro, você vira um deus”.

Encontramos todas as categorias antidialógicas nas entrevistas com os técnicos (tabela um do anexo D). Mas foi, no entrevistado W., que é o responsável

pela multiplicação da “filosofia” ou metodologia do Programa, que encontramos maior número de categorias dialógicas.

Ao confrontarmos as categorias dialógico e antidialógico e suas respectivas subcategorias (figura três do anexo D), percebemos a maior incidência na antidialogicidade. Em todos os entrevistados foram o assistencialismo e a manipulação as subcategorias mais presentes; entre as subcategorias do dialógico nenhum técnico apareceu compreendendo todas, porém, podemos destacar a problematização, o humanismo e a compreensão da realidade como subcategorias com mais importância para os técnicos. Esta compreensão da realidade não significa uma ação para sua transformação, ela fica somente em nível subjetivo e abstrato.

Ao analisarmos os documentos, nas políticas públicas, a categoria diálogo está presente, e é a mais evidente, enquanto que, a antidialogicidade está mais presente no material didático dos cursos ministrados. Estes cursos, apesar da política de um modo geral determinar e ressaltar a importância do diálogo, ainda apresentam-se de modo tradicional como nos cursos de extensão. Isto para nós ocorre devido à relação de dualidade entre prática e teoria entre realidade e abstração.

A principal evidência da antidialogicidade é a própria forma bancária dos programas governamentais. Apesar de serem representantes dos agricultores como funcionários de um Estado que é dirigido por eleitos, através do voto, o corpo técnico da instituição não representa a própria política governamental. Sendo executado, o Programa vem pronto para os técnicos e os resultados são cobrados, através de relatórios burocráticos. A maior reclamação apontada pelos técnicos é a falta de uma ação prática.

A educação, como parte da superestrutura social, tanto nos países em desenvolvimento, como nas sociedades hegemônicas, é determinada, pela sociedade

dominante, ou detentora do capital através de seus representantes no Estado. Assim, podemos afirmar que não haverá extensão rural para a libertação a partir do técnico educador, e sim do educando agricultor, ou de ambos através do diálogo consciente. Por opção política, poderemos até encontrar algumas consciências individuais, nesta direção, mas não podemos considerá-las significativas.

Outro limite material objetivo que podemos encontrar nesta relação social fundada no capitalismo, e, que não é dialógica, é a relação da dinâmica do capital com o meio natural, no sentido ecológico, e que neste caso atinge diretamente a sobrevivência humana, os “limites absolutos do capitalismo”. Esta colisão entre as relações sociometabólicas do capital que hoje atinge diretamente a sobrevivência da humanidade, tornou-se fator de discussão dos países hegemônicos, desde que não atrapalhe o desenvolvimento do capital nacional, como afirmou Bush, quando explicava o porquê de não ter assinado o tratado de Kyoto. Sobre esta questão Mézáros traz que:

É neste contexto que considerações críticas da ecologia se transformam em uma parte vitalmente necessária da teoria marxista. Naturalmente, nossa abordagem deve ser estruturalmente diferente se comparada com a preocupação liberal/burguesa com tais questões. Pois esta última pode apenas pretender “administrar” manipulativamente a produção no interior dos e subordinada aos limites do capital, enquanto o objetivo do marxismo é a transcendência histórica desses limites. (MÉSZÁROS, 2005, p.553).

Para tanto, há a necessidade da construção crítica de conceitos relativos ao avanço produtivo, consumidor de recursos naturais.

Temos assim dois fatores de grande potencial de destruição, o potencial armamentista dos países hegemônicos, e hoje, dos países em desenvolvimento como Índia e subdesenvolvidos como o Paquistão; e por outro o consumo desenfreado dos recursos naturais. Situação esta que deve ser tema gerador para uma nova

concepção de relações sociais, não a partir das categorias da forma de produção atual, isso não levaria a categorias diferentes, mas a partir de novas categorias reorientadoras da estrutura social, a partir das quais se construiria o verdadeiro diálogo global.

Em relação aos conhecimentos já adquiridos ou a adquirir, podemos afirmar a sua relatividade em relação a consciências e, em consequência, a formas de diálogo, sendo diretamente relacionadas a “verdades”, verdades de quem enuncia e de quem recebe um novo conhecimento. A verdade é construída ideologicamente, representando valores, morais, éticos e lógicos. São estruturas com fundamentos ideologicamente próprios, construídos por uma determinada classe. As regras de dedução para tal ou qual conhecimento são verdades; são para quem as tem e pronuncia e não para quem as recebe possibilitando um diálogo acrítico. Como se quem recebe necessitasse da confirmação para si de tal “verdade” no outro, naquele que a pronuncia.

A verdade depende e necessita de critérios que a justifiquem como verdade, critérios que evidenciem “adequadamente” a verdade de determinada ideologia. Conforme a filosofia ocidental moderna, são quatro, podemos dizer, as formas de nos convenceremos de que algo é verdade: 1ª “percepção externa”, 2ª “memória”, 3ª “autoconsciência” e 4ª “razão”. Porém a autoconsciência, pode-se dizer, é relativa, pois construída dentro de determinado conjunto de valores sociais, sendo uma consciência coletiva produzida. Quando temos uma autoconsciência, em desenvolvimento, contra esses valores de forma crítica, temos os “revolucionários”, Então o que é verdade num determinado diálogo?

A verdade pode ser uma crença, ou alegação (afirmativa), sendo falsa se não for construída em nossa consciência criticamente, sendo um antidiálogo. Isto,

subjetivamente, já, quando temos verdades objetivas, como a falta de água na microbacia, independentemente das verdades abstratas, este fato concreto atinge diretamente a comunidade rural, é um estado de coisa existente, desencadeando problemas concretos. Neste caso, as questões suscitadas são: qual o uso que a classe social dominante faz deste fato concreto? Que conhecimento é desenvolvido a respeito deste fato? É uma verdade de quem? Não é a verdade histórico-crítica, das políticas voltadas para o setor, haja vista que, nos anos 70 do século passado, o governo pagava para quem desmatasse até a barranca do rio, para controle da febre amarela, e hoje esses agricultores são multados se desmatarem. O diálogo de ontem é o contrário do diálogo de hoje, não por motivos divergentes, ou por verdades opostas, mas por situações concretas diferentes. Não que houve um movimento de consciência, é que a verdade, em cada momento histórico, possui seus significados de afirmação da verdade conforme o interesse do momento. Mas tanto antes como agora, nos diálogos, não surgiram temas e palavras geradas a partir da realidade das populações rurais.

A compreensão que os técnicos possuem sobre o Programa não é muito consciente, ou seja, eles *acreditam que* esta visão, focalista para nós, existe devido a dois fatores principais: primeiro porque a mídia, de modo geral, procura enfatizar diariamente a necessidade da preservação ambiental sem a devida problematização da questão, assim forma-se uma - segundo denominação dos técnicos - “consciência” dos problemas ambientais; segundo, porque eles entendem que o governo estadual possui também esta preocupação ambiental, sem que nenhum técnico enfatizasse, nas entrevistas, a produção em si, a situação destes agricultores no contexto geral dessas relações de produção e a problemática

ambiental, o que para nós é o ponto crucial para, a partir daí, entender-se o todo. É de onde se deveria partir o diálogo.

O caminho que entendemos ser o mais dialógico, nesta direção, no Programa, conforme concepção freiriana, seria o da “tecnologia adaptativa”, no qual os técnicos, a partir do conhecimento local, desenvolveriam técnicas que levassem ao aumento da produtividade, e, ao mesmo tempo, mantivessem o meio ambiente saudável, ou seja, a denominada sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável. Esta seria a verdade dos agricultores em relação a questões concretas. Porém a dificuldade relatada pelos técnicos entrevistados foi a de que os centros de pesquisas e as universidades já possuem áreas de concentração definidas e que, quando se parte do conhecimento local, não se encontram pesquisadores dispostos a iniciar um trabalho a partir de determinados problemas concretos novos. Desta forma, encontramos, outra vez, o distanciamento entre teoria e prática.

No caso dos agricultores familiares, eles necessitam de objetividade quando se trata de produção material no seu trabalho. Nesta objetividade que Freire encontra a razão do diálogo pelo qual tanto o agricultor como o técnico se humanizariam, intermediados pela natureza. Pelo diálogo, eles se humanizariam (entre eles e a si próprios).

Somente a teoria, como conteúdo para o diálogo, não transforma, ou seja, não é práxis, como também a práxis sozinha não desenvolve. É necessário que, no curso da relação entre teoria e prática, neste diálogo, se faça o caminho para o desenvolvimento. A teoria, antecipando a prática, fora do contexto natural, não é significativa para o agricultor, esta prática passa assim a ser “mito”, vazia de relação com a realidade, não possui significação no diálogo, de outro modo, é na prática que se tem o conteúdo para elaboração do conhecimento em direção a uma existência

concreta. Se a teoria depende da prática para dela emergir, podemos, fazer teoria a partir da realidade concreta dos sujeitos práticos, que teorizam seu contexto fundamentado na natureza. Esta teoria aliada à prática encontra-se no componente, “adaptação tecnológica”, do PMBH da seguinte forma: tendo como gênese uma técnica já existente na comunidade local, através do diálogo, desenvolve-se a teoria direcionada ao desenvolvimento sustentável.

O conjunto de técnicas que a sociedade, no seguimento de sua história, desenvolveu e repassou, transformou e transforma as condições de existência do homem, subjugando-o a relações de produção. A primeira ferramenta extracorporal foi um prolongamento de sua mão, a qual ele, o homem faber, já possui um conhecimento útil na sua relação material com a natureza, prolongamento este de seu saber de sua destreza, de sua vontade, era sua verdade, mantendo um diálogo mais significativo entre teoria e prática. Neste quadro encontrava-se um homem que possuía uma relação muito estreita com a natureza e suas necessidades, uma relação íntima, não distanciada, dialogal.

A palavra, como signo de comunicação ou linguagem entre os homens, é uma técnica para o diálogo que passa a ser inútil se o receptor e o transmissor não possuírem o mesmo valor de significado em relação às palavras transmitidas, se não for verdade para ambos.

A palavra “gato”, para um veterinário, pode ser o animal; para a garota, pode ser um rapaz bonito; para uma pessoa que mora na favela, pode ser roubo de energia elétrica e para um bóia-fria, o aliciador de trabalho quase escravo. Todos os sentidos dependem da situação de uso da linguagem, do contexto de quem emite e de quem recebe tal informação.

O significado das palavras ou mesmo de todo um contexto também podem mudar com o tempo. A sociedade não é estática, ela muda e muda sua compreensão. Palavras que eram utilizadas para certa representação, com o tempo, mudam de significado.

Quando, por telefone, digo a alguém que estou vendo uma vaca, meu interlocutor, se possui informações sobre como é este animal, vai me compreender perfeitamente, porém, se eu disser que a vaca parece com o meu cachorro, e a pessoa que me ouve não conhece o meu cachorro, ela não compreenderá que a vaca é malhada e meu cachorro também, por isso não atribuirá sentido à comparação, porém, se eu disser que os dois são malhados, a situação ficará mais clara para o ouvinte. O fato de o meu cachorro ser pequeno ou grande, não vai dificultar ou facilitar a compreensão, pois o que me fez associá-lo com a vaca não foi o tamanho, mas sim a cor dos dois. Vê-se que precisou haver um contexto maior para melhor compreensão. Mas, quando se trata de assuntos mais empíricos e complexos como a relação de várias técnicas agrícolas, por exemplo, ou quais as ações necessárias para a preservação ambiental, ou, ainda, a necessidade de produtividade relacionando-a às tendências do mercado mundial agrícola, já não são tão claros os signos e as palavras para o pequeno agricultor familiar atual. Por mais informações que um técnico possua sobre o agricultor, os mundos são diferentes e diferentes são as significações das palavras para ambos.

Na nota terceira do caderno 11 (12), onde Gramsci expõe sobre a questão da linguagem e sua relação, suas hierarquias, dá para ter a noção de sua importância nas diferentes culturas, conforme nos mostra Mello:

“Aquele que fala apenas o dialeto ou compreende a língua nacional em graus diversos, participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada, anacrônica diante das grandes correntes de pensamento que dominam a história mundial. Os seus interesses serão restritos,

mais ou menos corporativos ou economicistas, não universais. Se não é sempre possível aprender mais línguas estrangeiras para colocar-se em contato com as vidas culturais, ao menos ocorre aprender bem a língua nacional. Uma grande cultura pode traduzir-se na língua de uma outra grande cultura, isto é uma grande língua nacional, historicamente rica e complexa, pode traduzir qualquer outra grande cultura, ser portanto uma expressão mundial. Mas um dialeto não pode fazer a mesma coisa". (GRAMSCI apud MELLO, 1975, p. 57).

Uma sociedade é formada por uma gama de indivíduos que ocupam cada um certo papel e colaboram mutuamente numa relação social definida por suas instituições. As pessoas que formam esta sociedade são distintas entre si, possuindo características próprias, podendo ser vistas, tocadas, sentidas, numa relação orgânica e dinâmica. As pessoas desta sociedade se diferem por sexo, idade, função, físico, intelecto e, principalmente, pelo status a que pertencem. Algumas destas características, sendo físicas, são inatas, como a estatura de cada membro. Porém outras dependem da história de cada um, em relação ao todo social, neste caso a maioria das características passa a ser formada pelas relações, sendo a educação formal ou não a principal técnica. Falamos a língua que nos fora ensinada, usamos as ferramentas que desenvolvemos e possuímos desejos que nos foram despertados.

A sociedade nos ensina como agir de forma a manter uma certa ordem já estabelecida, sendo que meus instintos naturais são, de certa forma, inibidos, ou contidos por uma "ordem" preestabelecida e mantida pelas regras. Assim a personalidade humana é modelada pela educação e pelos valores definidos, montando-se a teia social, afastando o homem de seu ambiente e ritmo natural.

Ora, nossa realidade, nossa práxis é totalmente enraizada numa relação de produção capitalista, portanto qual o significado que procuramos dar a uma leitura que não possua estreita relação com esta forma social de relações na construção do diálogo?

As pessoas falam de diferentes formas, dependendo do local, dos interlocutores, das intenções do enunciador, do assunto que está sendo tratado. As diferentes formas de falar levam o nome técnico de registros. Estes registros possuem um papel social, no qual os participantes do diálogo observam as convenções interpessoais, como se fosse necessária uma sintonia entre os membros do diálogo. Quando não temos intimidade com determinada linguagem, ou seja, não estamos sintonizados com a aprendizagem ou entendimento do assunto, a empatia não acontece, não a sentimos. Quando há proposta de mudança de um comportamento predatório ambiental para um desenvolvimento sustentável e esta proposta não está diretamente conectada com as condições existenciais gerais dos pequenos agricultores familiares, não produzirá significados e, também, não ocorrerá empatia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores que participam do PMBH são de certa forma, escolhidos pelo corpo técnico do EDR/CATI (escritório de Desenvolvimento Rural), não sendo este Programa representação direta da vontade dos agricultores. Entre os princípios que norteiam a política nacional da ATER, está o estabelecimento de uma gestão capaz de democratizar as decisões pelo corpo técnico, e estimular a democratização dos processos de tomada de decisão, em relação às estratégias de desenvolvimento das comunidades. Assim, tanto em relação aos técnicos, como em relação aos agricultores a “participação democrática” representa a vontade política para o setor. Isto está determinado teoricamente na política pública. De certa forma podemos dizer que há uma certa democracia, na não-obrigatoriedade da participação, mas as legislações ambientais travam um *diálogo* claro no que diz respeito às multas aos que não conservam os espaços mínimos de conservação. Claro no sentido de que o agricultor compreende exatamente o que significa concretamente a multa, mas não claro no sentido da efetiva compreensão dos motivos pelos quais o Estado usa desta ferramenta de convencimento.

A participação democrática, em relação à organização social, representada através do Estado, é o voto. Apesar de o corpo técnico ser o representante do Estado no referido Programa, e os agricultores terem elegido aqueles que, representando-os, aprovaram tal Programa, caracterizando-se aí uma situação democrática, não se trata, no caso, de uma organização social estabelecida democraticamente em nível local, mas, sim, da democracia de forma mais ampla de relações sociais em nível da sociedade como um todo contemplado pelo Programa.

A organização representada pela associação, Associação Bairro Centro Mesquita (ABACEM), e as ações que o Programa desenvolve passam pela aprovação dessa associação. Mas, conforme podemos verificar, esta representação democrática que existe na teoria não condiz com a prática no sentido de real representação democrática das aspirações de seus membros. As relações de produção são mais fortes.

Apesar de a extensão rural ser concebida como uma atividade educativa, esta é executada de forma mantenedora das relações sociais e não libertadora conforme a concepção freiriana. Isto se deve, para nós, ao fato de que o que move os agricultores é, na prática, a relação sociometabólica do capital, e não, uma ou outra política para o setor. Sendo assim, pode-se concluir, em primeiro lugar, que o que ocorre com este Programa é a garantia de uma situação já existente de forma a manter-se uma condição mínima para os pequenos agricultores, não os tornando auto-sustentáveis, mas, sim, mantendo-os sobre uma determinada condição que não possa vir, no futuro, somar-se aos outros agricultores nas periferias das cidades, ou somar-se aos movimentos de reivindicação agrária. A educação, neste caso, pelo menos, é reprodutora das relações sociais capitalistas.

Outra evidência é a do distanciamento entre teoria e prática, no que se refere tanto à política para o pequeno agricultor familiar, como às propostas do Programa para esses mesmos agricultores. E por último, a de que, apesar de a pedagogia de Paulo Freire ser reconhecida, principalmente no caso de seus estudos em relação à pergunta “Extensão ou Comunicação?”, podemos, a princípio, concluir que a comunicação sugerida pelo educador poderia caber entre agricultores, ou seja, entre educandos e, não, no diálogo entre técnicos e agricultores, não por causa da consciência de um ser diametralmente oposta à do outro, mais exatamente pelo fato

de as duas estarem diretamente subordinadas ao capital, que é auto-expansivo por natureza.

Nas entrevistas com os técnicos ou com os agricultores, podemos também encontrar alguns traços da teoria freiriana. No material didático e na realização da extensão rural, propriamente dita, já não ocorre o mesmo, ou seja, não há tantos traços da pedagogia de Paulo Freire.

Em relação à pedagogia de Paulo Freire, quanto à ação extensionista, como forma educativa de atuação no meio rural, podemos perceber três questões de destaque para a devida reflexão: a defesa de Freire de que educar é um ato político, de que este ato deve ser dialógico, e de que este diálogo deve ser intencionalmente coordenado no sentido da conscientização dos educandos.

Segundo os depoimentos, politicamente, os pequenos agricultores são individualistas, pois possuem sua política própria em cada momento existencial, e caminham conforme o sucesso ou não de sua produção, que está atrelada à natureza e ao mercado. Podemos afirmar que não possuem um pensamento (consciência) ao qual se firmam e perseguem durante sua existência. Esta falta de concepção política nos parece ser resultado do próprio momento pelo qual nós passamos, de “neoliberalismo”. Um individualismo total, em todos níveis de relacionamentos, em todas as instâncias, sendo assim o diálogo de Freire, se não utópico, mas certamente improvável de concretização no momento atual.

Quanto à formação dos extensionistas, os cursos superiores e mesmo os de nível técnico deveriam dar maior atenção à formação daqueles que de uma forma ou de outra tenham, em sua atuação profissional, a necessidade de transferência do conhecimento para a execução de suas atividades. O médico, engenheiro, agrônomo, técnico agrícola, entre outros, são profissionais que, quando

atuam, na extensão, visam a determinados objetivos, que implicam mudanças de atitudes, ou transformação da natureza. Para tanto há a necessidade de transformação do homem de modo a procurar a sua conscientização em relação a algo. Atualmente as informações, as novas técnicas, os novos procedimentos, devido à alta velocidade e quantidade da comunicação, trazem consigo a necessidade, não de uma formação x ou y, mas de uma formação abrangente, construída em função da realidade dos educandos. Por exemplo: o engenheiro agrônomo, na sua atuação profissional atual, em determinada atividade produtiva, necessita, para a realização desta produção, da cooperação de um certo número de colaboradores, que possuem diferentes níveis de formação escolar, embora com uma mesma formação prática no campo das atividades agrícolas. Como as inovações deste setor acontecem muito rapidamente, o engenheiro responsável da citada atividade, ou busca novo profissional que domine a nova técnica de produção ou ele será o professor não formal que deverá transferir aos colaboradores os novos procedimentos, daí a necessidade de uma formação mais pedagógica para os que atuam nos setores das “profissões autônomas”. Se não atentarmos para este fato, com a velocidade das transformações tecnológicas, estaremos sempre na dependência dos produtores das novas tecnologias, que são os detentores de determinados saberes. Não é só a necessidade de apreender o novo, precisamos entender a evolução, os porquês, o como, para podermos desenvolver nossos próprios procedimentos. O agrônomo, quando leva ao agricultor uma nova concepção de tratamento da terra, no sentido de maior preservação na busca de garantir sustentabilidade para ele e sua família, deve desenvolver junto com o agricultor o porquê e o como de suas ações, caso contrário, a nova concepção poderá ser até aprendida, mas dificilmente será aplicada, a não ser de forma coercitiva através de multas de preservação ambiental, como é no caso das

microbacias, o que geraria outros problemas não sustentáveis, como a descapitalização do pequeno agricultor familiar.

A pesquisa que realizamos, como já afirmamos, não demonstrou a presença de uma pedagogia libertadora como Freire defende. Na atividade profissional dos técnicos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do estado de São Paulo, a prática extensionista é exercida na individualidade de cada técnico, apesar de haver uma política para o setor, fato que poderá ser lido como uma liberdade de atuação, mas também como um distanciamento do que é a política na prática.

Porém podemos identificar algumas situações objetivas, que foram relatadas pelo autor de Extensão ou Comunicação em sua obra.

Esta liberdade de atuação, quando ocorre, segue até o momento de não confrontar com as diretrizes do Programa, amarrado pela burocracia estatal. Assim a política desta atividade, na prática, não corresponde diretamente à comunicação defendida por Paulo Freire, apesar de sê-la para os elaboradores desta política.

Portanto esta relação que é contemplada na política setorial da extensão rural como dialógica, ou seja, é definida como necessariamente democrática, deveria se realizar, mas não é o que se constatou.

No caso do objeto pesquisado, podemos dizer que há uma Consciência Transitiva Ingênua, mas, devemos afirmar que há mais uma Consciência Semitransitiva, dependendo do tema tratado, mas nunca uma Consciência Criticamente Transitiva.

A principal mudança que o Programa de Microbacias Hidrográficas (PMBH) pretende é a transformação de uma atitude exploratória predatória dos agricultores para uma de desenvolvimento sustentável. No nosso entendimento, este

fim não pode ser alcançado somente através de um programa focalizado, pois, se o nosso planeta está realmente chegando aos seus limites, necessitando de uma mudança radical de costumes, diferente da relação de produção atual, seus valores e concepções devem ser modificados e suas formas de relações entre tudo e todos devem ser concretamente mudadas.

Uma das formas de divulgação, manutenção e reprodução da cultura atual são os esportes, entre eles o futebol e as corridas de automóveis. A organização, as regras, o tempo, a disputa, a premiação, são alguns dos valores a serem transmitidos, reproduzidos. Se a sociedade, como é organizada hoje, optasse para a sustentabilidade, mesmo sendo uma “invasão” cultural e não algo construído na dialogicidade da história dos envolvidos, ela deveria começar a partir da transformação destes veículos de reprodução das regras sociais. As regras do jogo para a sustentabilidade deveriam ser outras, bem diferentes das atuais, o carro vencedor não seria aquele que chegasse primeiro, mas aquele que chegasse em primeiro lugar com a menor poluição, o menor desgaste possível de pneus, combustível etc. O time ganhador do campeonato seria aquele que menor energia gastasse para chegar ao gol, o time que, na somatória dos jogadores, perdesse menos energia no final da partida, assim por diante. Este seria um caminho de diálogo para a sustentabilidade.

Há uma distinção entre os técnicos que defendem a assistência técnica e a extensão rural, mesmo sendo uma concepção de extensão rural não freiriana.

Esta distinção se faz necessária pelo fato de que, no corpo técnico de extensionista da Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo, há esta divisão de conceitos. Para Freire não há distinção, pois tanto a extensão rural, como a

assistência técnica, visa ao homem não à natureza, e, para se atingir determinada mudança, mesmo sendo técnica, faz-se necessária a mudança do homem.

Este homem social, ao nosso ver, forma-se a partir de três influências: a sua história, que é significativamente importante; sua posição na estrutura social e econômica, a classe social a que pertence, e a suas interações com o meio natural. Há um diálogo concreto entre o homem social e as condições naturais e um pacto entre esse agricultor e as relações de produção. Nestas relações, o homem agricultor, ao aceitar as condições dos fatores naturais e de relações de produção, está sempre em desvantagem.

Entendemos que temos de manter uma sustentabilidade, que se baseie não só nas condições ambientais como também sociais dos indivíduos, ou seja, não podemos firmar nossos argumentos numa ou noutra explicação teórica quando se trata de um ser que recebe influências tanto ambientais como sociais. É neste diálogo que se deve construir a sustentabilidade.

Para uma mudança na forma de ler, que os agricultores familiares fazem atualmente, profundamente estruturada na produção de mercadorias, para uma leitura mais ambientalmente equilibrada, fazem-se necessárias transformações estruturais na sociedade, senão o trabalho não se completa.

Para a sustentabilidade, necessitar-se-ia de mudanças globais de conceitos. O que é determinado num Programa que visa à conscientização para a sustentabilidade, num país em desenvolvimento como o Brasil, pode ser a manutenção dos agricultores na sua situação de subsistência, não gerando conflito, não reivindicando, não dizendo a sua palavra.

Outra análise que podemos fazer é procurar transportar as categorias de Freire para as relações sociais na materialização da mercadoria. Se a mercadoria

é humanizada e o homem coisificado, como se dá o diálogo em relação à mercadoria? Primeiramente o que ocorre é que uma libertação seria a libertação da mercadoria humanizada, através da sua expansão no mercado. Seria a sua libertação em relação a outras mercadorias em relação ao homem coisificado e ao controle do capitalista. Seria a verdadeira humanização do inanimado, no sentido de vida própria. Entendemos que isso se daria com a “necessidade criada”, ou seja, a necessidade que as relações de produção possuem em relação ao homem, as quais iriam se libertando deste, e em relação à produção em si e ao conhecimento para tal, a automação através da robotização seria a “Consciência Crítico Transitiva” da mercadoria.

Mas, não podemos dizer que seja possível um diálogo entre mercadorias, de maneira a levá-las à libertação, pois a relação que se dá, no mercado, entre pessoas, não é dialógica, nos parâmetros de Freire, ocasionando, portanto, um ponto de desequilíbrio. Por isso, talvez, que estão criados os blocos econômicos, para que os temas e as palavras geradoras possam ser melhores controladas, são palavras concentradas em bloco, por isso os países hegemônicos defendem tanto seus “produtos insumos”, que geraram outros produtos, através de taxas de importação por um lado, e, subsídios agrícolas por outro. Mas a mercadoria se consome, ou seja, ela compra para que o capital se expanda? Não. Há a necessidade de “coisas humanas” estarem consumindo, por mais que a mercadoria se humanize no fato de haver em si trabalho humano, há o fator homem trabalhador/consumidor e homem capitalista/acumulador, para que a dinâmica da expansão do capital ocorra. Sem estes, o capital não tem o porquê de sua existência, o homem oprimido e o homem opressor de Freire, e quando este pacto entre produção e consumo não vai bem, não havendo diálogo pactuado, sendo o acúmulo

reduzido ou paralisado, o capital, conforme Mészáros relata, utiliza-se do complexo-industrial-militar, com alta capacidade de multiplicação do capital, para o qual ser realizado é necessário o uso do confronto de consciências.

Temos algumas hipóteses. O diálogo como situação de limite extremo pode vir a levar os sujeitos no sentido da libertação até certo ponto, porém as forças maiores de relação capitalista freiam qualquer possibilidade de ir além disto, ou seja, de “ser mais”. O capital não está para “independentizar” os sujeitos, mas em certos momentos há a necessidade de concessões para que ele possa se redirecionar à expansão. Assim, a possibilidade de programas sócio-ambientais, como o pesquisado, pode encontrar-se neste contexto.

O que ocorre no Brasil é a ainda a atrasada mentalidade de uma sociedade pré-capitalista, na qual existe um mercado de especulação em relação a terra. Neste sentido não haveria diálogo entre o Estado brasileiro e os pequenos agricultores, e, um possível diálogo entre os pequenos agricultores e o capital na sua expansão, ou seja, o atraso agrário do Brasil é prejudicial à expansão capitalista mundial, mas também o é para o imenso número de excluídos. Podemos visualizar ainda uma resistência das velhas oligarquias no campo.

Como o Programa tem, como princípio fundamental, a relação homem/natureza, será que o capital representado pelo BM, sabedor de seus limites de expansão em relação à finitude do meio natural, não estaria em processo de reordenação?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. et al. *Cultivando sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária*. 2. ed. São Paulo: Páginas & Letras – Editora e Gráfica, 2000. (Cadernos Itesp, nº7).

BARROS, J. P. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1986.

BECHARA, M. *Extensão agrícola*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Departamento de Produção Vegetal, 1954.

BICCA, E. F. *Extensão rural, da pesquisa ao campo*. Guaíba, Ed. Agropecuária, 1992.

BOBBIO, N. *Dicionário de política*, 2º Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

BOGDAN, R.; BIKLEN S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é comunicação rural*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a *política agrícola*. 1991. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2005.

_____. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o *Estatuto da Terra* e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política nacional de assistência técnica e extensão rural*: Versão final: 25/05/2004[Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por controle.Marilia@cati.sp.gov.br em 10 dez. 2004.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 6. ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural*. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.

COSTA, M. V. *Extensão rural*. 1982. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.

ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FIGUEIREDO, R. P. *Extensão rural, desenvolvimento e democracia*. Brasília: Ed. Embrater, 1985.

FONSECA, M. T. L. *A extensão rural no Brasil. um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.

FOUCAMBERT, J. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 10. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

_____. *Comunicação ou extensão*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FRIEDRICH, O. A. *Comunicação rural: crítica de uma nova concepção*. Brasília: Editora Brasília, Embrater, 1988.

GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GEILFUS, F. *80 Herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitores, evaluación*, El Salvador: Proclalate IICA, 1997.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GUIMARAES, A. P. *A crise agrária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JAKIEVICIUS M. *Aprendendo com a natureza*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

JORGE, J. S. *A ideologia de Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1979.

LAROUSSE. *Grande dicionário Larousse cultural da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MACEDO, D. O. *Uso, manejo e aplicação adequada de agrotóxicos*, São Paulo: [s.n], 2002.

MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MASSELLI, M. C. *Extensão rural entre os sem-terras*. Piracicaba: Ed. Unimep, 1998.

MELLO, A. F. *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDONÇA, S. R. *O ruralismo brasileiro, (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*, Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

NOVOA, C. A. T. *Dialogo com Paulo Freire*, São Paulo: Loyola, 1977.

PAIVA, V. P. *Paulo Freire, e o nacionalismo, desenvolvimentista*, São Paulo: Graal Ltda., 2000.

PONTES, R. M. *A proposta participativa da extensão rural do Paraná de 1980 a 1986*. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Carlos: 1990.

SARUP, M. *Marx e educação*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura e Abastecimento. *Programa estadual de microbacias hidrográficas*. seção operativa. São Paulo, 1997.

SEBRAE. *Referências para uma nova práxis educacional*. Brasília; D. F.: Edições Sebrae, 2002.

SMITH, F. *Leitura significativa*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TORRES, C. A. *Pedagogia da luta*. São Paulo: Comacchi Livraria e Editora. 1997.

WALLERSTEIN, E. *O sistema mundial moderno*. Porto: Edições Afrontamento, 1974.

ANEXOS

Anexo A

Roteiro para entrevista com os Técnicos Extensionistas.

Estamos realizando esta entrevista para melhor compreender a relação entre os técnicos e os agricultores, para tanto pedimos a colaboração do senhor para nos informar sobre alguns aspectos do seu trabalho como extensionista no Programa de Microbacia Hidrográfica.

Nome:

Função:

Tempo como extensionista:

1- Fale-me sobre o Programa de Microbacias Hidrográficas. (todas categorias).

Categorias sobre extensão/extensionista.

2- Você considera a extensão rural uma atividade educativa? (11A04, 21A10).

Categorias sobre comunicação/educador.

3- Houve no seu curso, preparo para a extensão? Faltou algo? (11A10).

Categorias sobre extensão e comunicação/educador.

4- Houve mudança na extensão com a vinda do PMBH? Quais? (11A10).

Categorias sobre extensão e comunicação/educador.

5- Você percebeu mudança na aprendizagem dos agricultores com PMBH? Quais? (21A02).

Categorias sobre extensionista e receptor/educador e educando.

6- Foram desenvolvidas técnicas/pesquisas específicas para uma determinada comunidade a partir de seu conhecimento local? Qual? (11A10, 21A06).

Categorias sobre extensionista e receptor / educador e educando.

7- Você mudou sua forma de praticar a extensão com PMBH?, No que?, Como? (11A01).

Categorias sobre extensionista/educador.

8- Os agricultores já possuíam conceitos conservacionistas? (11A07,11A09).

Categorias sobre extensionista/educador e diálogo.

9- Os agricultores já praticavam atitudes conservacionistas? (11A05).

Categorias sobre diálogo.

10- Quais são as maiores dificuldades na aprendizagem das técnicas e concepções pelos agricultores? (11A03).

Categorias sobre dialogo.

11- Quais são as maiores dificuldades na aplicação das novas técnicas e/ou concepções dos agricultores com o PMBH? (11A04).

Categorias sobre extensionista/educador.

12- Quais são as maiores dificuldades na aplicação das técnicas pelos agricultores?

Categorias sobre extensionista/educador.

13- Quais são as maiores dificuldades na sua ação extensionista? (11A02).

Categorias sobre extensionista/educador.

14- Você entende que os agricultores participam do PMBH por quais motivos? (21A04).

Categorias sobre dialogo/antidialogo.

15- Você entende que há possibilidade de reeducação dos agricultores que gere uma reversão na atual situação ambiental? Porque? (21A01).

Categorias sobre extensionista/educador.

16- Você concorda com as multas ambientais, elas são justas? (21A08).

Categorias sobre dialogo/antidialogo.

17- Você concorda com a cobrança do uso da água no meio rural? (21A07).

Categorias sobre dialogo/antidialogo.

18- O agricultor considera a conservação dos recursos ao administrar seu negócio? (21A02).

Categorias sobre dialogo/antidialogo.

19- Como você entende a relação de sustentabilidade econômica e ambiental? (21A09).

Categorias sobre extensionista/educador e dialogo/antidialogo.

20- Qual é sua compreensão sobre o bem estar do agricultor? (21A05).

Categorias sobre dialogo/antidialogo.

21- Quais são as mais importantes reorientações técnicas agronômicas (para o desenvolvimento sustentável) repassadas aos agricultores? (21A06).

Categorias sobre extensionista/educador.

22- Você aprende com sua prática melhorar a extensão rural? O que? (21 A10).

Categorias sobre extensionista/educador.

23- Você deseja falar algo mais sobre a extensão rural no PMBH?

Todas as categorias.

Obs: As identificações entre parênteses se referem às sub-categorias construídas em relação aos conceitos de Paulo Freire e abaixo do questionamento as devidas categorias que pertencem.

Anexo B

Roteiro de entrevista para os agricultores.

Estamos realizando esta entrevista para melhor compreender a relação entre os agricultores e os técnicos, para tanto pedimos a colaboração do senhor para nos contar sobre alguns aspectos da sua relação com os extensionistas no Programa de Microbacia Hidrográfica.

Nome:

Idade:

Nome do Sítio:

Tamanho:

Principal atividade produtiva: () pecuária () temporária () perene .

Tempo como agricultor:

01- Fale-me sobre o Programa de Microbacia Hidrográfica.

Todas as categorias.

02- O senhor cerca as áreas de preservação permanente? (21A04).

Categorias sobre receptor/educando.

03- Só as técnicas são suficientes para melhorar a sua renda? (12A05).

Categorias sobre receptor/educando.

04- Com o programa o senhor passou a ter uma nova concepção de meio ambiente? (12A06).

Categorias sobre receptor/educando e diálogo.

05- Com o programa o senhor passou a ter novas atitudes em relação ao meio ambiente? (12A10).

Categorias sobre receptor/educando e diálogo/antidiálogo.

06- Há diferença entre as técnicas do programa e as anteriores? (22A05).

Categorias sobre diálogo/antidiálogo.

07- 1Foram desenvolvidas tecnologias a partir do conhecimento local? (22A04).

Categorias sobre educando e diálogo.

08- Qual técnica dá mais resultado a do agrônomo ou a sua? (12A01, 22A06, 22A10).

Categorias sobre educando e dialogo.

09- Qual a técnica mais barata a do agrônomo ou a sua? (21A07).

Categorias sobre educando.

10- Você sabe porque o B.M. financia este programa? (22A02, 22A03).

Categorias sobre dialogo.

11- Você aprende mais no trabalho diário ou nos cursos? (22A07).

Categorias sobre educando.

12- As técnicas aplicadas resolvem os problemas de produção? (12A02, 22A01).

Categorias sobre dialogo.

13- O senhor sabe utilizar adequadamente o solo? (12A02).

Categorias sobre dialogo/antidialogo.

14- As multas ambientais fazem o senhor mudar seus hábitos? (12A04).

Categorias sobre dialogo/antidialogo.

15- O que ocorre no meio ambiente aqui, influencia outras parte do mundo? (12A08).

Categorias sobre receptor/educando.

16- Os agricultores têm dificuldades em aprender as técnicas? (12A06).

Categorias sobre receptor/educando.

17- Os técnicos entendem seus questionamentos? (22A01, 22A08).

Categorias sobre dialogo/antidialogo.

18- A forma como é realizada a extensão você concorda? (22A09, 12A01).

Categorias sobre dialogo/antidialogo.

19- Você sabe o que é desenvolvimento local sustentável? (12A09).

Categorias sobre dialogo/antidialogo.

20- Os agricultores se sentem estimulados a resolver os problemas de preservação? (12A09).

Categorias sobre dialogo antidialogo.

21- Você acredita que haverá falta de água potável no planeta? (22A08).

Categorias sobre receptor/educando.

22- Você deseja dizer algo mais sobre o programa?

Todas as categorias.

Obs: As identificações entre parênteses refere-se as sub-categorias produzidas em relação aos conceitos de Paulo Freire e abaixo do questionamento as devidas categorias que pertencem.

Anexo C

CATEGORIZAÇÃO.

As letras entre parêntese D, E, O, identificam o material onde será pesquisado sobre a categoria mencionada. (D= documentos, E= entrevistas, O= observações).

1–Categoria Extensão.(Processo educativo mantenedor).

1.1- Sub-categoria Extensionista.

1.1.A.- Sub-categoria Antidialogo.

1.1.A.01- Conquista. (D, E).

Objetivos do programa, como o extensionista se caracteriza.

1.1.A.02- Invasão cultural. (D, O).

Material didático do curso, aula do extensionista.

1.1.A.03- Assistencialismo. (D, E).

O que o programa oferece, como o extensionista se considera.

1.1.A.04- Superioridade. (E, O).

A forma de se afirmar do extensionista, como se realiza a extensão.

1.1.A.05- Modernização. (D, E,).

O que o programa oferece, linguagem do extensionista.

1.1.A.06- Propaganda.(D, E).

Divulgação do programa, se o extensionista assume o programa.

1.1.A.07- Depósito. (D, O).

Treinamento e difusão, comportamento do extensionista.

1.1.A.08- Manipulação. (E).

Verificação de “mitos”

1.1.A.09- Massificação. (O, E).

Capacidade de decisão do extensionista.

1.1 A 10- Quadro significativo diferente. (E, D).

Quais os quadros do extensionista.(comparar com os dos agricultores).

1.2.- Sub-categoria Receptador.

1.2.A.- Sub-categoria Antidialogo.

1.2.A.01- Inferioridade. (O, E).

Criticidade do agricultor, aceitação da posição do extensionista.

1.2.A.02- Recipiente. (O, E).

Comportamento do agricultor se recebe as informações passivamente.

1.2.A.03- Pensamento mágico. (O, E).

Crença dos agricultores.

1.2.A.04- Invasão. (O, E).

Se ele se considera manipulado.

1.2.A.05- Pessimismo. (O, E).

Se há esperança em si e na sua situação existencial.

1.2.A.06- Comunicado. (D, O).

Aceitação das informações.

1.2.A.07- Quadro significativo próprio. (O, E).

Se há quadros próprios em relação ao desenvolvimento sustentável.

1.2.A.08- Visão Focalista. (E).

Relação da situação com o todo.

1.2 A.09- Acomodação. (O, E).

Se há ação para a mudança.

1.2 A.10- Aderência. (E).

Dependência ao extensionista.

2– Categoria Comunicação.(Processo educativo libertador).

2.1.- Sub-categoria Educador.

2.1.A.- Sub-categoria Dialogo.

2.1.A01- Humanização científica. (D, E, O).

O que o programa traz, compreensão de inconcluso, relação com os agricultores.

2.1.A02- Desenvolvimento. (E, D).

Qual a compreensão de desenvolvimento e o que o programa traz.

2.1.A03- Problematizar. É propor a situação como problema. (O, D).

Verificar como o extensionista atua, o que o programa traz.

2.1.A04- Compreensão da realidade. (E).

Questionar sobre a realidade do agricultor.

2.1.A05- Agente de mudança. (O, E).

Se o agricultor é ouvido.

2.1.A06- Co-participação no ato de pensar. (O).

Se há uma participação efetiva na construção dos objetivos.

2.1.A07- Reciprocidade. (O, E).

Sobre temas abordados.

2.1.A08- Quadros significativos comuns. (D, E).

Se há quadros utilizados pelos extensionistas que são comuns aos agricultores.

2.1.A09- Pensamento-linguagem-contexto. (D, E, O).

Comparação entre extensionistas e agricultores sobre determinado tema.

2.1 A.10.- Coordenadores de debates. (O, E).

Forma de praticar a extensão, sua forma de entender a extensão.

2.2.- Sub-categoria Educando.

2.2.A- Sub-categoria Dialogo.

2.2.A01- Conscientização. (O, E).

Modo de participação e pergunta relativa a compreensão do programa ou do que é democracia.

2.2.A02- Libertação. (O, E).

Ações dos agricultores e compreensão do programa.

2.2.A03- Crítico. (O, E).

Compreensão do programa.

2.2.A04- Conhecimento Local. (O, E, D).

Verificação da existência de temas locais.

2.2.A05- Problematização. (E, O).

Temas que levem a crítica.

2.2.A06- Experiência existencial. (O).

2.2.A07- Ação sobre a realidade. (O).

Observação da aplicação das técnicas e de mudança de procedimentos.

2.2.A08- Co-participação no ato de pensar. (O).

Observação em cursos e ação extensionista.

2.2.A09- Reciprocidade. (O, E).

Acompanhamento da ação extensionista e perguntas sobre mesmo tema aos agricultores e extensionistas.

2.2.A10- Quadros significativos próprios. (D, E).

Conteúdo do material didático e Perguntas relativas ao assunto.

Anexo D

Glossário.

Como já foi mencionado no corpo da dissertação o significado das palavras ou termos utilizados neste trabalho foram encontrados em três materiais distintos, Pedagogia do Oprimido e Extensão ou Comunicação de Paulo Freire; A Ideologia de Paulo Freire de J. S. Jorge; e no dicionário Larousse. Os significados dos outros termos foram interpretados no decorrer das leituras das mesmas obras.

Obs: EC significa Extensão ou Comunicação; PO, Pedagogia do Oprimido; L Larousse e A Ideologia de Paulo Freire.

Acomodação: Situação existencial do oprimido construída pelo opressor.

Ação sobre a realidade: mecanismo para caminhar em sentido da liberdade.

Aderência: condição do oprimido em relação ao opressor.

Agente de mudança: Tanto educador como educando.(E.C., p. 44).

Anestesiado: Relativo a anestesia, Privação mais ou menos completa da sensibilidade geral. (L., p. 59).

Antidialógico: Ação antagônica ao dialogo. (P.O., p.143)

Assistencialismo: Forma de dominação. (E.C., p. 87)

Autoritário: Que não admite contradição. (L., p.109).

Compreensão da realidade: momento atingido através da problematização.

Co-participação no ato de pensar: Ato de pensar com o outro sobre o objeto. (E.C., p. 66).

Comunicação: “é comunicar-se em torno do significado significante”. (E.C., p. 67).

Comunicado: Aviso ou informação de caráter oficial (L., p. 251).

Conhecimento Local: conhecimento adquirido pelo oprimido na sua relação com o meio natural.

Conquista: Buscar por toda parte. (E.C., p. 43, rodapé).

Conscientização: é “o desenvolvimento crítico da tomada de consciência”. (L., p.68).

Coordenador de debates: o papel do agente comunicador.

Crítico: Relativo à crise, que deve conduzir a mudanças (L., p. 279).

Depósito: Relativo a depositar, pôr, colocar, guardar. (L., p.298).

Desenvolvimento: Ponto de decisão se encontra no ser que se transforma.(E.C., p. 57).

Diálogo: “É o encontro dos homens mediatizados pelo mundo para dar um nome ao mundo”.

Dirigismo: Sistema no qual o Estado orienta a atividade econômica através de uma intervenção direta ou indireta. (L., p 326).

Domesticação: necessidade para a invasão cultural.

Educador (agrônomo): atua com outros homens sobre a realidade que os mediatiza. (EC p.24)

Educando (agricultor): aquele que através da problematização caminha para a libertação.

Experiência existencial: Relativo a existência, "é um modo de vida próprio do ser que é capaz de transformar, produzir, decidir, criar e de se comunicar". (I., p. 71).

Extensão: Modo de realizar a invasão cultural (E.C., p.22).

Humanismo científico: Vê os homens no mundo, no tempo, mergulhados na realidade. (E.C., p. 74).

Humanização: "é a possibilidade dos homens como seres inconclusos e conscientes da sua inconclusão". (I., p. 72).

Inferioridade: Situação ou qualidade inferior no que se refere ao nível social, à força, ao mérito. (L., p.524).

Invalido: aquele que sofre a ação do invasor: aquele que invade, que pratica a invasão cultural.

Invasão Cultural: "É a penetração dos invasores no contexto dos invadidos, sem respeito à potencialidade do ser, impondo-lhes a sua visão de mundo, freando a sua criatividade e inibindo a expansão dos invadidos". (I, p. 70)

Libertação: relativo a liberdade, "é uma conquista e não uma dádiva". (I., p. 72).

Manipulação: "É uma característica da ação antidialógica. É um instrumento de conquista que através de uma série de mitos, se sujeitam as massas". (I., p. 73).

Manutenção: Ação ou efeito de manter, de sustentar, conservar. (Larousse, p.592).

Massificação: estado no qual o homem, ainda que pense o contrário, não decide, alienação, desumanização. (E.C., p.42 rodapé)

Modernização: O centro de decisão da mudança não se acha na área de transformação, mas fora dela. (E.C., p. 57).

Opressor: é "que fere a vocação ontológica do homem".

Pensamento-linguagem-contexto: comunicação. (E.C., p.70).

Pensamento mágico: A captação dos nexos que prendem um fato a outro, não podendo dar-se de forma verdadeira embora objetiva, provoca uma compreensão também não verdadeira dos fatos, que, por sua vez, está associada à ação mágica. (E.C., p. 32).

Persuadir: Levar a crer ou aceitar; aconselhar, induzir (L., p.710).

Pessimismo: Estado de espírito dos que pensam que tudo caminha para o pior. (L., p. 712).

Problematização: É propor a situação como problema. (P.º, p. 82).

Propaganda: Processo que consiste em divulgar, sob forma de palavras ou símbolos, uma informação selecionada, verdadeira ou falsa com a finalidade de incutir na opinião pública determinada crença, atitude ou linha de pensamento. (L., p. 745).

Quadro significativo diferente: São o do extensionista opressor e do agricultor oprimido.

Quadro significativo próprio: do extensionista ou do agricultor.

Quadros significativos comuns: pertencente aos agentes de mudança e dos agricultores educandos.

Receptador: aquele que recebe algo passivamente.

Recipiente: Que recebe (L., p. 771).

Reciprocidade: Correspondência mútua de palavras, atos, etc. (L, p. 771).

Slogan: Palavra ou frase breve e incisiva usada na propaganda comercial ou política. (Larousse, p. 833).

Superioridade: No conteúdo de quem entrega. (E.C.,p. 22).

Temas/Palavras significativas (de uma época): é “a representação concreta das idéias, valores, concepções e esperanças como, também, os obstáculos a “ser mais” para os homens.

Visão Focalista: Visão Parcializada, “Quando os homens não percebendo a realidade como totalidade na qual se encontram as partes em processo de integração, se perdem numa visão parcializada”. (I, p.76).

Anexo E

Tabela 1: Distribuição das sub-categorias conforme apareceram nas entrevistas.

AGRONOMOS / TÉCNICOS														
	1-Extensão Tendência	Form. Ac.	Form Prát.	1.1-Extencionista	1.1 A- Antid.	A01- Cong.	A02- Inv. Cult.	A03-Ass.	A04- Sup.	A05- Mod.	A06-Prop.	A07- Dep.	A08- Man.	A09- Mas.
FA	X			X		8X	X	X	X		X		X	X
w.	X					6	X	X	X				X	X
F.				X		9X		X	X	X	X	X	X	X
G.			X	X		8X	X	X	X	X	X		X	X
V.	X					9X	X	X	X	X	X	X	X	X
VA	X					10X	X	X	X	X	X	X	X	X
B.	X					9X	X	X	X		X	X	X	X
To:						59		X	X		X	X	X	X

	2- Comunic. Tendência	Form. Ac.	Form Prát.	2.1 - Educador	2.1A- Diál.	A01- Hum. Cient.	A02-Deserv.	A03- Prob.	A04- C. Real	A05- Ag. Mud.	A06-Co-P	A07- Recip.	A08- Sig. Com.	A09-P-L-C
FA	X					9X	X	X	X	X	X	X	X	X
W.	X					10X	X	X	X	X	X	X	X	X
F.		X				5X		X	X		X			X
G.						4X	X	X	X			X	X	
V.	X					4X		X					X	
VA						5	X	X	X	X	X			
B.						7X	X	X	X	X			X	
To:						44								

Tabela 2: Distribuição das categorias conforme apareceram nas entrevistas.

AGRICULTORES													
	1-Receptado Tendência	1.2-Rec.	1.2A- Ant.	A01- Inf.	A02- Recipiente	A03-Pens. Mág	A04- Invad.	A05-Pess.	A06-Comunic.	A07- Imed./Ind	A08-Focal.	A09-Acom.	A10- Ader.
SE.		X		4X	X				X		X		
L.				8X	X	X	X	X	X	X			X
E.		X		10X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
HE.		X		10X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
P.				7X	X	X	X	X	X			X	X
SE.				9X	X	X	X		X	X	X	X	X
A.													
To:				48									

	2- Comunic. Tendência	2.2 - Educando	2.2A- Diál	A01- Consc.	A02-Libert.	A03- Crít.	A04-Conhec. Loca	A05- Probl.	A06- Exp. Exis	A07-Ação	A08-Co- Part	A09-Recipro	A10- Sig. Pro
SE.				8X	X	X	X	X	X	X	X		X
L.	X			8X	X	X	X	X	X	X			X
E.	X			8X	X	X	X	X	X		X		X
HE.	X			5		X	X	X	X				X
P.	X			5		X	X	X		X			
SE.	X			4		X	X	X	X				
A.													
To:				38									

Obs: O agricultor A, recusou-se a conceder a entrevista.

Gráfico representativo da relação entre as sub-categorias Extensão e Comunicação.

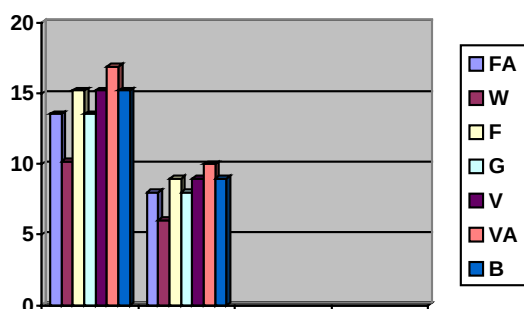


Figura 1- Frequência de sub-categorias Extensão e Comunicação respectivamente.

Gráfico representativo das sub-categorias em comunicação (processo educativo libertador das relações sociais).

Subcategorias da Comunicação:

A01- Humanização.

A02- Desenvolvimento.

A04- Compreensão da realidade.

A06- Co-participação no ato de pensar.

A07- Reciprocidade.

A09- Pensamento-Linguagem-contexto.

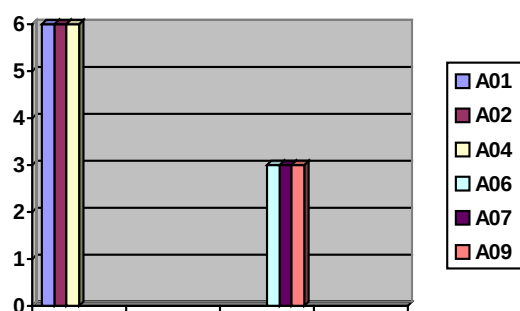


Figura 2: Relação entre subcategorias mais e menos frequentes em comunicação com os técnicos.

Gráfico representativo das sub-categorias em extensão (processo educativo mantenedor das relações sociais).

Subcategorias da Extensão:

1.1 A03- Assistencialismo

1.1 A05- Modernização

1.1 A08- Manipulação

1.1 A09- Massificação

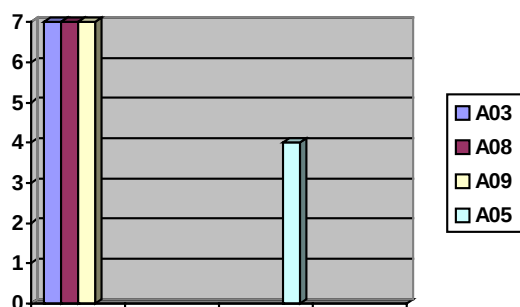


Figura 1: Relação entre subcategorias mais e menos freqüente em extensão com os técnicos.

Gráfico representativo da relação entre as categorias Extensão e Comunicação quanto à concepção da formação profissional.

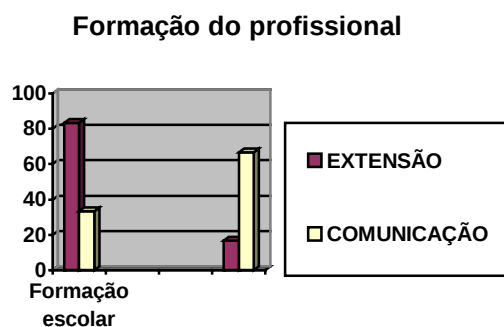


Figura 4: Relação entre subcategorias mais e menos freqüente em extensão com os técnicos.

Gráfico representativo da frequência entre as categorias Extensão e Comunicação.

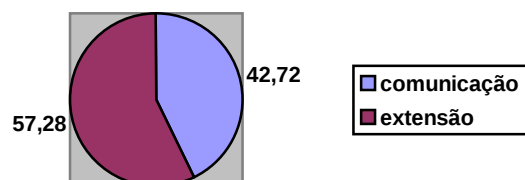


Figura 5: Relação entre Extensão Rural/Comunicação

Gráfico da frequência das sub-categorias Extensão e Comunicação por entrevistado respectivamente.

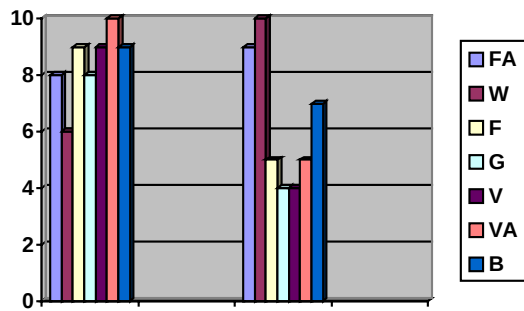


Figura 6: Extensão/Comunicação por entrevistado

Gráfico da frequência da presença de tendências à Extensão e Comunicação.

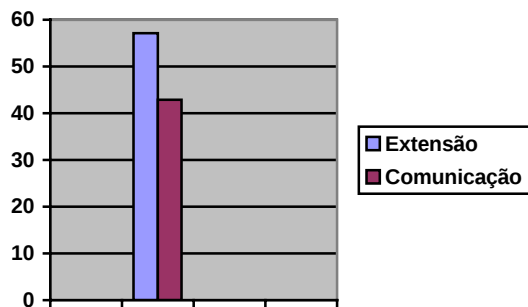


Figura 7: Tendência à Extensão ou Comunicação.